

A CRISE DO CAPITAL EM MARX

O DEBATE CONTEMPORÂNEO ENTRE OS MARXISTAS

Hajime Takeuchi Nozaki

**A CRISE
DO CAPITAL EM MARX**
O DEBATE CONTEMPORÂNEO ENTRE OS MARXISTAS

Hajime Takeuchi Nozaki



Juiz de Fora

2021

© Editora UFJF, 2021

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa da editora. O conteúdo desta obra, além de autorizações relacionadas à permissão de uso de imagens ou textos de outro(s) autor(es), são de inteira responsabilidade do(s) autor(es) e/ou organizador(es).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

REITOR

MARCUS VINICIUS DAVID

VICE-REITORA

GIRLENE ALVES DA SILVA



DIRETOR DA EDITORA UFJF
RICARDO BEZERRA CAVALCANTE

CONSELHO EDITORIAL

RICARDO BEZERRA CAVALCANTE (PRESIDENTE)
ANDRÉ NETTO BASTOS
CHARLENE MARTINS MIOTTI
CLAUDIA HELENA CERQUEIRA MARMORA
CRISTINA DIAS DA SILVA
ILUSKA MARIA DA SILVA COUTINHO
JAIR ADRIANO KOPKE DE AGUIAR
MARCO AURELIO KISTEMANN JUNIOR
RAPHAEL FORTES MARCOMINI

REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO

MALORGIO STUDIO DESIGN & COMMUNICATION



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
FACE/UFJF

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFJF

Nozaki, Hajime T.

A crise do capital em Marx : o debate contemporâneo entre marxistas / Hajime Takeuchi Nozaki. – Juiz de Fora, MG : Editora UFJF, 2021.

Dados eletrônicos (1 arquivo: 1,2 mb)

ISBN 978-65-89512-09-7

1. Marxismo. 2. Teoria da crise. 3. Filologia. I. Título.

CDU: 330.85

Este livro obedece às normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, promulgado pelo Decreto n. 6.583 de 29 de setembro de 2008.



EDITORA UFJF

RUA BENJAMIN CONSTANT, 790
CENTRO - JUIZ DE FORA - MG - CEP 36015-400
FONE/FAX: (32) 3229-7646 / (32) 3229-7645
editora@ufjf.edu.br / distribuicao.editora@ufjf.edu.br
www.ufjf.br/editora

Filiada à ABEU



À Regiane, minha esposa, minha menina:

Você me fez sonhar o impossível e concretizar o que era sonho
Quantos mares atravessei com você e, graças a você
E quantos ainda atravessarei por você.

A Leon, meu "figos":

Tenho saudades de quando te pegava no colo,
Mas ainda te quero proteger com toda força dos meus braços.
Que possamos nos abraçar sempre, como em meus sonhos.

A Kenzo, meu neném:

Que tuas perninhas ligeiras te levem correndo para todos os lugares
Mas não tão longe que meu coração não possa te acompanhar.
Que o teu sorriso no olhar sempre encontre um lugar entre nós.

Com todo meu amor, dedico a vocês e os agradeço pelo apoio que me deram.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	31
DESCRIÇÃO DAS SEÇÕES DA MEGA2. PLANEJAMENTO. VOLUMES E TOMOS. COMPARATIVO COM A MEGA1 E MEW	
QUADRO 2	81
RELAÇÃO MATEMÁTICA ENTRE TAXA DE MAIS-VALIA E TAXA DE LUCRO	
QUADRO 3	130
PLANEJAMENTO DOS VOLUMES DA MEGA2 E PUBLICAÇÕES ATÉ MARÇO DE 2020	

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	72
ESQUEMA DE COMPARAÇÃO ENTRE PLANO DE EXPOSIÇÃO INICIAL E O FINAL	
FIGURA 2	95
A TAXA DE LUCRO NO CORAÇÃO DO CAPITALISMO AVANÇADO AO LONGO DOS ANOS	
FIGURA 3	96
A TAXA DE LUCRO DOS EUA DE 1982 A 2012 (%)	
FIGURA 4	96
A TAXA DE LUCRO MARXISTA PARA A ECONOMIA NORTE-AMERICANA DE 1848 A 2005	
FIGURA 5	97
TAXA DE LUCRO DA GRÃ BRETANHA: 1855-2005	

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
Francesco Schettino	
APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	15
A ÚLTIMA GRANDE CRISE CAPITALISTA	15
A CRISE EM MARX: DISCUSSÃO ENTRE OS MARXISTAS	17
1 O TRABALHO FILOLÓGICO DE RECONSTITUIÇÃO: A OBRA INACABADA DE MARX	23
1.1 A MEGA1	24
1.2 O SURGIMENTO DA MEGA2: PROTAGONISMO DOS IMLS E DISPUTAS COM SEUS PARTIDOS	28
1.3 O TRABALHO FILOLÓGICO DO PÓS-1989: O IMES	32
1.4 O BALANÇO E AS PERSPECTIVAS DAS CONTRIBUIÇÕES DA FILOGIA PARA AS PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS	34
1.5 O TEMA DA CRISE EM MARX: DISCUSSÃO REABERTA PELA FILOGIA	41
1.6 A CRÍTICA DA EDIÇÃO HISTÓRICO-CRÍTICA: O ASSIM CHAMADO MOVIMENTO DE DESIDEOLOGIZAÇÃO DAS OBRAS MARXIANAS	43
2 OS PLANOS EXPOSITIVOS DE MARX E AS CRISES CAPITALISTAS	46
2.1 OS <i>GRUNDRISSE</i> ENQUANTO ESTUDO DE TRANSIÇÃO TEÓRICA	47
2.2 O MANUSCRITO DE 1861-1863	55
2.3 O MANUSCRITO DE 1863-1865 – A REFORMULAÇÃO DO PLANO DE EXPOSIÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA	62

SUMÁRIO

2.4 O CAPITAL E SUAS EDIÇÕES	64
2.5 MODIFICAÇÕES NOS PLANOS EXPOSITIVOS E O TRATAMENTO DO TEMA DA CRISE	67
3 EXPLICAÇÕES NO CAMPO MARXISTA: QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO E PLURICAUSALIDADE DA CRISE	74
3.1 A CRISE NA CONSTRUÇÃO TEÓRICA DE MARX	74
3.2 O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE A CRISE EM MARX	82
3.2.1 DAVID HARVEY E MICHAEL HEINRICH: A PLURICAUSALIDADE DA CRISE POR MEIO DA ANÁLISE DE O CAPITAL, DO PLANO EXPOSITIVO E DOS ESTUDOS FIOLÓGICOS	83
3.2.2 MICHAEL ROBERTS E ALAN FREEMAN: EMPIRIA E QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO	92
3.2.3 RICCARDO BELLOFIORE E A ANÁLISE DA CRISE CONTEMPORÂNEA: LEI DA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO COMO METATEORIA DA CRISE E O MÉTODO RECONSTRUTIVO	104
3.2.4 HECTOR BENOIT E JADIR ANTUNES: A EXPOSIÇÃO DIALÉTICA DE O CAPITAL E A CRISE COMO SÍNTESE DA TOTALIDADE CONTRADITÓRIA DO CAPITAL	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICE 1 - PLANEJAMENTO DOS VOLUMES DA MEGA2	130

PREFÁCIO

Este livro vem provavelmente publicado em um dos períodos mais sombrios da história recente. Não é segredo que a pandemia, a crise sanitária e econômica estão seriamente colocando em risco parte da certeza – aparentemente cristalizada – que, especialmente no campo da teoria econômica e política, já havia começado a vacilar há algumas décadas, mas sem ter surtido efeitos particularmente sensíveis. A explosão da crise há mais de dez anos de 2007/2008, de fato, produziu a ideia de que, mesmo os defensores mais firmes do sistema dominante deveriam finalmente admitir que o complicado sistema de equações do equilíbrio econômico geral, e suas derivações mais recentes, haviam perdido uma agenda crucial com a história, falhando na descrição de um mundo que tinha tomado uma direção muito diferente. No entanto, essa foi uma ilusão que durou muito pouco: esses agentes do capital, sejam eles colocados em universidades de prestígio ou no campo diretamente político, depois de um inicial, desajeitado e tímido *mea culpa*, rapidamente retomaram os seus projetos de onde o haviam deixado, na verdade, esperando uma fase de acumulação que, no entanto, tem demorado a chegar em uma amplitude satisfatória. De 2008 a 2020, todo o sistema mundial foi impulsionado principalmente pelo *desempenho admirável* da economia chinesa, enquanto todos os outros Estados (ou dominados como no caso da UE), incluindo os chamados emergentes, mostraram-se distantes das maravilhosas taxas de crescimento do PIB. Em essência, a mudança no PIB mundial tem sido gradativamente mais decepcionante até atingir seu nível mínimo no ano da explosão pandêmica. Quase todos os analistas jogaram um jogo fácil atribuindo a terrível crise econômica inteiramente ao Covid19 – que, ainda no momento da escrita deste prefácio, continua colhendo vítimas em todos os cantos do mundo. No entanto, quem acompanhou os acontecimentos mais de perto sabe que no último trimestre de 2019 as coisas já estavam começando a ficar muito ruins e havia muitos que já previram para 2020 um cenário de *annus horribilis* para o sistema econômico mundial.

“Caro leitor, a economia mundial está em um estado de alta fragilidade. O impulso expansivo dos primeiros meses de 2018 perdeu vigor principalmente devido às tensões comerciais. A isto, devem ser adicionadas as ameaças provenientes da vulnerabilidade dos mercados financeiros e das incertezas geopolíticas. Esses desafios privam os *policy makers* da possibilidade de cometerem passos falsos e, pelo contrário, exigem que eles adotem políticas corretas em nível local, internacional e global.” Este *incipit* parece ter sido extraído de um artigo de um estudioso marxista na correta análise da fase do sistema econômico mundial. No entanto, a fonte é de natureza profundamente distinta e, por isso, assume, na medida do possível, uma relevância ainda maior: trata-se da mensagem do gerente interino do FMI, David Lipton, publicada na abertura do periódico IMF Annual Report (2019). O relatório do último trimestre de 2019 ecoou os alarmes já soados nos últimos anos: em essência, diante dos olhos dos operadores, ficou evidente que uma parte muito grande da liquidez injetada

em anos anteriores pelos bancos centrais de todo o mundo (a famigerada *quantitative easing*) tinha acabado em grande parte no jogo do mercado de ações, inflando desproporcionalmente as já grandes bolhas especulativas existentes. Em outras palavras, a iminência de sua explosão tornou-se altamente provável e os efeitos potenciais já pareciam piores do que os de 2008.

Um aviso dramático, nesse sentido – deliberadamente silenciado pela mídia, mas que, no entanto, tinha aterrorizado os operadores pelo menos um pouco conscientes da dinâmica dos mercados financeiros – se materializou em 17 de setembro de 2019, um dia que, por enquanto, conta pouco, mas que futuramente poderemos encontrar nos livros de história. Nessa data, apesar da impressionante quantidade de liquidez já bombeada no sistema pelos bancos centrais em todo o mundo desde 2008 estimada em cerca de US\$ 20 trilhões no geral, o mercado interbancário dos EUA paradoxalmente se viu em um impasse, ou seja, justamente por falta de liquidez, apesar do fato de que as taxas de juros atingiram em alguns casos zero ou até mesmo se tornaram negativas. Traduzidas em termos mais compreensíveis, de repente algumas taxas de juros de ações particulares saltaram para 10% ao mesmo tempo em que as taxas de juros oficiais dos EUA não se desviaram de 2-2,25%. Este indicador (diga-se também, *spread*, emprestando uma terminologia bem conhecida na Europa) mostra uma interferência típica do sistema devido principalmente à falta de confiança entre os operadores que lidam com desembolso e reembolso de capital em empréstimos, especialmente do *overnight*. Em outras palavras, parecia testemunhar a mesma história infelizmente já vista nos meses imediatamente anteriores à explosão de 2008, iconograficamente representada pelo fracasso pilotado por Lehmann Bros. O Federal Reserve, portanto, teve que intervir para evitar o colapso do sistema, reinjetando liquidez no valor de US\$ 260 bilhões (recorde até então) nos dois meses sucessivos (incluindo US\$ 75 bilhões apenas no dia 17 de setembro) – e reduzindo as taxas em um quarto de ponto. Assim, em um único dia, o curso realizado nos últimos seis meses foi sensacionalmente invertido, consistindo na gestão de uma “normalização” do mercado monetário, ou seja, sua secagem progressiva. Portanto, que a crise não tinha passado era uma coisa cientificamente inequívoca aos olhos dos operadores e especialistas. As classes dominadas em nível mundial, por outro lado, continuaram a permanecer inconscientes, impulsionadas como de costume, pela ideologia dominante, sua mídia e seus agentes espalhados em todos os lugares que importam.

Este primeiro ano da pandemia mostrou descaradamente que as crises acabam tendo quase um impacto total sobre as classes mais fracas, exacerbando ainda mais as iniquidades estruturais do sistema de capitais. Que os proprietários dos ativos e empresas transnacionais mais importantes do mundo (Facebook, Google, Amazon, Microsoft, Alibaba, etc.) viram sua riqueza aumentar em um momento em que, por outro lado, a classe trabalhadora mundial está passando por um dos momentos mais dramáticos de sua existência é apenas uma aparente contradição, uma vez que é inerente ao sistema capitalista que a classe que domina mesmo nas fases de crises pode expandir seu raio de ação. Fala-se muito neste período de desigualdade e pobreza, mas se não conectarmos esses dois elementos com a crise e, acima de tudo, se não os lermos com as lentes do socialismo científico,

corremos o risco de buscar novas maneiras que nos fazem perder terreno na perpétua luta de classes, nos guiando em trilhas mortas. A capacidade das classes exploradas de tomar seu futuro em suas próprias mãos, e assim começar a recuperar terreno nas relações de força atualmente desequilibrado em relação aos donos do capital, depende de fato de sua capacidade de assumir uma consciência de classe que, inevitavelmente, passa por um conhecimento científico da teoria marxiana. Deste ponto de vista, parece-nos muito mais aceitável a declaração de Lênin de que “sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário”.

Por essas razões, este ensaio parece-nos muito útil e, de certa forma, valioso, uma vez que trata de um dos pontos nevrálgicos de toda a análise marxiana, a da crise do modo de produção contemporâneo. Após o trabalho filológico preliminar, que recentemente deu nova luz a toda obra de Marx e Engels, o texto caminha para a enunciação dos aspectos centrais da análise da crise sobre a qual, então, conforme exposto nos capítulos finais, o debate mundial tem tentado desenvolver os aspectos mais importantes. É este, um texto que certamente será útil a todos aqueles que querem ter à sua disposição as ferramentas necessárias para entender a realidade, esperando um mundo melhor – não mais baseado na exploração de uma classe sobre outra – aproveitando o otimismo da vontade mediada por um inevitável pessimismo da razão.

Roma, 10 de fevereiro de 2021

Francesco Schettino
Universidade da Campânia, L.Vanvitelli

APRESENTAÇÃO

O tema da crise capitalista que apresento aqui acompanhou meu percurso profissional, acadêmico e militante. Essa história iniciou-se em 1998, quando ingressei na UFJF, em meio à crise dos assim chamados Tigres Asiáticos; ano também em que se comemorou 150 anos de publicação do *Manifesto Comunista*. Buscava, em meio a esse turbilhão histórico e a uma das mais longas greves do nosso sindicato, compreender o trabalho docente em uma universidade federal, me inserir organicamente na luta sindical e partidária, bem como atuar na linha de frente dos embates da minha área específica de formação, a educação física. Acompanhou-me também nos meus estudos de doutorado no começo dos anos 2000 e, também, recentemente em meu estágio pós-doutoral. Em 2020, sistematizei a investigação destes anos todos e apresentei-a no formato de uma tese para o concurso para titular da carreira na UFJF. Este livro é fruto dessa trajetória.

Em 2001, foi lançado no Brasil o livro de Roman Rosdolsky, *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Lembro-me de ter me impressionado com aquele denso livro – escrito originalmente em 1968 – contudo, tê-lo achado quase que incompreensível sob o ponto de vista de poder conectar todas as informações contidas ali, da dificuldade de compreender as etapas do planejamento do que viria a ser *O Capital*, desde a sua planta baixa, os *Grundrisse*¹. Incomodava-me uma questão: por onde andaria o restante do manuscrito de Marx não utilizado por Kautsky na editoração de *Teorias da Mais-Valia*? Essa e outras perguntas não decifradas ou de difícil compreensão em Rosdolsky ainda eram lacunas que buscava compreender. Nascia, aos poucos, um objeto de estudo sobre o qual queria me debruçar no pós-doutorado. O que Marx afinal havia planejado expor sobre a crise do capital? O que diziam os novos estudos que investigavam textos que até então não eram do conhecimento dos marxistas?

Ripartire da Marx – recomeçar de Marx –, um desses títulos belos, neste caso, de um livro de Roberto Fineschi, que diz tanto quanto o seu conteúdo – sintetiza o ponto de partida da minha investigação. Descobri, simplesmente, que até os dias de hoje os manuscritos de Marx não estão publicados em sua totalidade, que obras importantes que haviam feito parte da minha formação, bem como de tantas outras gerações anteriores e posteriores, não eram de fato a forma bruta como Marx havia escrito ou deixado o texto, ou seja, eram editorações, montagens, incluindo sua obra magna, *O Capital*! E, ainda, que havia um intenso trabalho filológico de recuperação das obras marxianas, desde o começo do século XX, mas ainda em curso. Portanto, o conhecimento deixado por Marx ainda não está resgatado em sua plenitude. O marxismo, nesse sentido, deveria recomeçar de Marx. No Brasil, temos pouquíssimos debates sobre o trabalho de sua recuperação filológica; quando iniciei a estudá-lo, já havia um grande lastro de discussão o qual nunca vi apresentado em âmbito nacional. Descobri então os trabalhos de Hugo Cerqueira e seus colegas do Cedeplar, da UFMG, como pioneiros no nosso país.

¹ Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie. Vou me referir a esta obra apenas como Grundrisse

E, por falar em filologia, a conhecia apenas de quando lia sobre a recuperação dos textos gregos antigos, como os de Aristóteles que, ao passar da biblioteca de Roma para a de Alexandria, ficou do lado bizantino do Império Romano, invadido pelos árabes, sendo assim conservado e traduzido por eles e, depois, na Idade Média, traduzido do árabe para o hebraico e depois para o latim medieval, de modo que não era lido no original, até que os escolásticos o traduziram, à sua maneira, direto da fonte original (CHAUÍ, 2002). Parecia-me a filologia algo tão especializado, remoto e, ao mesmo tempo, ligado a um tipo de ficção e suspense que nos leva a imaginar onde foram parar as obras ou fragmentos dos clássicos. Lembrava-me, por exemplo, de *O nome da Rosa*, de Umberto Eco, no qual o monge franciscano William de Baskerville e seu escudeiro Adso de Melk, agindo como se fossem Sherlock Holmes e Watson a utilizar o método dedutivo em pleno século XIV – quando aquele ainda nem existia – desvendam uma série de mortes em um mosteiro, supostamente ligadas a um trecho perdido que versaria sobre a origem e a natureza da comédia, contido no livro *Arte Poética*, de Aristóteles. Quanto mistério e investigações estariam envoltos no trabalho de recuperação filológica!

Jamais poderia imaginar que o ocorrido com os textos gregos pudesse, de alguma monta, acontecer com os manuscritos de Marx. Como poderia conceber, por exemplo, que foi somente há pouco tempo atrás, em 2017, que textos importantes tais como *A Ideologia Alemã* foram revelados ao mundo em sua integralidade, se, em 2007, comemorávamos a primeira edição brasileira completa dessa obra? Os estudos filológicos talvez revelem por que havíamos dificuldades de compreender determinadas obras marxianas. Ou, talvez, nos questione por que achávamos que as compreendíamos perfeitamente, quando elas, em sua originalidade, se mantêm em estado de fragmentação. Talvez tais estudos modifiquem as próximas gerações de marxistas que terão acesso aos seus conhecimentos, diferentemente do que aconteceu com a minha geração e com a geração que me formou. Uma coisa é possível se afirmar: esse conhecimento se movimenta.

E assim surgiu este estudo. O que para mim parecia tão aceito no campo marxista, de que o fundamento da crise do capital seria a queda tendencial da taxa de lucro, mostrou-se controverso e me deparei com uma interminável discussão cuja conclusão não está por chegar agora. Os que compreendem se tratar a queda tendencial da taxa de lucro a causa da crise em Marx são conhecidos como os defensores da monocausalidade da crise; os que disso divergem apresentam argumentos de pluricausalidade, ou seja, para eles existem em Marx várias, e não apenas uma causa da crise. Trata-se, esta pesquisa, de analisar cada argumento e, sobretudo, como chegam metodologicamente, cada autor, às suas conclusões.

Quero pontuar ainda algumas tomadas de decisões no plano expositivo. Escrevi, utilizando a primeira pessoa do singular, buscando dar um ar de reflexão em processo; ainda, essa opção se refere à assunção total da responsabilidade pelas reflexões realizadas. Assumo, ainda, as traduções aqui contidas. Procurei utilizar os textos em português sempre que disponíveis, porém, muitos deles não estão publicados na nossa língua. Mantive, outrossim, a terminologia mais-valia. Ainda que ache justa a argumentação, própria da segunda metade dos anos 2000, de que o termo mais-valor faz mais

sentido do ponto de vista da tradução do alemão para o aporte marxiano, também é um consenso de vários autores que o termo mais-valia pode ser mantido, com o mesmo sentido, em respeito à tradição brasileira.

Por último, quero destacar que este trabalho também é datado sob influências da forma como os marxistas se apropriam de sua tradição em nossos tempos. Hoje temos possibilidades que não existiam quando comecei a estudar. A internet tem possibilitado disseminar muitas informações e, no tocante ao trabalho acadêmico, muitos eventos, tais como congressos, seminários e cursos, a que anteriormente só tínhamos acesso se estivéssemos presentes, se tornam possíveis de serem acessados remotamente. Em muitos autores consegui me aprofundar depois de assistir a eles em várias apresentações. Sempre que algum trecho falado se sobressaiu ao escrito, procurei indicá-lo em nota de rodapé.

Gostaria de registrar alguns agradecimentos importantes para a realização desta obra. A Rogério Gonçalves de Freitas, pela amizade e viabilização de minha ida à Itália para cursar o pós-doutorado; a Francesco Schettino pela acolhida naquele país e supervisão deste trabalho e a Hugo Eduardo da Gama Cerqueira pela co-supervisão aqui no Brasil. A Gaudêncio Frigotto pela orientação e amizade desde o doutorado e pelo contínuo processo de formação que me proporciona, assim como a Alfredo Gomes de Faria Junior (*in memoriam*), professor que me formou desde a graduação e me mostrou os caminhos da pesquisa, me acompanhando até o doutorado. A José dos Santos Rodrigues e Celi Nelza Zülke Taffarel pela participação da banca do concurso para titular e por serem referências acadêmicas e políticas para mim. Às minhas colegas da UFJF Sonia Regina Miranda e Diva Chaves Sarmiento pelas contribuições provenientes de suas participações nesta mesma banca de concurso. Aos amigos Álvaro de Azeredo Quelhas, André Silva Martins e Rubens Luiz Rodrigues, companheiros de longa data da UFJF e ao meu departamento, pela liberação para o pós-doutorado. À tia Catarina e ao Alexandre, pelo apoio de sempre e pelo carinho familiar. Aos integrantes do GETEMHI, do GENTE, do MNCR e do MEEF com os quais sempre pude contar para dialogar, seja no plano acadêmico, seja na militância política. À Aparecida de Fátima Ferreira, por mais esta revisão de texto.

INTRODUÇÃO

A ÚLTIMA GRANDE CRISE CAPITALISTA

O século XXI apenas iniciou e, ainda no seu primeiro quarto, já mostrou o vigor da crise capitalista em escala mundial. A crise do *subprime* ou a assim conhecida bolha imobiliária norte-americana de 2007² fez reviver o debate sobre as crises capitalistas muito comum às crises dos anos 1930 e 1970 do século passado. O remédio adotado desde a crise dos anos de 1970 no campo da política econômica, genericamente conhecido como neoliberalismo, por sua vez, veio passando por características distintas, de acordo com o esgotamento de cada recuperação econômica e com o desgaste da política social, considerando-se a correlação de forças entre capital e trabalho.

Para Bellofiore (2010), é necessário distinguir duas fases diferentes dessa política econômica, fundada na fragmentação do trabalho e na sua subsunção à financeirização da economia. Para o autor, a primeira fase do neoliberalismo, entre os anos de 1980 e 1995, tratou-se de uma revolução neoconservadora do monetarismo, com cortes no bem-estar e queda dos gastos do Estado. Já a segunda fase que se seguiu posteriormente caracterizou-se por uma tendência de pleno emprego, ainda que com base em crescente precarização do trabalho, seguida de uma política monetária voltada à expansão do consumo. Trata-se, por outro lado, de uma fase caracterizada por políticas compensatórias e de alívio à pobreza que, por outro lado, não renuncia a um robusto gasto com o orçamento militar (NOZAKI, 2009; NOZAKI; PENNA, 2007).

Ao observar a economia norte-americana, é possível resgatar o emblemático ataque às torres gêmeas do *World Trade Center*, em setembro de 2001. A queda dos índices financeiros equivalentes aos do crash da bolsa de valores norte-americana de 1929, que em primeira interpretação se referiam aos ataques sofridos, escondeu a própria crise da economia norte-americana que já acumulava doze meses de queda em sua produção industrial, com uma taxa de ociosidade industrial maior desde o ano de 1983, início da implantação do neoliberalismo naquele país (NOZAKI, 2002). Há, no plano do capital financeiro, um estouro da bolha das empresas de tecnologia (ROQUE, 2017). Nas palavras de Coggiola (2012, p. 39), “o atentado às Torres Gêmeas não provocou a crise mundial, mas a colocou em evidência”.

A recuperação econômica mundial, entre os anos de 2002 a 2007, foi conseguida com base em uma internacionalização sem precedentes do capital financeiro. Do ponto de vista norte-americano, houve um empenho governamental para uma redução da taxa básica de juros de 6,5 % a 1% entre 2001 a 2004 e, de 2000 a 2008, o crédito de imóveis aumentou 100%, passando de 3,5 a 7 trilhões

² A crise da bolha imobiliária norte-americana tem seu ápice normalmente referenciado no ano de 2008, contudo, é possível apontar o seu início já no ano de 2007, com a suspensão dos saques no banco *BNP Paribas* francês e a corrida bancária ao *Northern Rock*, na Inglaterra (ROQUE, 2017), juntamente com o reconhecimento oficial da crise pelo governo norte-americano (COGGIOLA, 2012).

de dólares neste período (ROQUE, 2017). Uma inovação importante foi a operação de empréstimos imobiliários a partir de hipotecas de alto risco, os chamados *subprime borrowers*, criados ainda no ano de 2001. Sobre essas bases, a economia mundial retomou seu crescimento, abrindo um novo ciclo de expansão da produção de capital e do comércio internacional (COGGIOLA, 2012). Contudo, nem o período de recuperação neoliberal, com a bolha do dot.com dos finais dos anos 1990 e o boom imobiliário impulsionado pelo crédito depois de 2002, foi capaz de recuperar a lucratividade até os níveis elevados de meados dos anos 1960 (ROBERTS, 2016b).

A crise internacional de 2007 teve origem no sistema do mercado imobiliário dos EUA. O crescimento desse setor propiciou uma elevação de preços sem precedentes, com efeito autoexpansível. Os preços imobiliários aumentaram mais de 300% em 30 anos, tornando-se um sistema insustentável. Em meio ao crescimento, houve também o aumento dos juros pelo Banco Central Norte-Americano, o Fed, e os títulos tornaram-se impossíveis de serem negociados, o que desencadeou um efeito dominó, com inadimplências que causaram danos sem precedentes no sistema bancário internacional (COGGIOLA, 2012). De 2005 a 2008, as inadimplências hipotecárias subiram de US\$ 20 bilhões para US\$ 170 bilhões, o que implica em aumento de 750% em 4 anos (ROQUE, 2017).

Segundo o jornal *The Economist*, a bolha imobiliária de 2000 a 2005 foi a maior de todos os tempos, superando a de 1929 (COGGIOLA, 2012). Assim, a crise inaugurada no ano de 2007 desencadeou uma depressão histórica no capitalismo mundial. Para Roberts (2016b), define-se depressão como o momento em que a economia tem um crescimento muito abaixo de seu índice de produção e abaixo de sua média a longo prazo. Até hoje, houve três depressões na economia mundial, a primeira no final do século XIX (1873-97), a segunda em meados do século XX (1929-1939) e agora uma no começo do século XXI (2008-).

Explica Roberts (ibid.) que depressões não são sinônimo de quedas econômicas e recessões e que, antes dos anos 1930, todos decréscimos econômicos seriam chamados de depressões, sendo o termo recessão cunhado mais tarde. A economia convencional definiria tecnicamente como aquela caracterizada por dois trimestres consecutivos de contração do Produto Interno Bruto (PIB) real de uma economia. Já a depressão seria definida de duas maneiras. A primeira, de maneira bastante formal e rígida, quando uma economia experimenta uma queda do PIB superior a 10% ou uma queda de uma duração superior a três anos. Em segundo lugar, se argumentaria que a diferença entre uma recessão e uma depressão seria algo mais que uma questão de magnitude e duração; nesse caso, a natureza do decréscimo também importaria. Porém, para Roberts (ibid.), nenhuma dessas definições faria justiça à realidade de uma depressão. Defende que um ponto de referência mais específico seria quando uma economia sofre uma grande contração e todo indício de recuperação é tão leve que a tendência de crescimento anterior não chega a recuperar, ou, se recupera, necessita de vários anos, ou até uma década ou mais para isso. Em suma, acrescenta que, em uma depressão, a tendência de crescimento pré-crise não se recupera por 10, 15 ou até mesmo 20 anos. Compreende-se, dessa maneira, a extensão da gravidade da crise iniciada em 2007.

A crise do setor imobiliário norte-americano, naquele ano, teve repercussões internacionais que movimentaram vários recursos do capital financeiro para tentar contorná-la. Entre o fim de 2008 e início de 2009, os institutos de crédito europeus compraram 357 bilhões de euros em títulos de Estado, chegando a possuir um total de 1.552 bilhões de euros, valor superior ao PIB da Itália em 2012 (SCHETTINO, 2014). Desde então, em meio a tentativas de gerências da crise, outras crises se espalharam ao redor do globo, entre elas a crise de bolhas especulativas na China, em 2015, e a crise da dívida grega, no mesmo ano, como expressões de economias apêndices da área do euro (D'ACUNTO; SCHETTINO, 2015). Todavia, para D'acunto e Schettino (2015), é importante lembrar que o problema da dívida não se limita à experiência da Grécia ou aos outros países do sul da Europa. Ao contrário, é muito mais abrangente e é da própria natureza da produção capitalista. O que Schettino (2016) chamou de injeção fatal se mostrou presente novamente no começo do ano de 2016, depois de oito anos, seguindo os mesmos problemas da crise de 2007/2008 que afetou mortalmente o capitalismo mundial.

Ao que tudo indica, a problemática entre expansões e crises capitalistas está longe de ter um ponto final. O ano de 2017 terminou com um balanço positivo na interpretação dos capitalistas. O *Wall Street Journal* publicou um artigo denominado “O ano em que tudo subiu” (EISEN, 2017), no qual destaca a elevação da economia norte-americana, a partir dos índices *Dow Jones* e *Nasdaq*, baseados em grande parte pelos ganhos das empresas de tecnologia. Ainda, argumenta que, para além da economia norte-americana, há importantes expressões de retomada econômica em todo mundo, baseadas, em alguns casos, em reformas sociais e trabalhistas, como no caso da Argentina. Diz respeito, porventura, a mais um anúncio de novo ciclo de recuperação capitalista?

A CRISE EM MARX: DISCUSSÃO ENTRE OS MARXISTAS

A esta altura posso convergir ao objeto desta pesquisa. Trata-se da concepção de Karl Marx a respeito das crises capitalistas. Ao se desenvolver intelectualmente como um crítico da sociedade burguesa, estudou os clássicos que a representavam e chegou a uma conclusão diametralmente oposta à deles, a de que o capitalismo, com seus valores e ideologia, não se tratava de estado natural do homem. Era, por outro lado, um momento histórico determinado, portanto, que determina os valores, concepções e ideias de determinada época, contudo, que não está com isso destinado a se eternizar. Considerando que o protagonismo histórico provém da luta de classes, Marx dedicou sua vida à análise da relação capital e encontrou, em seu interior, uma contradição imanente à sua reprodução. Tal contradição leva o sistema capitalista inevitavelmente a crises, que não supõem, por si só, o seu derradeiro destino, porém, se caracterizam como fator objetivo que evidencia a necessidade de sua superação.

Quanto ao caráter estrutural da crise no sistema capitalista, não há divergências no campo marxista. Por outro lado, historicamente, as divergências a respeito de questionar se em Marx haveria

uma interpretação de que as crises levariam fatalmente à destruição do capitalismo formaram várias posições no interior do debate operário. Para defender suas posições, os militantes recorreram às passagens de Marx, tirando conclusões diferentes acerca da sua concepção sobre a crise. Posteriormente, o debate continuou, durante todo século XX, no sentido de apontar qual(is) seria(m) a(s) causa(s) da crise para Marx, sendo possível afirmar que até hoje não se tem consenso sobre a temática.

Inicialmente, desde o século XIX, a controvérsia entre os marxistas centrava-se nas possibilidades de derrubada do capitalismo. Na Rússia, considerando-se as construções de Nikolai Danielson, Mijail Tugán-Baranovski, Serguei Bulgákov e Vladimir Lenin, debatiam-se as posições entre concepções assim chamadas de populistas, marxistas legais, reformistas e revolucionárias. Contudo, para Caligaris (2018), as posições sobre a crise resultantes desse confronto não se vinculam respectivamente a concepções reformistas ou revolucionárias da transformação da sociedade, muito menos a concepções que afirmam ou questionam a necessidade de superação do capitalismo³. Segundo o autor, para qualquer das posições apresentadas, a conexão entre desenvolvimento econômico e ação política acabava mostrando-se frágil ou totalmente nula.

Já na Alemanha, considerando que se tratava de uma das nações mais avançadas do ponto de vista capitalista, a questão central era avaliar se a evolução do capitalismo coincidia com as tendências gerais apresentadas em *O Capital*. As concepções distintas que se foram construindo ao longo dos anos caracterizaram o debate conhecido como o *debate revisionista*. No interior desse debate, a questão da derrubada do capitalismo se mostrou o próprio debate travado entre as posições representadas, por um lado, por aqueles que pretendiam corrigir as concepções de Marx sobre a evolução do capitalismo e, por outro, por aqueles que procuravam defendê-las. Nesse contexto, foi evidenciada a discussão sobre a concepção da crise em Marx. Para Eduard Bernstein, que liderava a posição revisionista, entre os marxistas imperava a concepção fatalista da superação do capitalismo cujo eixo era o colapso do capitalismo motivado por uma crise econômica insuperável, contudo, tratava-se, ao invés de lutar por uma transformação do capitalismo, de buscar reformas que elevassem as condições de vida da classe operária e sua participação no desenvolvimento da democracia. Já para Rosa Luxemburgo, considerada da ala revolucionária, Bernstein, ao negar o colapso do capitalismo, acabava negando também a própria necessidade do socialismo. Tal aspecto vinculava o fim do capitalismo à ação política revolucionária, bem como à negação da ação política reformista, considerada por ela impotente para superar o modo de produção capitalista. A resposta de Kautsky foi semelhante à de Luxemburgo (ibid.).

O próximo passo nesse debate ocorreu anos mais tarde com a publicação da tradução para o alemão da segunda edição do livro de Tugán-Baranovski acerca das crises industriais na Inglaterra. Entre uma edição e outra desse livro, foi publicado o terceiro livro de *O Capital*, em 1894, quando Tugán-Baranovski se tornou um crítico de Marx, sobretudo no que se refere à explicação das crises contidas no Livro³. Para o autor russo, Marx e os marxistas consideravam que a dinâmica econômica

³ Como exemplo dessa afirmação, Caligaris (2018) afirma que autores politicamente contrapostos, tais como Tugán-Baranovski e Lenin, concordavam com o mesmo diagnóstico com relação à capacidade puramente econômica do capitalismo para desenvolver-se e com a necessidade da superação desse modo de produção.

do capitalismo deveria chegar necessariamente a um ponto em que não poderia reproduzir-se por si mesmo, ponto esse em que se demonstrava a necessidade inevitável do socialismo. Portanto, a transformação da sociedade capitalista seria uma necessidade econômica, visão essa refutada e apresentada como frágil (ibid).

A reação contra o livro de Tugán-Baranovski por parte dos marxistas foi imediata. Organizaram-se em uma frente comum, assumindo que em Marx haveria uma teoria da crise e que deveriam, portanto, defendê-la, pois sem ela não restaria explicação possível para a superação do capitalismo. Contudo, não conseguiram, ainda que com muito empenho, avançar nas argumentações já construídas para rebater Bernstein. Kautsky defendeu que frente à crise terminal, a classe operária se via obrigada a buscar uma saída para a miséria generalizada e que só podia encontrá-la no socialismo. Luxemburgo também respondeu analisando a acumulação do capital em sua fase imperialista. Lá concluiu que a acumulação do capital chegaria a um nível no qual ficaria impossibilitada de se desenvolver à mesma proporção das forças produtivas, o que levaria ao afundamento do capitalismo. Argumentou, assim, que o socialismo só poderia ser o resultado de uma ação política revolucionária da classe operária que se antecipasse ao colapso do sistema capitalista. Tal linha de argumentação gerou bastante crítica, tanto da social-democracia alemã quanto dos bolcheviques russos, ainda que fossem grupos políticos contrapostos, uma vez que se argumentava que a visão de Luxemburgo partia da suposição de um colapso do capitalismo motivado por uma impossibilidade puramente econômica. Posteriormente, em 1915, Luxemburgo escreveu uma defesa buscando sustentar que a tendência econômica do colapso do capitalismo não leva por si só ao socialismo, mas que haveria a necessidade de uma ação política e revolucionária do proletariado e, mais precisamente, que essa ação fosse realizada antes que acontecesse o dito colapso por conta da situação cada vez mais insustentável da economia (ibid.).

Já Henrik Grossmann, ainda no interior do debate sobre o colapso do capitalismo, publicou, em 1920, um livro sobre a lei de acumulação e o colapso do sistema capitalista, no contexto da crise econômica europeia daquela década. De acordo com o autor, a acumulação de capital levaria consigo a tendência ao seu colapso, porém, não por um problema de realização de mais-valia, como sustentavam os defensores da teoria do colapso até então, mas por falta de mais-valia para satisfazer as necessidades de busca da acumulação do capital. Nesse ponto, Grossmann chamava atenção para a crescente composição orgânica do capital que levaria à tendência da queda da taxa de lucro. A crítica estaria na visão de que a concepção até então adotada pelos defensores da teoria do colapso seria antes de tudo fatalista ou economicista e que essa visão de um limite do capitalismo seria irreconciliável com a concepção marxiana de luta de classe (ibid.)⁴.

⁴ Para o aprofundamento das críticas recebidas por Grossmann, recorrer à leitura de Caligaris (2018). Para este último, autores como Karl Korsch, Anton Pannekoek e Paul Mattick entraram no debate ressaltando o viés economicista das análises de Grossmann. Por outro lado, a visão de que a classe operária deveria tomar para si o processo histórico revolucionário traria em contrapartida uma posição voluntarista, o que significaria compreender um deslocamento do debate anteriormente colocado entre reforma e revolução para economicismo e voluntarismo. A esse respeito não me aprofundarei, posto que me desloco orientado pelas discussões acerca da concepção de Marx sobre a crise.

Até aqui, como ressaltado, o debate no movimento operário se referia às possibilidades levantadas por Marx no que concerne ao colapso do sistema capitalista e à necessidade de um protagonismo do proletariado para a superação desse sistema por meio do socialismo. Não obstante, tal debate iniciou um outro que o pressupõe, ou seja, qual seria a concepção de Marx sobre as crises capitalistas? Haveria ele uma teoria sobre as crises? Em seus estudos, o que levaria a crises inevitáveis no capitalismo? Tugán-Baranovski e Hilferding teriam concluído que a causa principal das crises na concepção de Marx era a desproporção incorrigível que existia entre o departamento produtor de meios de produção e o departamento produtor de meios de subsistência, assim conhecida como desproporção setorial. Já para Luxemburgo, a causa fundamental das crises não seria a desproporção setorial, mas o subconsumo. Grossmann teria concluído que a causa das crises capitalistas dever-se-ia à necessidade de estabilização da taxa de lucro média para a acumulação de capital, junto com a necessidade de substituição do capital variável pelo constante, ou seja, a lei da queda tendencial da taxa de lucro. Para autores como Kautsky, a causa principal das crises seria a superprodução de mercadorias (BENOIT, ANTUNES, 2016).

Com o passar do tempo, o debate sobre as razões da crise em Marx se autonomizou com relação ao debate originário, do colapso do capitalismo, ganhando centralidade para outros autores preocupados em descobrir a visão de Marx sobre as crises capitalistas e como aplicá-la para a compreensão das posteriores crises do século XX. Por exemplo Ernest Mandel, dirigente trotskista da segunda metade do século XX, buscou elaborar uma explicação multicausal, que englobaria as supostas causas isoladas numa única formulação. E, para Paul Sweezy, haveria dois tipos de crise, uma causada pela queda da taxa de lucro e a outra pelo problema da realização da mais-valia (ibid.).

O debate histórico permanece ainda hoje após as crises do início do século XXI. Uma linha que o vem orientando é o da mono versus pluri ou multicausalidade da crise⁵. David Harvey (2016) pode ser considerado entre aqueles que mantêm uma defesa da pluricausalidade. Advoga que não existe, em Marx, uma única formação das crises e que, inclusive, a própria queda tendencial da taxa de lucro pode ser resultado de uma série de razões, em vez de unicamente pelo aumento na composição orgânica do capital.

Já Michael Roberts (2016a) responde diretamente a Harvey, argumentando que a tese da queda tendencial da taxa de lucro é um fundamento unitário que explica a crise capitalista e a rejeição dessa tese implica em assumir que Marx não tinha teoria alguma da crise. Critica, nessa via, a visão de que cada crise tem uma origem ou conjuntura diferente, ressaltando que a natureza recorrente das crises capitalistas implica no fato de que elas devem ter uma causa comum. Alan Freeman (2016) apoia o ponto de vista da explicação unitária, defendendo que a teoria da queda tendencial da taxa de lucro é a única explicação para o que ocorre hoje com o capitalismo. Atenta, por outro lado, que a realização de uma ligação direta entre queda tendencial da taxa de lucro e as crises resultam em

⁵ Estou utilizando tais termos referenciados em Benoit e Antunes (2016), ainda que se possa compreender que a defesa da monocausalidade da crise possa ser a reivindicação de uma causa unitária, ou seja, que busca unificar em síntese as várias mediações. O(a) leitor(a) compreenderá melhor esta discussão com a defesa dos vários autores apresentado no último capítulo do livro.

grande confusão, pois a queda da taxa de lucro agrava outras contradições e causa indiretamente a crise. Portanto, a financeirização da economia e o neoliberalismo não seriam causas da crise, mas poderiam ser explicados pela queda tendencial da taxa de lucro.

Para além do debate entre mono e pluricausalidade, é possível encontrar a formulação em Bellofiore (2010; 2016), que defende uma interpretação que denomina de reconstrutiva, no campo marxista, na qual busca unificar as várias teorias sobre a crise atribuídas a Marx, em uma espécie de metateoria a partir da lei da queda tendencial da taxa de lucro que incorporaria as demais teorias dentro de si. Busca, assim, realizar a reconstrução da teoria marxista por meio da incorporação de outras teorias e da análise da evolução histórica das crises capitalistas até os dias atuais. Na mesma linha da busca da superação do debate entre mono e pluricausalidade, encontramos Benoit e Antunes (2016), para quem a discussão sobre causa ou causas da crise se assentaria em uma visão empirista e mecanicista, estranha à dialética marxiana. Defendem a busca de uma compreensão da totalidade, na qual a concepção de crise em Marx coincidiria com o próprio conceito de capital. Nesse sentido, analisam o conceito de crise a partir da dialética expositiva de *O Capital*. Para os dois autores (ibid.), a queda tendencial da taxa de lucro ou qualquer outro mecanismo do capital analisado por Marx, não poderiam ser vistos como possíveis causas das crises. Ao contrário, a concepção de crise em Marx exigiria uma visão dialética de totalidade enquanto síntese de múltiplas determinações.

No bojo dessa discussão, existe o que denominarei de determinantes históricos sociais e pessoais de Marx. Uma questão levantada por Pires (1984) é de que a explicação das crises por meio da modificação da composição do capital e da consequente queda da taxa de lucro é explicitamente formulada nos *Grundrisse*, mas encontra-se apenas sugerida, de modo ambíguo, na seção correspondente de *O Capital*. Pires (1984) conclui que a explicação mais plausível para essa constatação é de que, no intervalo dos 10 anos que separam essas obras, teriam surgido dúvidas em Marx quanto à possibilidade de explicar as crises por essa via. Ressalta, por outro lado, que se trata de uma conclusão provisória, considerando que o terceiro livro de *O Capital* foi organizado por Engels com base nos manuscritos deixados por Marx após sua morte.

Tal tese vai ao encontro das recentes formulações de Heinrich (2009; 2013), quando sugere que Engels foi mais entusiasta que Marx sobre a teoria da queda tendencial da taxa de lucro. Marx nunca retornara a essa teoria, a despeito das evidências de sua incompletude. Para o autor, a suposição de que Marx intencionava basear sua teoria sobre as crises na lei da queda tendencial da taxa de lucro é consequência da editoração que Engels elaborou daquele livro. Tratava-se de um material inacabado e esparso, que Engels, ampliando-o, deu a impressão de uma teoria já largamente concluída da crise. Para Heinrich (2013), em apoio à Harvey, não se pode encontrar uma formulação final de Marx no que tange a uma teoria sobre a crise. Antes, Marx haveria deixado várias abordagens para explicá-la.

Esse debate me parece pertinente na proporção em que, hoje, os trabalhos de recuperação filológica das obras de Marx têm trazido a público novos textos de sua autoria. São textos que, em certa medida, questionam a editoração de obras que pensávamos conhecer com propriedade, como

por exemplo, sua obra principal, *O Capital*. Ainda - não menos importante - a cada ano são revelados extratos, excertos, anotações, entre outros pequenos textos, que ajudam a montar o cenário de preocupações investigativas de Marx as quais trazem questões a respeito do que historicamente se pensava consolidado nas formulações teóricas desse autor. Seu próprio percurso de organização expositiva, de 1857 a 1867, tem sido objeto de discussão, tendo em vista o novo material.

Concomitantemente ao aspecto das novas publicações dos textos marxianos, é necessário levar em conta o atual contexto das crises capitalistas exposto anteriormente. À época de Marx, a crise especulativa ou financeira não se mostrava nas mesmas proporções de hoje, contudo, ele já havia analisado alguns aspectos que tm merecido atenção por parte dos seus estudiosos. Nos dias atuais, há um retorno a seus textos, ou aos novos textos, para cotejá-los com as características contemporâneas da crise.

Considerando as formulações acima, esta pesquisa busca analisar o atual debate da tradição marxista no que se refere à concepção de Marx sobre as crises capitalistas. Assim, algumas questões guiaram a investigação: a) como tem chegado até nós o legado dos textos de Marx?, b) em que estágio se encontram a publicação dos manuscritos marxianos?, c) como Marx planejou expor a crítica da economia política e como pensou tratar a crise nesse contexto?, d) como foi tratada a crise em Marx ao término dessa sua exposição?, e) como se posicionam os autores contemporâneos com relação à formulação marxiana sobre a teoria da crise?, e, f) a partir de que metodologias e concepções epistemológicas tais autores realizam suas defesas?

Para tal, serviu-se do próprio materialismo histórico-dialético para passar pelas seguintes etapas: a) elaboração do estado da arte da editoração para a publicação dos manuscritos deixados por Marx após sua morte até os dias atuais, b) reconstituição bibliográfica dos planos expositivos de Marx para a elaboração da crítica da economia política, sobretudo no que se refere à crise do capital, c) análise das defesas contemporâneas sobre mono e pluricausalidade da crise em Marx, assim como outras que se colocam para além dessa polarização. Utilizou-se, nesse sentido, os seguintes materiais bibliográficos: a) estudos filológicos realizados por meio da evolução do projeto *Marx Engels Gesamtausgabe* (MEGA), b) planos expositivos de Marx, desde os *Grundrisse* até *O Capital*, e c) textos de David Harvey, Michael Heinrich, Michael Roberts, Alan Freeman, Riccardo Bellofiore, Hector Benoit e Jadir Antunes referentes ao debate sobre a teoria da crise em Marx.

Assim, a apresentação desta obra ficou dividida em três capítulos. O primeiro capítulo analisou a trajetória dos estudos filológicos desde o começo do século XX até as mais recentes publicações e sua implicação para o marxismo. Já o segundo capítulo apresentou a evolução dos planos expositivos de Marx no que se refere à crítica da economia política, desde o projeto de seis livros para o de quatro, considerando-se as *Teorias da Mais-valia*. Por último, no terceiro capítulo, analisou o atual debate marxista no que concerne à concepção de Marx sobre as crises capitalistas, considerando os argumentos de mono e pluricausalidade da crise e as formas teórico-metodológicas utilizadas por cada autor.

1 O TRABALHO FILOLÓGICO DE RECONSTITUIÇÃO: A OBRA INACABADA DE MARX

Tratar a obra de Marx como um legado coerentemente ordenado e finalizado pode ter sido um dos erros – intencionas ou não – mais comuns do século XX. Em vida, Marx publicou obras importantes, todavia, uma considerável e extensa contribuição desse autor, foi posta ao público após a sua morte. Desde a organização dos Livros 2 e 3 de *O Capital*, feita por Engels, até os textos publicados no século XX, tais como *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*, *A ideologia alemã* e *Grundrisse*, por exemplo, é possível considerar que a obra marxiana veio ao conhecimento do público por meio de trabalhos filológicos de diversas naturezas, o que significa, portanto, em certa medida, interpretações e até montagens de textos para atribuir conotação coerente aos seus manuscritos.

O que seria, nesse sentido, possuir uma visão estritamente marxiana – ou a assim chamada visão ortodoxa – sobre algum tema? Os recentes estudos filológicos nos revelam, cada vez mais, que os temas tratados por Marx por vezes foram recuperados de forma a atender determinados interesses políticos de cada época e que, por outro lado, segundo Cerqueira (2015), existe parte significativa de seus escritos que permanece inédita e, portanto, ainda inacessível aos próprios pesquisadores de sua obra. Os estudos filológicos, por outro lado, demonstram uma obra vigorosa, coerente e precisa, contudo, inacabada, uma vez que Marx dificilmente se outorgava convencido de que suas formulações haviam chegado a uma forma adequada para um ponto final, necessitando de mais estudos, ou de maiores sistematizações para posterior exposição.

Dessa forma, o objetivo deste capítulo é apresentar o trabalho de recuperação filológica feita das obras de Marx e Engels, analisando as questões da materialidade histórica e dos interesses políticos de cada época e sublinhando recentes achados que abrem novas perspectivas de investigação, incluindo o tema da crise em Marx. Para tal, o capítulo está dividido em seis partes: três primeiras que buscam reconstituir a história do projeto central de recuperação das obras dos autores, a *Marx Engels Gesamtausgabe* (MEGA); uma parte com o seu balanço e perspectivas; uma parte sobre a reabertura da discussão do tema da crise em Marx, proporcionada pelos recentes trabalhos filológicos; e uma última parte que contém uma crítica com relação à defesa da desideologização das obras marxianas, proporcionada pela nova edição histórico-crítica de seus textos.

1.1 A MEGA1

É possível afirmar que a recuperação e a edição das obras a partir dos manuscritos deixados por Marx iniciou-se logo após sua morte, quando Engels publicou a 4ª edição de *O Capital*, em 1890, bem como organizou os Livros 2 e 3, lançados em 1885 e 1894, respectivamente. Trouxe a público também textos inéditos, como *A crítica ao Programa de Gotha*. Para Engels, contudo, não existia a intenção de publicar o conjunto completo dos escritos de seu companheiro, ou mesmo de elaborar uma edição de modo a reconstituir a gênese e o desenvolvimento de seu pensamento (CERQUEIRA, 2015). Todavia, já existia, no companheiro de Marx, a intenção de preparar a obra marxiana aos militantes socialistas da Europa, Rússia e Estados Unidos, para que pudesse subsidiá-los em suas lutas políticas fora e dentro do movimento trabalhista. Além disso, pretendia manter a reputação científica de Marx, com expectativas de que a publicação dos Livros 2 e 3 de *O Capital* pudesse ser uma espécie de monumento ao seu amigo, o maior já construído a ele (ROTH, 2009).

Então, a publicação de uma edição completa e crítica, tanto dos estudos de Marx quanto de Engels, se mostrava, desde 1897, dois anos após a morte de Engels, uma tarefa a ser assumida pelo Partido Social-Democrata Alemão (SPD), uma vez que este possuía os manuscritos dos dois autores (LABRIOLA, 2000 apud SGRO', 2018). Contudo, a ideia de reunir uma edição crítica das obras completas deles é de 1910 e partiu de um grupo austro-marxista, por meio de um plano da chamada edição de Viena, a qual ficou estancada pelas dificuldades advindas do início da Primeira Guerra Mundial. Todavia, entre 1905 e 1910, Karl Kautsky publicou parte dos manuscritos de Marx, de 1861 a 1863, em livro que ficou conhecido como *Teorias da Mais-Valia*, ou o Livro 4 de *O Capital*. Franz Mehring, por sua vez, editou, em 1902, uma coletânea de textos de Marx e Engels dos anos de 1841 a 1850 e cartas dos dois amigos entre os anos de 1849 e 1862 (CERQUEIRA, 2015). Todavia, o mais importante personagem na história da recuperação das obras de Marx e Engels foi David Borisovic Riazanov, reconhecido filólogo e militante bolchevique. Em 1909, por meio de contatos com Auguste Bebel e Kautsky, teve acesso aos manuscritos em posse do SPD, bem como a textos diretamente preservados pela filha de Marx, Laura Lafargue. Trabalhou na Alemanha pela publicação de parte do legado de Marx e Engels a partir dos *Gesammelte Schriften*⁶, interrompidos em 1917. E organizou 2 volumes de artigos da dupla de autores publicados no *New York Tribune* e no *People's Paper* (CERQUEIRA, 2010, 2015; FINESCHI, 2008).

Em 1917, depois da revolução russa, principiaram discussões, em Moscou, sobre a publicação completa da obra de Marx e Engels. Riazanov foi encarregado por Lenin, em 1921, de dirigir o recém-fundado Instituto Marx Engels (IME) e obteve o apoio do SPD, possuidor de grande parte dos manuscritos originais de Marx (FINESCHI, 2008; 2014). Quando terminou o Congresso Mundial da Internacional Comunista, em 1924, Riazanov foi incumbido de preparar uma edição completa

⁶ Escritos Coletados.

das obras de Marx e Engels, que foi chamada de *Marx Engels Gesamtausgabe*⁷ (MEGA). Contando com um apoio material e financeiro, recrutou um grupo de especialistas, montou uma ampla rede de correspondentes na Europa e estabeleceu colaboração com o Instituto de Pesquisa Social, de Frankfurt, o que lhe permitiu adquirir originais ou fotocópias de cartas, manuscritos e volumes existentes nos arquivos do SPD, em Berlim. Entre 1917 e 1930, o IME reuniu, sob a direção de Riazanov, mais de 450 mil livros e panfletos, em torno de 15 mil documentos originais e 150 mil fotocópias, entre os quais microfilmes dos manuscritos de Marx e Engels (CERQUEIRA, 2010; 2015; HUBMANN, 2012).

Em 1927, surgiu em Frankfurt o primeiro volume do projeto da MEGA. O projeto inicial previa 42 volumes divididos em 4 seções. A primeira parte, com 17 volumes, deveria reunir os escritos de Marx e Engels, com exceção daqueles relacionados à obra *O Capital*. A segunda seção da MEGA iria reunir não apenas o texto de *O Capital*, mas também todos os trabalhos e manuscritos preparatórios da crítica da economia política. Já a terceira parte abrange toda a correspondência de Marx e Engels, enquanto a quarta seção seria composta de dois volumes, contendo um índice temático e nominal. Entre 1929 e 1932, a editora Marx-Engels-Verlag Berlin publicou mais oito volumes. Entre 1933 e 1935, surgiram mais quatro volumes em Moscou-Leningrado pela Casa Editorial para a Literatura Estrangeira (CERQUEIRA, 2010; 2015; FINESCHI, 2008; 2014; HUBMANN, 2012).

Por outro lado, Cerqueira (2015) nos chama atenção para o fato de que, apesar dos rigorosos critérios filológicos e editoriais, o projeto da MEGA não previa a publicação de uma parte significativa dos manuscritos de Marx, mesmo que Riazanov já houvesse mencionado a existência de dezenas de cadernos de excertos de Marx, com longos trechos de estudos, extratos de outros textos copiados, resumidos e comentados de seu uso pessoal. Riazanov mostrava indicativos de que se preocupava com a importância da publicação daqueles excertos:

‘ A verdade é que, ao longo do tempo, a posição de Riazanov a respeito daqueles cadernos parece ter evoluído. Num texto de 1929 ele reconheceu que, dado o método de trabalho adotado por Marx, era por vezes difícil distinguir o que deveria ser considerado um caderno de extratos daquilo que poderia ser considerado um caderno de “trabalhos preparatórios”. A razão é que, mesmo em cadernos que praticamente não contêm comentários do próprio Marx, os trechos recolhidos estão tão estreitamente agrupados em torno de um determinado problema que deveriam ser considerados um “trabalho preparatório” para uma pesquisa já prevista. Por outro lado, dizia, em muitos cadernos os excertos estão entremeados por observações de Marx e, em outros, ele desenvolve longas digressões que já são uma expressão de seu pensamento. Consciente de que o estudo da gênese da crítica da economia política não poderia prescindir do exame destes cadernos, Riazanov expressou sua esperança de que o progresso da pesquisa histórico-filológica sobre a obra de Marx seria tal que, em pouco tempo, far-se-ia sentir a necessidade de uma edição integral dos cadernos de excertos,’ (HECKER, 2002, p. 50-51, apud *ibid.*, p. 830).

⁷ Obras completas de Marx e Engels.

O que parecia ser uma nova possibilidade de investigação e linha editorial por parte de Riazanov foi interrompido em 1931, quando foi preso e deposto da direção do IME por possuir divergências políticas e pessoais com Stalin. A direção do IME foi confiada a Vladimir Adoratskij e boa parte dos pesquisadores ligados a Riazanov foi demitida (CERQUEIRA, 2010). Marxhausen (2014) salienta que grande parte dos que trabalharam no IME foi lançada em prisões, deportada ou muitas vezes assassinada⁸. A gestão de Adoratskij trouxe para a MEGA um caráter mais partidário, visto que o IME foi absorvido pelo Instituto Lenin, controlado diretamente pelo Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) e deixou de ser um órgão essencialmente de pesquisa, para se voltar a tarefas associadas à educação e à propaganda política. Assim, a edição crítica só foi capaz de prosseguir seguindo os critérios científicos por intermédio dos esforços dos pesquisadores que exploraram a incompetência da burocracia (CERQUEIRA, 2010; FINESCHI, 2008; 2014).

‘ Mais preocupadas em afirmar o marxismo-leninismo e em mostrar uma suposta coerência entre os textos de Marx e Engels e as concepções dominantes no período stalinista, elas deixaram em segundo plano a abordagem histórico-crítica adotada nos volumes iniciais. Além disso, a preocupação de Riazanov em assegurar uma reprodução tão fiel quanto possível do conteúdo dos manuscritos deu lugar a distorções e manipulações arbitrárias’ (CERQUEIRA, 2015, p. 830).

Durante os anos de Hitler e Stalin no poder, os manuscritos de Marx estiveram sob custódia em Amsterdam, onde, em 1935, foi fundado o Instituto Internacional de História Social (IISG)⁹. Contudo, não foi possível organizar uma MEGA na Europa ocidental, seja pelo problema financeiro, seja pela aversão política ao Estado burguês. (FINESCHI, 2008). Por fim, a ascensão do nazismo e a dispersão da rede de colaboradores do IME na Alemanha levou ao fim o projeto editorial do que seria conhecido posteriormente como a MEGA1. Contudo, como já apresentado, entre 1933 e 1935, foram publicados outros quatro volumes em Moscou/Leningrado e, entre 1939 e 1941, foram editados em dois volumes, por Pavel Veller, os *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*, que formalmente não faziam parte da MEGA, mas que foram redigidos segundo os mesmos princípios filológicos. Esse projeto, apesar de incompleto, trouxe ao público importantes obras, tais como *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844* e *A Ideologia Alemã*, publicados em 1932, e os próprios *Grundrisse*, ainda que de forma indireta (CERQUEIRA, 2015; FINESCHI, 2008; 2014). Considerando que tais publicações só

⁸ Marxhausen (2014) classifica como trágica a história como terminou a primeira MEGA. Para esse autor, o surgimento da MEGA se deveu, em grande parte, à intenção de Lenin de fazer com que o movimento comunista mundial se tornasse herdeiro de Marx e Engels. Já Stalin – a partir da ideia de que o leninismo era o marxismo na época do Imperialismo e da revolução proletária e de sua própria promoção a melhor discípulo de Lenin e quarto clássico – tratou de passar a obra de Marx e Engels para o segundo plano. Stalin, inclusive, interditou a publicação de *A política externa do czarismo russo*, de Engels, por colidir com a imagem oficial da história russa, prática essa seguida para outros textos, até o início da década de 1980.

⁹ Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis (IISG), em inglês International Institute for Social History (IISH). O IISG recebeu, inicialmente, manuscritos originais de Marx e Engels de uma companhia seguradora holandesa que adquiriu do Partido Social-Democrata Alemão, após a ascensão de Hitler. A coleção inclui um vasto material, entre documentos pessoais, correspondências, manuscritos de obras ou parte deles, notas adicionais para novas edições de obras tais como *O Capital*, cadernos de notas (cerca de 200) e publicações sobre diversas áreas, tais como economia e história. Além desse acervo, o IISG adquiriu materiais posteriormente. Hoje possui cerca de dois terços do legado de Marx e Engels (CERQUEIRA 2015; ROTH, 2009).

chegaram ao público na década de 30 do século XX, é possível afirmar, portanto, que importantes militantes da II e da III Internacional jamais tiveram acesso a elas, o que deve ser considerado para avaliar a formação da teoria marxista.

Após a segunda Guerra Mundial, sobretudo nos anos 1950 depois da morte de Stalin, a retomada do projeto da edição crítica foi discutida principalmente em Moscou e em Berlim, todavia, com dificuldades financeiras e de política internacional. Para Cerqueira (2015) havia uma questão ideológica: a preocupação de que uma edição filológica fragilizasse o marxismo-leninismo que servia como base para os partidos comunistas e para os regimes do leste Europeu. Já Fineschi (2008) atenta que a proposta de continuar a edição de Riazanov foi rejeitada, pois, ainda que considerada como um primeiro esforço filológico e crítico para a edição completa de Marx e Engels, foi vista, por outro lado, como desatualizada sob o ponto de vista dos critérios filológicos adotados.

Assim, as tentativas de dar continuidade ou de reiniciar a MEGA nos anos 1950 não lograram êxito. Desde 1955 os pesquisadores do Instituto Marxismo-Leninismo (IML) de Moscou tentaram estabelecer contatos na esfera internacional, a fim de dar continuação à publicação integral dos escritos de Marx e Engels. Essa iniciativa encontrou apoio no IML de Berlim no período de 1955-1958. A intenção era reelaborar os volumes da MEGA1 e paralelamente dar início à publicação dos volumes seguintes. Entre 1955 e 1958, pensava-se na reelaboração de tudo que já havia sido publicado pela MEGA (volumes I ao VIII da seção I) e em recomeçar deste ponto (volume VIII em diante). Dos 42 volumes previstos no projeto inicial, discutiu-se aumentar para 50 volumes e, depois, para 55 a 60 volumes. Nesse ponto, também se pensou na criação de uma quarta seção, dedicada aos extratos e apontamentos de Marx. Contudo, a iniciativa estagnou, uma vez que a direção do PCUS vetou o projeto por julgar suficiente a segunda edição das obras de Marx e Engels, em andamento desde 1955, e por esta corresponder ao seu trabalho de propaganda política. Em 1956, os estudiosos russos propuseram a seus colegas de Berlim uma iniciativa por meio do partido alemão, contudo o partido russo refutou também a iniciativa, aceitando a elaboração somente de uma ampliação da edição russa, em 1957. (FINESCHI, 2008; 2014; MARXHAUSEN, 2014).

Também na primeira metade da década de 1960, as iniciativas de retomada da MEGA fracassaram. O lado berlinense mais uma vez tentou retomar o projeto propondo chamar a edição de histórico-crítica. A direção do partido alemão sentia a necessidade de fundar uma nova identidade nacional e, para tal, considerou útil aprofundar o conhecimento do trabalho das duas figuras determinantes da cultura alemã, Marx e Engels. Defendeu-se até uma nova edição crítica completa de suas obras. Já o PCUS contestou tal publicação, a começar pela denominação, defendendo ser suficiente uma subdivisão em três seções, tal qual na MEGA1, sem a organização de uma quarta seção, com excertos e anotações na margem¹⁰. Chegou a defender que tal projeto não poderia exceder em número de volumes a edição das obras de Lenin, entre 50 a 55 volumes e que o plano do projeto

¹⁰ Tais anotações também são conhecidas como marginalia.

deveria ser elaborado em Moscou. As discussões entre Berlim e Moscou protelaram consideravelmente o início dos trabalhos (FINESCHI, 2008; 2014; MARXHAUSEN, 2014).

Diante dessas dificuldades e considerando que o Instituto de Marxismo-Leninismo (IML) de Berlim Oriental não tinha forças nem experiência para continuar a empreitada, concentrou-se em um projeto editorial de menor porte, a *Marx Engels Werke* (MEW)¹¹ que, no período de 1956 a 1968, publicou 41 volumes. Ainda que incompleta, a MEW era a edição mais abrangente até então, tornando-se base para várias traduções, tais como a japonesa, lançada entre 1959 e 1975 e a inglesa, a *Marx Engels Collected Works* (MECW), publicada entre 1975 e 2005, em 50 volumes (CERQUEIRA, 2015; FINESCHI, 2014).

1.2 O SURGIMENTO DA MEGA2: PROTAGONISMO DOS IMLS E DISPUTAS COM SEUS PARTIDOS

Sgro' (2018) destaca que a MEGA1, ainda que se tratasse de um primeiro esforço filologicamente e criticamente fundamentado para a publicação de uma edição histórico-crítica, era carente sob vários aspectos, tais como os critérios filológicos então superados ou a sensível pressão ideológica do stalinismo e o controle direto do Comitê Central do PCUS. Assim sendo, somente no final dos anos 1960, superada em parte a resistência política, os IML de Moscou e de Berlim reiniciaram o projeto da publicação completa das obras de Marx e Engels, agora com o nome de MEGA2, lançando o primeiro volume em 1975, mas sem prescindir da superação da pressão político-ideológica dos partidos em questão (CERQUEIRA, 2015; FINESCHI, 2008; HUBMANN, 2012; SGRO', 2018).

Em 1964, o secretário geral alemão Ulbrich solicitou formalmente a Krushev, secretário geral do PCUS, a permissão para realizar o projeto, no intuito de obter a colaboração do instituto russo, bem como a expedição dos microfimes dos manuscritos. A solicitação foi aceita, porém o presidente do IML russo, Petr N Pospelov havia um pensamento diverso dos estudiosos da República Democrática Alemã, compreendendo a publicação como espécie de *pendant* da 2ª edição russa das obras em 39 volumes, finalizada em 1965. Conforme esse projeto, o número de volumes se limitava a 50 e as sessões a 3, sem quarta de extratos e anotações. O projeto deveria ser compilado em Moscou e os microfimes enviados a Berlim somente em circunstâncias especiais (FINESCHI, 2008; 2014).

Entre 1965 e 1968 foram realizadas quatro reuniões organizativas entre os comitês alemão e russo dos IML para discutir o caráter da obra a ser publicada. Na primeira reunião, os alemães defenderam uma edição histórico-crítica, mas não apresentaram um projeto preciso. A MEGA1 não poderia se constituir em um ponto de partida pois, como sustentaram os russos, essa já estava superada pela cientificidade da segunda edição russa da obra. Não houve menção de limitação

¹¹ Essa publicação era, por outro lado, fruto também de um esforço da República Democrática Alemã para fundar uma nova identidade nacional após a II Guerra Mundial (SGRO', 2018).

de volume e foi aprovada a necessidade da seção IV que incluísse extratos, anotações e notas nas margens. A divisão da obra em seções foi confiada a Moscou, que havia recém terminado a edição russa. O IML de Berlim se encarregou, por sua vez, das linhas editoriais, uma vez que o idioma estabelecido pela edição era o alemão, no qual a maioria dos textos dos autores estava escrita. Concluiu-se, então, que era necessário um amplo trabalho de preparação: a nova MEGA deveria levar em conta os resultados metodológicos obtidos pela filologia naqueles anos durante a preparação e a publicação das edições histórico-crítica dos grandes clássicos da literatura alemã. Ao considerar o trabalho planejado para o MEW, calculou-se que o projeto se estenderia até 1970 (FINESCHI, 2008; 2014; SGRO', 2018). Nesse momento, Marx e Engels passariam a ser tratados, pois, como clássicos alemães no que se refere à recuperação de sua obra, o que modificaria o enfoque até então a eles dispensado para a elaboração da MEGA1.

Fineschi (2008) relata que, após a primeira reunião dos comitês alemão e russo do IML, sentiu-se a interferência de Pospelov. Estava claro que este possuía uma divergência de fundo com relação a uma nova edição crítica e focava sua defesa na elaboração da segunda edição russa da obra. Ao recorrer ao Comitê Central do PCUS, conseguiu uma deliberação que previa três seções, cinquenta volumes e dez anos de trabalho. Depois disso, tudo ficou estagnado até a segunda reunião dos comitês, em fevereiro de 1967. Nessa ocasião, os dois lados tentaram retomar a discussão nos termos da primeira reunião: os russos trouxeram o prospecto para as duas primeiras seções e os alemães o primeiro esboço geral das linhas editoriais, baseadas nas indicações do estudioso germanista Bruno Kaiser. Fineschi (ibid.) avalia, por outro lado, que, com a ascensão de Petr N. Fedoseev à presidência do IML de Moscou, o quadro se modificou, já que este último, quando analisou o projeto, optou por uma edição crítica e reconheceu a necessidade de uma ampla seção para os extratos, em maio de 1967. As outras duas reuniões, ocorridas entre julho de 1967 e 1968, confirmaram a necessidade do caráter histórico-crítico da edição, sendo escolhida, na quarta reunião, a editora Dietz Verlag, de Berlim, para publicar a obra.

A primeira dificuldade encontrada foi a revisão dos manuscritos e textos impressos e a comparação com o original, posto que a caligrafia de Marx dificultava muito esse trabalho a ponto de serem consultados especialistas da área criminal com experiência na decifração caligráfica. O rigor criado levou a um grande debate, pois parte da MEGA1 havia sido elaborada trabalhando com fotocópias, que representavam dois terços do acervo de Moscou. Assim, tornou-se necessário um acordo com o *International Institute of Social History* (IISG) de Amsterdã que possuía a maior parte dos manuscritos originais e, para tal, ambos IMLs, o russo e o alemão, em troca, disponibilizaram parte importante do seu acervo. O IISG reconheceu a importância do projeto, ainda que não quisesse colaborar diretamente para a preparação da obra, uma vez que não havia editores interessados em publicar as obras de Marx no ocidente. Esse acordo foi um marco importante na história do projeto, pois objetivou condições necessárias para sua concretização operacional. Com a conclusão do projeto *Marx Engels Werke* (MEW) por parte do IML alemão, houve forças para se dedicar

fundamentalmente à MEGA2. Os dois institutos dividiram o trabalho da seguinte forma: Berlim encarregou-se da seção I; Moscou da seção III; enquanto as seções II e IV ficaram a cargo de ambos (FINESCHI, 2008; 2014).

No momento em que os IMLs conseguiram as condições para alavancar o projeto e se colocaram em comum acordo para a divisão do trabalho filológico, surgiu novamente outro empecilho de ordem política. Fineschi (2008) relata que, quando o Partido Socialista Unificado da Alemanha (SED) anunciou sua vontade de realizar uma campanha político-ideológica em apoio ao governo, questionou a natureza histórico-crítica da obra e limitou a disponibilidade de tempo para apenas dez anos. Tal ato foi considerado ilegítimo e absurdo pelos dois IMLs e, após longos debates, o SED reconheceu a necessidade de garantir um período mais longo. Contudo, na União Soviética não foi possível admitir tal necessidade em razão da subordinação a demandas políticas.

Um outro aspecto marcante foi a academização da MEGA2. Por considerar que o projeto se tornara muito amplo, os vários grupos de trabalho perceberam que necessitavam da colaboração de um maior número de acadêmicos do que o disponível; se na Alemanha não havia um grupo grande de pessoal qualificado, em Moscou, onde esse grupo era mais numeroso, havia ainda o trabalho de publicação de extratos para a edição russa. Sobretudo na Alemanha, considerou-se necessário estender a colaboração a estudiosos que não pertenciam aos quadros do IML (FINESCHI, 2008; 2014). Assim, foram construídos grupos de trabalho da MEGA nas universidades de Berlim, Halle, Jena e Leipzig, na Faculdade de Pedagogia de Erfurt/Mühlhausen, bem como na Academia de Ciências (MARXHAUSEN, 2014). Todavia, sua refundação, sob a égide da diretoria do PCUS e do SED, pode ser considerada uma das contradições políticas pós-stalinistas, já que assumiram riscos ideológicos ao publicar um material incompatível com as formas de dominação ainda propagadas pelo comando central (HAUG, 2004, apud *ibid.*), sobretudo considerando-se que foram introduzidos acadêmicos que não eram estritamente dependentes do SED alemão (FINESCHI, 2008).

Em dezembro de 1970, o IML relatou ao Politburo do SED que a edição comportaria 120 volumes e demandaria um tempo de elaboração de 25 a 30 anos (DLUBECK, 1994, apud MARXHAUSEN, 2014). Contudo, inicialmente, a previsão era da publicação de 165 volumes duplos – com texto editado e correspondente aparato crítico¹² – dividido em quatro seções: I) Obras, Artigos, Rascunhos (35 volumes); II) O capital e os escritos preparatórios (15 volumes); III) Correspondência, agora completa, com as cartas dirigidas a Marx e Engels (40 volumes); IV) Notas, material manuscrito adicional e apontamentos de livros (75 volumes) (HUBMANN, 2012). No entanto, devido às dificuldades de financiamento, passou-se para 114 volumes compostos pelos mesmos 2 tomos, o primeiro com textos de Marx e Engels e o segundo com aparato crítico (CERQUEIRA, 2015; FINESCHI, 2008).

¹² Trata-se de volume publicado em separado, contendo explicações sobre o procedimento dos editores e as indicações textuais necessárias para o trabalho científico filológico, tais como o índice de variantes e o de correções feitas pelos próprios autores (Marx e Engels) nos textos publicados no tomo principal (HUBMANN, 2012, nota do tradutor).

Quadro 1 – Descrição das Seções da MEGA2. Planejamento. Volumes e Tomos. Comparativo com a MEGA1 e MEW

<p>Seção I: obras, artigos, esboços excluindo O Capital; foram separados das cartas, colocadas na seção III; também se distinguiu precisamente entre os esboços os extratos da seção IV; volumes temáticos foram excluídos; 32 volumes foram planejados para essa seção;</p> <p>Seção II: O Capital e trabalhos preparatórios (isto é, os manuscritos econômicos escritos a partir de 1857-58); 16 volumes em vinte e quatro tomos no planejamento (15 volumes em vinte e três tomos após a renovação). Para as seções III-IV, a questão da completude era mais delicada, principalmente por causa da vastidão do material. Por esse motivo, a elaboração do plano de publicação foi mais lenta que as demais e durou até meados da década de 1980, quando foi decidido pela publicação completa:</p> <p>Seção III: correspondência; ao contrário da edição da correspondência em Marx-Engels Werke, na qual apenas as cartas de Marx e Engels apareceram, aqui também são publicadas as que são endereçadas a eles¹³: esse critério parece inovador também comparado à MEGA1, principalmente porque em uma parte eles pretendiam inserir também cartas de terceiros a terceiros sobre os dois autores; 45 volumes esperados (reduzidos para 35 após a reforma);</p> <p>Seção IV: extratos, anotações, notas marginais; a situação é problemática em relação ao plano e às elevações gerais, dada a variedade e a generalidade dos materiais (de acordo com o último plano, são 32 volumes).</p>

Fonte: FINESCHI (2008, p. 14-15)

Para Marxhausen (2014), o primeiro sinal visível de que a MEGA2 se efetivaria foi a publicação do volume teste, em julho de 1972, o qual continha introdução com os princípios editoriais, o esboço das diretrizes de edição e 14 provas para exame de todas as 4 seções de diferentes períodos, com partes correspondentes de aparato crítico. Esse volume teste foi recebido com um eco razoável, entretanto, Fineschi (2008) relata que a questão sobre o comentário ocupou um grande debate. Ocorreu que se havia decidido evitar introduções ou prefácios para não comprometer ideologicamente a edição, porém, tal aspecto foi muito criticado com argumentos de que, desta maneira, a edição tornar-se-ia inferior à MEW. Destarte, foram introduzidos esclarecimentos sobre partidos, personagens, fatos e até notícias sobre as pessoas mencionadas foram enriquecidas com comentários. Contudo, a questão ainda se centrava nas apresentações, pois era difícil distinguir com precisão entre esclarecimentos e julgamentos de valor, estes últimos tendo sido considerados pouco adequados para uma edição acadêmica. Para Fineschi (ibid.), era impossível que os pesquisadores não fossem influenciados pela visão de mundo marxista-leninista e pela ideologia do partido ao qual pertenciam.

Já a quinta (1973) e a sexta (1974) reuniões dos dois grupos serviram para os acertos finais, considerando-se também as críticas e comentários sobre o volume de testes. Os princípios gerais estabelecidos foram (FINESCHI, 2008; SGRO', 2018): a) reprodução completa de todo o legado literário; b) reprodução completa de todos os níveis de trabalho (esboços, extratos, manuscritos, etc.); c) reprodução no idioma original, com a manutenção da ortografia e pontuações originais; d)

¹³ Trata-se de cerca de 5.000 cartas trocadas entre Marx e Engels e outras 10.000 cartas de terceiros endereçadas a eles (DLUBEK, 2000 apud SGRO', 2018; SYLVERS, 2005 apud SGRO', 2018).

inserção de esclarecimentos textuais e histórico-filosófico-político. Mesmo com este último princípio, é possível perceber a ênfase na recuperação da obra original de Marx e Engels em sua totalidade e da forma como encontrada nos manuscritos originais. Estas características diferenciariam o projeto MEGA2 do seu antecessor e trariam um novo contexto de possibilidades investigativas; descobri-se, até hoje, que o que se tinha como consolidado da obra marxiana é, na verdade, uma montagem elaborada pelos editores e o caráter inacabado, sempre provisório dos escritos marxianos, re(abrem) discussões que se pensavam definidas ou que até então nem eram imaginadas. De qualquer modo, vale ressaltar a lembrança de Hubmann (2012) de que a edição continuou sendo assunto de partido; quem publicava era o IML junto aos comitês centrais do SED e do PCUS e, por isso, essa edição não saiu sem asserções políticas.

Finalmente, em 1975, os primeiros volumes da MEGA2 pela Editora Dietz de Berlim foram publicados, compreendendo volumes de todas as 4 seções (MARXHAUSEN, 2014). Os primeiros volumes das seções I e III surgiram na segunda metade de 1975, enquanto os das seções II e IV em 1976. Dada a natureza da seção IV, a partir da década de 1980, decidiu-se coordenar o trabalho não com critérios de sucessão numérica, mas com base na elaboração dos trabalhos da seção I, optando-se pelo mesmo critério com as cartas. Os editores perceberam que o trabalho era realizado mais lentamente do que o esperado, pois, no início dos anos 1980, não havia a publicação de mais de dois volumes por ano, que subiram para três e no máximo quatro no final da década. Considerando-se esse ritmo, as seções I e II seriam concluídas entre 2005 e 2010 e as seções III e IV em 2020 (FINESCHI, 2008).

1.3 O TRABALHO FILOLÓGICO DO PÓS-1989: O IMES

O início dos anos 1990 traria novas circunstâncias para o projeto da MEGA, com dificuldades de financiamento. Com a queda do muro¹⁴ foi colocada em dúvida a existência dos IMLs e se começou a discussão sobre uma entidade que pudesse continuar o projeto, sobretudo redefinindo o caráter geral em nível político-ideológico. Era necessário despolitizar a MEGA e institucionalizá-la academicamente (SGRO', 2018)¹⁵. Pensou-se no IISG de Amsterdã e na Karl Marx Hauss, de Trevi e, a esse ponto, Fineschi (2008) avalia que Marx e Engels finalmente foram alçados a grandes pensadores do nosso tempo, independente do seu papel político na história do marxismo. Para ele, o interesse despertado pelas obras de Marx e Engels era, portanto, mundial e superou as oposições ligadas interna e externamente

¹⁴ Talvez seja uma informação redundante, mas aqui refiro-me à queda do muro de Berlim como aquela que simboliza o fim do assim denominado socialismo real. No meu ponto de vista, tratou-se do esgotamento do modelo da burocracia de Estado dos regimes operários, mas que não se configuravam como socialistas, conforme já pontuei em outro momento (NOZAKI 2004). De qualquer modo, penso que posso manter o termo 'queda do muro' como símbolo de falência dos Estados operários do leste europeu.

¹⁵ Sgro' (2018) ressalta que de fato a editoração da MEGA1 não se mostrava ideologicamente neutra, na proporção que as introduções de cada volume publicado tentavam fornecer orientações de leitura e sugerir uma sequência interpretativa de fases da gênese da teoria marxiana. Ainda, continham infiltrações ideológicas adicionais também no aparato crítico. Por outro lado, apesar de caracterizada pelo que denominou uma instrumentalização política, Sgro' (ibid.) considera o projeto da MEGA1 como cientificamente sério do ponto de vista da integridade do material apresentado ao leitor e da precisão do seu trabalho filológico e crítico.

ao desenvolvimento do marxismo. Como fruto das discussões internacionais, foram estabelecidos dois critérios para a continuação do projeto: a) que ele deveria ser realizado em nível internacional; b) que se deveria eliminar toda interferência político-ideológica (ibid.).

Por iniciativa do IISG, foi instituída, no dia 2 de outubro de 1990, em Amsterdã, a Fundação Internacional Marx-Engels (IMES)¹⁶, de direito holandês. Além do IISG, ajudaram na fundação do IMES o IML de Moscou¹⁷, a Academia de Ciências de Berlim e de Brandeburgo e a Karl Marx Haus, da Fundação Friederich Ebert (CERQUEIRA, 2015; SGRO', 2018). Foi rapidamente organizado um novo escritório editorial com tarefas de coordenação geral do projeto, que envolvia o controle do trabalho geral, o controle de caráter único dos volumes, da sua qualidade científica e preparação do Conselho Diretivo (FINESCHI, 2008).

Os direitos editoriais da MEGA2 passaram para a IMES, à qual outras instituições se associaram no período subsequente. Quando essa instituição assumiu o projeto, haviam sido publicados 43 volumes e 4 estavam com a editora Dietz, no prelo, enquanto 16 volumes estavam em estágio avançado de elaboração e outros já haviam sido começados. A IMES, por defender em seu estatuto um trabalho com base puramente científica e politicamente independente, trocou a editora Dietz pela editora Akademie Verlag, de caráter comercial, retirando a senhoriagem dos PCUS, SED e PDS¹⁸ (MARXHAUSEN, 2014).

O problema mais premente para o início dos trabalhos do novo projeto foi justamente o financeiro, já que até aquele momento contavam com apoio do PCUS e do SED. Decidiu-se por deixá-los com os grupos de trabalho que já operavam na antiga Alemanha Oriental (Berlim, Leipzig, Jena, Erfurt/Mühlhausen), assim como em Moscou. Com a unificação da Alemanha, os fundos prometidos também foram cortados. Havia a necessidade de redução de pessoal. O mesmo ocorreu na URSS após a tentativa frustrada de golpe de Estado, em 1991. Lá, o recém-fundado Instituto da Teoria e História do Socialismo¹⁹ foi fechado e, em seu lugar, foi criado o Instituto Independente da Rússia para Problemas Sociais e Nacionais como fundação apolítica. Já o arquivo do partido foi confiado ao Centro de Conservação e Estudo dos Documentos da História Recente. Essas duas entidades se manifestaram disponíveis a continuar o trabalho da MEGA2 (FINESCHI, 2008).

Contudo, foi importante o reconhecimento da parte do conselho científico alemão da relevância e da validade do projeto e isso foi assumido como parte de suas iniciativas por meio do financiamento de sete colaboradores. Também o ministério da cultura francês e os de tecnologia e pesquisa reconheceram a validade da obra e aprovaram o financiamento de dois anos para quatro colaboradores. No início de 1992, um grupo franco-alemão foi formado a partir de um acordo entre a Karl Marx Hauss e uma fundação francesa com sede em Aix-en-Provence. Esse acordo, todavia, não

¹⁶ Internationale Marx-Engels Stiftung.

¹⁷ Sgro' (2018) já aponta o Arquivo de Estado russo pela História Político-Social e Instituto Independente da Rússia para Problemas Sociais e Nacionais como colaboradores na fundação do IMES. Tais organismos surgiram com o término do IML russo.

¹⁸ Partido do Socialismo Democrático.

¹⁹ Tal instituto surgiu da extinção do IML russo.

limitou seu compromisso apenas à MEGA2. No mesmo ano, um financiamento significativo para os dois grupos russos veio da Organização Holandesa de Pesquisa Científica (ibid.).

Para Fineschi (ibid.), o trabalho da IMES consistiu em continuar um projeto que começou vinte anos antes, sob diferentes condições e formas. Como mencionado, naquele momento, não se tratava mais de publicar os ícones do marxismo-leninismo, mas as obras de dois grandes pensadores do século XIX. A avaliação do trabalho realizado até ali poderia, segundo o autor, ser resumida em três pontos: 1) apesar da instrumentalização política, o projeto tinha sido realizado com seriedade científica. Depois de 1990, decidiu-se internacionalizar a pesquisa e deliberá-la das implicações políticas e ideológicas do passado, mas sem interromper a publicação; 2) A IMES não pôde rejeitar em bloco nem aceitar no geral as linhas editoriais antigas. Elas respeitavam os padrões científicos internacionais, mas as influências ideológicas faltavam ser eliminadas. O conhecimento dessa evolução permitiria entender melhor as linhas adotadas posteriormente; 3) Os antigos volumes foram preservados e teria sido impossível submetê-los a revisões ou críticas únicas; foram considerados instrumentos válidos, desde que o que fora dito anteriormente fosse levado em consideração. É possível visualizar elementos aqui apresentados por Fineschi (ibid.) sobre a razão da não mudança do nome do projeto, continuando a ser chamado de MEGA2.

Os trabalhos de edição, retomados em 1994, marcaram, pela primeira vez na história da MEGA, a editoração por um pequeno grupo de colaboradores da Alemanha, na Academia de Ciências de Berlim e de Brandemburgo. De lá foram coordenados grupos de trabalho em Moscou, Amsterdam, Trier, Itália, Dinamarca e Japão, onde volumes individuais foram respectivamente elaborados (HUBMANN, 2012). O problema, a partir daquele momento, seria o tempo, pois, considerando a redução de pessoal, o período de trabalho necessário para a publicação de um volume foi estimado em sete anos, com grupos de cinco pessoas por volume. A discussão era fundamentada na redução do plano ou de várias estratégias de diminuição do tempo de produção, contudo, tais estratégias comprometeriam ou a completude ou a qualidade da publicação (FINESCHI, 2008).

No ano de 1998, surgiu o primeiro volume elaborado conforme os novos princípios editoriais (HUBMANN, 2012). Até março de 2020, foram publicados 67 volumes assim divididos: 23 dos 32 volumes previstos na primeira seção; os 15 volumes projetados para a segunda seção concluídos; 14 volumes dos 35 previstos para a terceira seção; e 15 dos 32 volumes planejados para a quarta seção, conforme mostra o quadro 2 (Apêndice 1).

1.4 O BALANÇO E AS PERSPECTIVAS DAS CONTRIBUIÇÕES DA FILOGIA PARA AS PESQUISAS CONTEMPORÂNEAS

O trabalho filológico descrito neste capítulo abre uma interessante discussão: com as recentes publicações do trabalho marxiano, em que medida se pode questionar a já conhecida e consolidada literatura desse autor e em que proporção se abrem novos horizontes investigativos? A retomada das

publicações das obras, correspondências, rascunhos e anotações de Marx²⁰ desde um ponto de vista filológico retratada até aqui demonstra uma incompletude que alimenta possibilidades investigativas consideradas inimagináveis até os fins do século passado.

Trabalhos, antes editados como obras prontas, revelam-se, antes de tudo, como obras inacabadas, como por exemplo a *Ideologia Alemã*. Para Cerqueira (2015), essa obra, publicada em 1932 pela primeira MEGA, foi apresentada como se contivesse uma formulação mais ou menos acabada do chamado materialismo histórico. Contudo, o texto editado por Riazanov e, mais tarde, por Adoratskij, difere em muito do manuscrito deixado por Marx e Engels, posto que há seções que, apesar de efetivamente planejadas, não foram completadas. Hubmann (2012) acrescenta que rascunhos, anotações e fragmentos em estado bruto, organizados até então como sendo o capítulo 1, “Feuerbach”, estão sendo considerados pelo novo trabalho filológico como textos autônomos e editados tais como foram deixados pelos autores: “Na MEGA2, de acordo com o novo paradigma filológico, aquilo que os autores não quiseram levar adiante não foi arrumado ou completado” (p. 44).

Nas palavras de Hecker (2002), obviamente na primeira seção da MEGA2 existem menos textos inéditos, porém, há questões editoriais importantes tais como estabelecer a paternidade de uma obra, a data ou a ordem do texto. O comentário histórico-crítico seria superior àquele existente em publicações tradicionais da obra de Marx e Engels. Já para Fineschi (2014, p. 36), a questão também se centra no ineditismo de parte dos textos, pois:

[...] tudo que [se] falou até agora de Marx prescindiu necessariamente da leitura completa de uma parte fundamental de seus textos [...] Mediante a divisão em sessões e a classificação do material é possível, pela primeira vez na história da crítica, a leitura completa dos textos marxianos e, portanto, uma interpretação plausível e orgânica (tradução nossa).

Muito desse material tem vindo a público recentemente, conforme já ressaltado. O Manuscrito de 1861-1863 só foi publicado na segunda MEGA. A importância sentida pelos estudos contemporâneos de Marx pode ser sintetizada por Deus (2010), ao comentar a publicação completa do Manuscrito de 1861-1863²¹, pela MEGA2:

[...] Sua edição completa, porém, tem contribuído para esclarecer vários aspectos da obra marxiana, permitindo, ao público do século XXI, apropriar-se do legado de Marx de modo mais rico e rigoroso. Juntamente com outros textos recentemente publicados, o Manuscrito de 1861-1863 permite uma gênese mais precisa de várias categorias que compõem O capital, além de oferecer mais elementos para a compreensão dos próprios procedimentos empregados por seu autor na redação. Em verdade, com um atraso de cem anos, o projeto de Riazanov começa

²⁰ Marxhausen (2014) relata ainda a própria dificuldade para definir se uma obra é de autoria de Marx, como no caso de grande quantidade de artigos escritos para jornais que foram publicados anonimamente. Para esses casos, a MEGA2 tem trabalhado com recursos auxiliares, tais como comunicações em outros materiais (cartas, notas sobre o envio de artigos), bem como comparações de teor e estilo com outros textos. A dificuldade se amplia ainda quando se tem conhecimento de que as contribuições impressas foram modificadas pelos editores, muitas vezes sem a anuência de Marx.

²¹ Ater-me-ei em caracterizar, no próximo capítulo, o Manuscrito de 1861-1863, bem como outros que fizeram parte da investigação e elaboração da crítica da economia política realizada por Marx.

a se tornar realidade, tendo sido publicados todos os esboços e os materiais preparatórios de *O Capital*. Pela primeira vez, é possível contemplar o processo criativo marxiano, compreender as categorias que anima sua obra e sua origem (p. 10, grifos do autor).

Já Fineschi (2008; 2014) aponta quatro exemplos que valorizam o que denomina de alcance da novidade que supõe a MEGA2. O primeiro deles é o Manuscrito de 1861-1863. Ressalta que até os fins dos anos 1970 havia sido publicado apenas as *Teorias da Mais-Valia*, inicialmente editadas por Kautsky, em 1905, e, posteriormente, nos anos 1960, em reprodução mais fiel da MEW em três tomos. Contudo, atenta que esse texto, considerado também como o quarto livro de *O Capital*, é apenas a parte do meio do Manuscrito de 1861-1863²². Esse manuscrito seria a continuação dos dois capítulos de *Para a Crítica da Economia Política*, publicado em 1859. Para Fineschi (2008; 2014), ao término, Marx compreendeu como deveria escrever *O Capital*, o que o fez redigir outro manuscrito, o de 1863-1865. Assim, a importância da MEGA2 estaria no fato de que publicou as partes que precedem e que se seguem às editadas como *Teorias da Mais-Valia*, sem as quais não é possível compreender a evolução teórica de Marx no que se refere à crítica da economia política. O Manuscrito de 1861-1863 caracterizar-se-ia, portanto, como a segunda fase preparatória da redação completa de *O Capital*.

O segundo exemplo seriam os Manuscritos dos Livros 2 e 3. O Manuscrito de 1863-1865 constitui-se na primeira redação completa de *O Capital*, e contém partes fundamentais do seu terceiro livro como também uma parte do segundo (FINESCHI, 2008; 2014). Por intermédio da MEGA2, foi possível ter acesso a todos os manuscritos redigidos por Marx, bem como aos trabalhos editados por Engels com vistas à composição de *O Capital* (ibid.), todos recuperados recentemente entre os anos de 2003 e 2012. Segundo Cerqueira (2015), a publicação dos manuscritos empregados por Engels na edição dos Livros 2 e 3 reforça o caráter de incompletude da obra marxiana. Neste momento, vou me ater a uma análise um pouco mais detida desta questão.

As implicações desse material para a compreensão da obra econômica de Marx seriam expressivas. Marxhausen (2014) relembra a discussão travada nos anos 1990 sobre o papel de Engels nas obras marxianas, se ele se trataria de um pensador autônomo, por vezes antagônico ao pensamento de Marx, ou se existiria algum tipo de engelsismo²³. Para Fineschi (2008; 2014), o trabalho de Engels foi uma obra de interpretação pessoal do texto marxiano: o pensamento de ambos não seria idêntico. Afirma, que, historicamente, não se leu mais do que reelaboração e que a teoria de Marx seria uma obra incompleta, não apenas no que se refere ao planejamento inicial de seis livros, mas também no que tange ao tratamento da teoria do capital: “*O capital* ‘por Marx’ como foi lido na história do debate *não existiria*. Existem, por um lado, os manuscritos por Marx, que são esboços, e, de outro,

²² Fineschi (2008; 2014) contesta inclusive a interpretação de que tal texto seria o quarto livro de *O Capital*, posto que se perderia a especificidade do Manuscrito de 1861-1863 como fase do desenvolvimento da teoria marxiana do capital. Deixei para explicitar no próximo capítulo o resgate deste desenvolvimento teórico de Marx, quando espero que faça mais sentido a preocupação apontada por Fineschi.

²³ Sgro’ (2018), por sua vez, destaca que Gramsci, já nos anos 1930, quando informado do início da MEGA1, anotava nos seus *Cadernos do Cárcere* a necessidade de estudar o nascimento de uma concepção de mundo que nunca foi sistematicamente exposta por seu fundador – Marx – ou seja, o que seria a necessidade de distinguir o trabalho deste último, com o sistematizado por Engels.

as edições por Engels, que finalizou textos que não estavam prontos” (FINESCHI; 2014, p. 39 – grifos do autor). Tal fato se justifica pelo trabalho que herdou de Marx, por intermédio de uma breve recomendação, pouco antes de sua morte, à sua filha Eleanor, quando disse que Engels poderia fazer algo²⁴ com seus escritos. Contudo, seu companheiro não sabia o quão incompleto estava o trabalho no que viriam a ser os dois livros seguintes de *O Capital* e só tomou conhecimento das dificuldades a serem enfrentadas quando já estava trabalhando nos textos (ROTH, 2009).

Em 1992, o volume 4.2 da segunda seção da MEGA2 apresentou os manuscritos para o terceiro livro de *O Capital*, o que abriu um extenso debate sobre a diferenciação entre a relação de Marx, como autor, e a de Engels como editor (HECKER, 2009). Já no que concerne ao segundo livro, o trabalho editorial de Engels foi publicado pela MEGA2 em 2005. O trabalho feito por Engels de fato foi significativo, pois, segundo ele próprio expressou no prefácio à primeira edição do Livro 2 de *O Capital*:

Deixar o Livro Segundo de O Capital pronto para ser impresso, e isso de modo tal que fosse, por um lado, obra coerente e o mais possível acabada, mas também, por outro lado, obra exclusiva do Autor e não do editor, não foi trabalho fácil. O grande número de elaborações existentes, na maioria fragmentárias, dificultou a tarefa. No máximo uma única (Manuscrito IV) estava, até onde se estendia, inteiramente redigida para ser impressa; em compensação, no entanto, a maior parte era obsoleta, devido a redações posteriores. A massa principal do material, embora completada no que tange ao conteúdo, não o estava quanto à forma; estava redigida na linguagem em que Marx costumava fazer seus resumos: estilo descuidado, expressões coloquiais, em geral de rude humor, termos técnicos ingleses e franceses, freqüentemente frases inteiras e até mesmo páginas em inglês; é o registro gráfico dos pensamentos na forma em que se desenvolviam na cabeça do Autor. Ao lado de certas partes isoladas, expostas pormenorizadamente, outras, igualmente importantes, apenas esboçadas; o material de fatos ilustrativos coletado estava quando muito, agrupado, mas longe de ser elaborado; ao final dos capítulos, no afã de chegar ao seguinte, freqüentemente apenas um par de frases soltas como marcos da exposição, deixada aí incompleta; por fim, a letra, reconhecidamente ilegível às vezes até para o próprio Autor (ENGELS, 1985, p. 5, grifos nossos).

Na realidade, segundo Hecker (2009), várias dificuldades de editoração foram encontradas por Engels, as quais o levaram a extensivas intervenções no texto marxiano. Há mudanças na estrutura do argumento, revisões e acréscimos a determinadas passagens, alterações a terminologias, entre outras. Tais alterações são notadas não apenas na primeira metade do primeiro capítulo, o qual Engels copiou, mas também no restante dos textos, os quais ele ditou. O companheiro de Marx haveria realizado mudanças enquanto ditava ao seu secretário, Oscar Eisengarten. Tais modificações são estimadas em aproximadamente 5.000 alterações, entre mudanças das formulações marxianas, cunhagem (invenção) e modelagem de terminologias²⁵ e traduções de outras línguas. A maioria dos

²⁴ ‘Make something’, no original (ROTH, 2009, p. 41).

²⁵ Um exemplo dado por Hecker (2009) de um termo inventado por Engels é o de ‘capital circulante’, o qual é uma palavra chave na segunda parte do livro e usado em dez partes. Uma possível explicação para essa opção editorial é que tal termo tem quatro diferentes significados nos manuscritos marxianos, o de processo total circulante, o de um termo contrastante ao de capital fixo, o de duas formas que o capital assume durante o processo de circulação real, como por último o da tradução do termo inglês ‘circulating capital’. Para Hecker (ibid.), Engels cunhou o termo por causa de seu uso ambíguo, para evitar mal-entendidos.

manuscritos estava em um estado tal que em cada noite Engels revisava o que havia sido ditado no dia, apenas para estabelecer um rascunho provisório coerente para posterior edição. Engels sempre comparava o último manuscrito escrito com seus primeiros.

Nesse particular, portanto, a MEGA2 comparou a organização do texto feita por Engels com a dos capítulos nos manuscritos de Marx e forneceu uma visão geral dessa organização a qual demonstrou que a estrutura ou sequência da discussão como aparecem em Marx foram por vezes modificadas. Engels haveria encurtado a discussão e o texto das seções, capítulos e parágrafos representaria, assim, uma síntese dos diferentes manuscritos deixados. Há ainda, na publicação da MEGA2, um índice de discrepância o qual aponta as modificações de Engels em passagens individuais, ou seja, quais sentenças ou termos foram mudados e/ou os acréscimos e supressões que realizou. Ao mesmo tempo, essa lista indica as partes nas quais a edição engelsiana seguiu diretamente um dos manuscritos escritos por Marx. A comparação de arranjos feita pela edição crítica demonstrou que os arranjos e os acréscimos de títulos estavam de acordo com os deixados originalmente, sobretudo nas primeira e segunda partes do livro, que é composto por três partes. Não obstante, a concepção e organização dos capítulos, assim como as ideias teóricas e termos, estavam em estágio de produção essencialmente inacabado. Nesse ponto, foi demonstrado que as partes 1 e 2 foram reorganizadas em cada manuscrito e os títulos dos capítulos que foram alterados por Engels estariam contradizendo, em vários casos, o texto original (ibid.).

Ainda, a MEGA2 é responsável por examinar não apenas os índices, mas também as notas explicativas. São aproximadamente 600 notas importantes para a conexão do segundo livro de *O Capital* com a história do desenvolvimento econômico que identificam a familiaridade de Marx e de Engels com os mais modernos procedimentos da produção agrícola e de manufatura e trabalho fabril. Segundo Hecker (2009), um dos achados dessa investigação é que o termo ‘capitalismo’ é usado apenas uma vez em todos os três livros, justamente em uma parte do Livro 2.

Outro exemplo citado por Hecker (ibid.) é a maneira como Engels estruturou a terceira seção em capítulos e parágrafos a partir do Manuscrito VIII, o qual teria sido iniciado por Marx como uma espécie de revisão do Manuscrito II, este último não desenvolvido sistematicamente. Havia anotações no Manuscrito II que teriam oferecido apenas indicações mínimas sobre como determinados argumentos deveriam ser estruturados. Contudo, a edição de Engels haveria seguido uma sequência definida de capítulo que se tornaria gradualmente menos coerente e se perderia em questões sem relevância. Como Marx não incluiu quase nenhum subtítulo intermediário, o arranjo de capítulos e parágrafos, assim como a organização dos subtítulos que aparecem na versão editada, foram criados de forma independente por Engels.

Por outro lado, Hecker (ibid.) conclui que não se pode afirmar que há desacordo entre o trabalho editorial de Engels e os textos de Marx. Ao contrário, as várias divergências poderiam ser explicadas como melhorias que compensaram deficiências na compilação principal. Nesses casos, Engels haveria corrigido erros claros no manuscrito de Marx ou corrigido pequenas passagens. Outra

questão seria que a incompletude dos manuscritos de Marx deveria ser levada em conta. Haveria, em várias questões dos manuscritos originais, a tentativa de Marx em formular novas ideias sem ainda ter chegado a conclusões definitivas.

Já com relação ao Livro 3 de *O Capital*, Roth (2009) salienta que Engels, em seu trabalho de 10 anos de editoração, encontrou as mesmas dificuldades ressaltadas anteriormente com relação ao Livro 2, sobretudo no que diz respeito ao caráter fragmentário em que se encontrava o material de Marx. Aponta que os resultados obtidos pela MEGA2 foram tão expressivos quanto com o livro anterior. Pela primeira vez, foram revelados todos manuscritos de Marx produzidos para a elaboração de *O Capital*, entre 1863 e 1883, ano de sua morte, o que deu acesso a mais de uma dúzia de manuscritos. No que se refere ao Livro 3, foram expostos aproximadamente dez manuscritos com 800 páginas no total, em confronto com 500 páginas utilizadas para o Livro 2. Os manuscritos utilizados para o Livro 3, são completados por outros que Engels produziu para a impressão, cobrindo mais de 100 páginas de compilação. O material do Livro 3 compreende: um rascunho de 1864/65; alguns tratados, documentos e notas sobre mais-valia e lucro, de 1867/68, de 1873 a 1875 e de 1878; alguns tratados sobre as leis da taxa de lucro, de 1867/68; vários rascunhos do começo do livro, de 1867/68; e, dois comentários sobre renda diferencial de 1876.

Engels, no trabalho de editoração do Livro 3, elaborou várias modificações e acréscimos, tais como havia realizado no livro anterior. No volume 14 da segunda seção da MEGA consta uma série de seus materiais editoriais de 1883 a 1894 (HECKER, 2002). Haveria modificado o texto de Marx de forma notável sem mencionar necessariamente cada detalhe das mudanças realizadas. Também teria dado uma estrutura detalhada ao texto, feito arranjos extensos, modificando conceitos e noções, bem como incluído partes de textos, buscando seguir as dicas ou frases de Marx, na medida do possível. Por exemplo, na tentativa de evitar unificar qualquer noção ou de ocultar o difícil processo pelo qual Marx passou ao tentar encontrar conceitos adequados para sua análise, Engels haveria modificado termos tais como capacidade laborativa por força de trabalho, capitalista atuante por capitalista funcional ou capital produtivo por capital industrial. A maioria das adições feitas por Engels ocorreu na quinta seção, na qual buscou organizar diferentes pensamentos ou citações de Marx sobre juros, crédito, capital monetário, entre outros. A MEGA2 revelou situações também em que Engels condensara mais de 200 páginas de exemplos para menos de 20 páginas, como no caso do terceiro capítulo, quando Marx buscava estabelecer uma relação entre taxa de mais-valia e taxa de lucro (ROTH, 2009).

A terceira contribuição trazida pela MEGA2 descrita por Fineschi (2008; 2014) são as diversas edições do livro primeiro de *O Capital*. A esse respeito, o autor ressalta que, tradicionalmente, era considerado que a primeira edição alemã do Livro 1 trazia em si a formulação conclusa da teoria do valor. No entanto, os resultados da MEGA2 obtidos a partir da publicação integral de todas edições do primeiro livro supervisionadas ou autorizadas por Marx e Engels – no total de seis – revelaram o contrário, bem como outras modificações importantes, por exemplo, entre a primeira edição alemã, de 1867, e a segunda, de 1872. Na primeira edição, existiam dois tratamentos distintos da

forma de valor, um no texto principal e outro no apêndice, posteriormente modificado a partir da segunda edição, no qual existe uma exposição unitária do tema. Ressalta que a MEGA2 foi responsável por publicar um manuscrito²⁶ escrito por Marx na preparação da segunda edição de *O Capital* no qual se pôde verificar mudanças na categoria forma de valor, as quais remetem à compreensão da conexão entre esta e a categoria substância de valor. Assim, avalia Fineschi (2014) que a reprodução completa das diversas edições permite, pela primeira vez, realizar uma confrontação orgânica e avaliar na totalidade o desenvolvimento que a teoria do valor adquire nesta fase de estudo de Marx.

Por fim, o último exemplo de novidade que trouxe a MEGA2 seria propriamente a sua quarta seção, que não existia no projeto anterior, contendo extratos, trabalhos de análises e fichas que Marx e Engels escreveram. Nessa seção, encontrar-se-iam, sobretudo, as investigações preparatórias de Marx para o projeto dos seis livros²⁷, o qual, apesar de se encontrar em um estado inicial no que se refere à sua elaboração sistemática, já se encontrava avançado no que diz respeito ao processo de catalogação e leitura de textos. A expectativa com relação à quarta seção da MEGA2 é que esta permitiria revelar os traços globais da investigação marxiana no que concerne à análise da sociedade burguesa, o que inclui anotações e extratos sobre química, mineralogia e geologia. Há um interesse voltado, entre os volumes já publicados na seção, para os manuscritos londrinos de 1850 a 1853, nos quais Marx retomou os estudos de economia política, dedicando-se aos problemas da teoria do dinheiro. A perspectiva é de que tais textos seriam importantes balizadores da periodização do seu trabalho e parâmetro para avaliar a sua maturidade (FINESCHI, 2008; 2014). Essa seção, junto com a terceira, teria sido a que mais se comprometeu devido às dificuldades financeiras do projeto, após a queda do muro. Tal seção ainda não terminou suas publicações, conseguindo lançar poucos volumes até aqui e Fineschi (ibid.) avalia que a finalização da seção não será em curto prazo.

Ainda, Fineschi (ibid.) salienta que a consolidação da MEGA2 trouxe resultados que contestam a visão hegemônica anterior das obras de Marx e Engels, bem como abre um campo de discussão novo que busca responder a novas questões. Dentre as muitas, destaca três delas: a relação entre forma de valor e substância de valor; a relação entre Marx e Hegel e a contestação da oposição simplista entre pensador materialista e idealista, com a demonstração da presença e da função de algumas categorias hegelianas, tais como forma de conteúdo e contradição na obra marxiana; e, a crítica à tese de Rosdolsky sobre o capital em geral e sobre a estrutura da discussão global de *O Capital*, a qual não pôde ser elaborada a partir de uma análise do Manuscrito de 1861-1863, agora disponível.

O trabalho da MEGA, desde seus primórdios, envolveu cerca de 135.000 páginas impressas e escritas à mão deixadas por Marx e Engels, documentando suas atividades políticas e científicas ao

²⁶ Ergänzungen und Veränderungen zum ersten Band des Kapitals.

²⁷ Novamente recorro a um rodapé para dizer que abordarei posteriormente o plano inicial de Marx de escrever seis livros para a crítica da economia política e sua modificação para três, conforme conhecemos hoje. Em verdade, é este o próprio roteiro de exposição do próximo capítulo.

longo de 50 a 60 anos, de 1835 a 1883 e 1895, respectivamente (ROTH, 2009). Trata-se, portanto, de um projeto profundo e de fôlego que se iniciou no começo do século XX. Já no que concerne à avaliação e às perspectivas junto ao novo projeto filológico, é possível afirmar que há uma expectativa da abertura de um novo campo, ainda desconhecido, de investigação da obra desses dois autores. Segundo Fineschi e Riva (2018), uma das contribuições mais importantes que a pesquisa crítico-filológica pode trazer ao estudo contemporâneo de Marx e da sociedade capitalista é a de fornecer uma instrumentação renovada de pesquisa. O caráter incompleto, mas não aproximado, da obra de Marx finalmente estaria acessível sem limites ou mediações, oferecendo muitas novas possibilidades de estudos. Se trataria apenas, portanto, da primeira interpretação, a de Engels, da obra fragmentária de Marx (ROTH, 2009). Por outro lado, atentam Bellofiore e Fineschi (2009) que, no debate internacional sobre Marx, sobretudo em língua inglesa, as mudanças relevantes que a MEGA2 tem trazido, no que concerne às bases materiais para a apreciação de Marx, não têm sido geralmente noticiadas. Já um crescente consenso tem sido desenvolvido, sobretudo na Alemanha, de que Marx foi largamente lido por meio das lentes de Engels e que hoje seria possível ler Marx de acordo com Marx.

1.5 O TEMA DA CRISE EM MARX: DISCUSSÃO REABERTA PELA FILOGIA

O vasto material revelado pela MEGA2 tem reacendido o debate sobre a crise em Marx²⁸. Entre outras questões, indaga-se se Marx dispunha ou não de uma teoria da crise elaborada. Parte dessa discussão diz respeito às novas descobertas da edição crítica no que tange à elaboração e editoração do Livro 3 de *O Capital*. Uma grande parte dos últimos textos encontrados nesse livro trata dos problemas do primeiro capítulo sobre as conexões entre a taxa de mais-valia e lucro. Roth (2009) salienta que foi revelada uma preocupação acerca das leis que determinavam o movimento da taxa de lucro. Marx não estaria contente com a apresentação feita em 1864/65, na qual iniciava explicando a relação entre mais-valia e lucro e então teria passado à discussão da relação entre a taxa de mais-valia e a taxa de lucro utilizando inúmeros exemplos. Para sanar tal insatisfação, escrevera pelo menos quatro rascunhos com outros começos em 1867/68, iniciando por um outro ponto, a de custo de preço e lucro. Da mesma forma que no Livro 1, no qual se explicita uma determinação das leis da taxa da mais-valia, no Livro 3 teria existido uma busca de apresentação das leis correspondentes das taxas de lucro. Já nos manuscritos de 1867 em diante, Marx haveria estudado intensamente o movimento da taxa de lucro e os principais fatores determinantes desse movimento. Essa questão, já encontrada como um dos obstáculos enfrentados pelo autor desde o início do seu trabalho no Livro 3, em 1864/65, teria sido retomada em 1867/68, bem como novamente em 1875, por meio de extensos tratados.

²⁸ À exposição desta discussão dedicar-me-ei no terceiro capítulo. Aqui apenas pontuarei algumas descobertas da nova edição crítica que reabriram a discussão.

Então, os rearranjos de editoração feitos por Engels poderiam ter comprometido a teoria sobre a crise em Marx. Tais rearranjos incluiriam a mudança de texto das notas de rodapé para o texto principal e vice-versa, criando, alterando ou até mesmo fortalecendo determinadas exposições de Marx. Há, por exemplo, dois momentos da terceira seção sobre a queda da taxa de lucro que poderiam, nas palavras de Roth (2009), lançar uma nova luz sobre a interpretação dessa seção para a teoria da crise. Inicialmente, porque Engels teria reforçado a afirmação de Marx sobre o colapso rápido da produção capitalista, quando, no capítulo 15, sobre as contradições internas da lei (da queda tendencial da taxa de lucro), transformou a expressão ‘fazer com que caia’ em um termo mais forte, ‘colapso’, e depois haveria movido a frase de que tal “processo implicaria o rápido colapso da produção capitalista” até o final do parágrafo intitulado por ele como “Considerações Gerais”. Esse movimento editorial tem trazido questionamento por parte de alguns marxistas no que se refere à existência de fato de uma teoria da crise em Marx²⁹.

Outro aspecto que se segue é o interesse demonstrado por Marx em retomar e aprofundar seus estudos sobre a crise, sobretudo no que diz respeito ao exame do crédito, juros e dinheiro. Em 1880, Marx revelou em entrevista ao *The New York Sun* que estava entusiasmado com o papel de desenvolvimento causado pelo crédito. Nos anos seguintes, coletou uma quantidade considerável de material sobre esse assunto, o que iniciara em 1869, conforme revelou a MEGA2. Havia muitos estudos sobre a bolsa de valores e especulação e fraude financeira, mercado monetário, crédito e bancos, como também as crises comerciais e monetárias (ibid.). Contudo, para Roth (ibid.), embora Marx tenha realizado uma gama enorme de estudos sobre esses e sobre outros vários temas, tais como história do direito e da constituição, assuntos etnológicos, geologia, química e matemática³⁰, a questão remanescente seria como tais estudos que se estenderam para as décadas de 1870 e 1880 poderiam se relacionar com o contexto do Livro 3 e se o autor haveria considerado a possibilidade de usa-los em *O Capital*..

Dois temas que ainda estariam abertos, segundo Cerqueira (2015), seriam os temas do crédito e dos juros, abordados na quinta seção do Livro 3. Tais temas estariam em estreita conexão com a discussão sobre as crises e estariam igualmente inacabados no manuscrito de 1864-65. Ainda no que diz respeito às crises capitalistas, Marx reunira uma grande quantidade de extratos de jornais e notas de leitura que pretendia empregar numa futura revisão do manuscrito do Livro 3. De fato, esse tema tão caro à teoria marxista e sua análise do sistema produtivo capitalista, objeto desta minha pesquisa, parece ter um foco aberto e profícuo para futuras investigações.

²⁹ Roth (2009) refere-se aqui aos questionamentos de Michael Heinrich que, entre outros autores, serão apresentados e analisados no capítulo 3 deste trabalho.

³⁰ Uma possível hipótese do interesse de Marx pelas ciências naturais pode ser encontrada na introdução ao volume 31 da seção IV que trata sobre excertos e notas sobre fisiologia, mineralogia, geologia, química e física, de 1877 ao início de 1883 (Apêndice 1). Os estudiosos que trabalharam na organização desse volume afirmam que Marx sempre se mostrou informado pelo desenvolvimento das ciências naturais em todo o período de sua vida intelectual, movendo-se dentro da chamada ciência natural clássica, o qual, de acordo com o programa de mecanização da física do século XX, experimenta o período de sua construção e conclusão (HECKER, 2002)

1.6 A CRÍTICA DA EDIÇÃO HISTÓRICO-CRÍTICA: O ASSIM CHAMADO MOVIMENTO DE DESIDEOLOGIZAÇÃO DAS OBRAS MARXIANAS

A edição histórico-crítica, por outro lado, não está isenta de críticas. Mesmo aqueles que destacam o importante papel da MEGA2 para novos horizontes investigativos das obras de Marx e Engels ponderam sobre aspectos importantes. Fineschi (2014), por exemplo, ressalta que não se trata de reinventar Marx, mas, antes de tudo, de ler o que ele nos deixou, de voltar aos seus textos. Reforça que não se trata, por outro lado, de afirmar que o que se realizou até então deva ser descartado a priori, mas que parte dos resultados históricos merecem ser submetidos a uma valorização crítico-filológica.

Não obstante, a crítica mais de fundo, pode-se dizer, refere-se à mudança do caráter subsidiado partidariamente pelo projeto MEGA para o atual caráter acadêmico e comercial do projeto. Marxhausen (2014) avalia que o viés comercial trouxe, por outro lado, uma consequente cientificidade e suposta desideologização do novo projeto:

O que há de novo nas diretrizes? O que foi adotado das anteriores? A partir de 1993, a MEGA ainda é a MEGA2 ou já estamos tratando de uma “terceira” MEGA? Foram introduzidas basicamente duas inovações incisivas – uma delas é a “academização da edição”, sua “desideologização”, a garantia do “primado da filologia”, sua “internacionalização”, bem como a “contextualização histórica da obra e do pensamento de Marx e Engels, em lugar da anterior utilização política” (Lange, 2004, p.14). A segunda inovação é o “redimensionamento” (Plan, 1995/2, p.63).¹² Todas as demais mudanças são decorrência dessas duas decisões. (p. 103).

Uma crítica interessante a essa nova etapa de recuperação filológica pode ser encontrada em Martins (2014). Como uma primeira colocação, ele salienta que não se voltou ao questionamento dos critérios editoriais da MEGA2, os quais considera extremamente consistentes. Referiu-se, pois, a uma crítica a algumas afirmações de Gerald Hubmann, diretor executivo do projeto, afirmações essas que envolveriam uma peculiar interpretação de aspectos da obra marxiana. Marxhausen (ibid.) claramente aponta, por outro lado, que: “Desde 1990, a MEGA2 é um projeto burguês. Nela ocorrem valorações – mesmo que se tenha a ilusão de não as estar fazendo. A sua “academização” é a reavaliação da valoração de que ela seria ‘expressão e parte integrante do processo revolucionário mundial’” (p. 113).

Inicialmente, Martins (2014) refere-se à denúncia de Hubmann (2012) sobre o que denominaria de politização excessiva da MEGA ao longo do século XX sob a influência dos Partidos Comunistas da URSS e da Alemanha Oriental. Tal politização poderia ser evidenciada na tentativa de apresentar obras inacabadas e fragmentárias já aqui discutidas, tais como *A Ideologia Alemã* e *O Capital*, como publicações sistematizadas em determinada crítica e programa de superação da sociedade capitalista, assim como na censura realizada a determinadas passagens de Marx e Engels, por exemplo, no caso da análise das características da Rússia do século XIX. Para Martins (2014), Hubmann compreende um antagonismo entre abordagens filológica e política e apenas a primeira seria capaz de alcançar uma neutralidade almejada quanto à visão de mundo implícita nos comentários.

Nesse ponto, é possível concordar com a preocupação de Martins (ibid.) quando questiona se é de fato possível invocar uma neutralidade para qualquer trabalho desse gênero. Se, por um lado, a reflexão feita até aqui de que a leitura de Marx obedece necessariamente aos anseios históricos calcados na materialidade objetiva e que, inicialmente, a editoração de suas obras, no caso do primeiro projeto da MEGA, bem como de boa parte da MEGA2 até o final do século XX, continham um alto grau de politização na proporção em que serviam a projetos políticos dos Estados burocráticos operários, por outro lado, a mesma reflexão se aplica às atuais publicações da MEGA2, no contexto do fim de tais Estados burocráticos. Resta-nos, portanto, analisar que configuração da materialidade objetiva se impõe no presente e por quais anseios históricos é influenciada a nova edição crítica das obras de Marx. A sequência dos apontamentos realizados por Martins (ibid.), no que se refere ao discurso de Hubmann, nos ajuda a esclarecer tais anseios.

Como já apresentando anteriormente, a compreensão do trabalho filológico contemporâneo é de que Marx e Engels deixam de ser tratados como bastiões do projeto socialista revolucionário do Leste europeu e se figuram como clássicos do pensamento alemão e até mesmo mundial. Todavia, essa necessária inflexão ao academicismo pode cair na armadilha da cientificação com base no pressuposto de neutralidade axiológica. A cientificação, destituída do caráter político da produção do conhecimento, é o próprio primado ideológico dos dias atuais. No caso das obras marxianas, pode vir a descaracterizá-las se a preocupação for igualar Marx e Engels a clássicos de outras épocas, ou mesmo aos seus sistemas de referências teóricas. É justamente esta a preocupação que Martins (ibid.) aponta quando Hubmann (2012) afirma que Marx procurara conduzir sua crítica das categorias econômicas burguesas totalmente dentro do método da filosofia alemã, ou quando avalia que Marx iria se consolidando, cada vez mais, como um dos últimos eruditos de saber enciclopedista, firmando-se na tradição do iluminismo europeu, como também do idealismo alemão. É possível concordar com a argumentação de Martins (2014) de que inserir Marx no contexto tanto do idealismo alemão como dos iluministas do século XVIII é problemático, posto que este autor se opôs tanto teórica como politicamente àquelas tradições as quais seguiam sustentando o modelo de sociabilidade burguesa.

A cientificação acadêmica, própria dos anos 1990 em diante, obedece, por outro lado, a uma certa desconstrução teleológica operada a partir de descaracterizações de categorias, sobretudo a da totalidade, presente por exemplo na categoria trabalho como base ontológica na teoria marxiana. Nessa questão, Hubmann causa estranheza a Martins (ibid.) com a afirmação de que a “teoria segundo a qual a existência material determina a consciência, base do materialismo histórico, era uma ideia em que Marx não acreditava” (p. 49). Ainda, Hubmann (2012) chega a reivindicar a necessidade de recusa da imagem de “Marx como autor social-revolucionário dedicado à Economia Política” (p. 46). Se há uma recusa, por parte de Hubmann, em caracterizar o projeto social-revolucionário de Marx, calcado na dimensão teleológica e ontológica proveniente do trabalho humano, é compreensível que se refira a uma “virada filológica” realizada pela MEGA2 como uma tácita analogia, segundo Martins (2014), à virada linguística assumida pelos filósofos da linguagem, a qual é encarada como constituinte da realidade, mais do que os processos históricos reais ou uma ontologia social.

Obviamente, assim como o próprio Martins (ibid.) ressalta, não se pode tirar conclusões sobre a edição histórico-crítica da MEGA2 a partir desses comentários extraídos de Hubmann, em que pesa o fato de se tratar de um pesquisador importantíssimo e diretor executivo do projeto. A preocupação reside, por outro lado, “na crença ingênua de que um procedimento filológico forneça o aval último de uma cientificidade” (ibid., p. 56), ou seja, uma desideologização palatável aos contornos academicistas contemporâneos, seguidos de uma visão produtivista e, por isso, neutra.

Portanto, Marx é um autor, como todos, que não é possível ser compreendido fora do seu contexto histórico e de sua reivindicação política. De outra parte, a recuperação de seus textos, de suas anotações e de seus estudos, sem alterações ou montagens, favorece sobremaneira a preservação de sua teorização, por um lado; e, o exame do grau de incompletude, por outro, que concorre a interpretações interessantes, abre vasto campo investigativo, conforme tentei delinear ao longo deste capítulo. No capítulo seguinte, darei continuidade ao esforço de demonstrar a força e a incompletude do empenho marxiano no estudo e na exposição da crítica da economia política, focalizando, nesse contexto, os seus enfrentamentos quanto à questão da crise.

2 OS PLANOS EXPOSITIVOS DE MARX E AS CRISES CAPITALISTAS

Um dos caminhos encontrados para a pesquisa sobre a existência ou não de uma teoria sobre as crises capitalistas em Marx é a reconstituição do seu percurso investigativo em torno da economia política, ou seja, a reconstrução dos seus passos no que se refere ao estudo, à descoberta e, sobretudo, ao planejamento da forma como pretendia expor os resultados do seu trabalho. Assim, este capítulo tratou dos planos expositivos de Marx para a elaboração da sua crítica à economia política. Rosdolsky (2001) os denomina de planos estruturais na compreensão de que são o esqueleto da principal obra econômica de Marx, *O Capital*, considerando-o como o apanhado dos seus três livros e do livro *Teorias da Mais-valia*. Para a exposição da evolução dos planos expositivos de Marx, dividi o capítulo em 5 partes: nas quatro primeiras apresentei a evolução dos planos expositivos partindo dos *Grundrisse* e chegando a *O Capital*; e, na última parte, analisei as modificações nos planos expositivos e o tratamento neles dispensado sobre a discussão do tema da crise.

Faço a opção por denominá-los de planos expositivos, mas não em oposição à visão de que se tratam também de planos estruturais. Chamá-los-ei dessa forma para demarcar o momento em que Marx, após longa investigação da economia política, decidiu organizar uma exposição crítica e sistemática dela. Não obstante, não se trata, nessa visão, de delimitar momentos estanques, o de investigação e o de exposição³¹. Será possível notar, com a leitura desse capítulo que, para Marx, investigação e exposição se tratam de momentos distintos³², no entanto, o processo de organização dos seus planos expositivos esteve imbricado a um grande processo investigativo que proporcionou avanços teóricos. Tais avanços, por sua vez, acabaram modificando os próprios planos elaborados inicialmente.

Um plano expositivo seria, portanto, um roteiro dos livros, das seções e por vezes de capítulos pensados para tratar o tema da crítica à economia política, no caso de Marx, de forma que o público leitor pudesse compreender as formulações e análises feitas por ele. Há dois planos gerais para a redação da crítica marxiana à economia política: o plano expositivo inicial, de 1857-58, o qual previa

³¹ Acompanho aqui a compreensão de Müller (1982) de que, do ponto de vista da dialética de Marx, a exposição não se trata apenas da organização de discurso, das proposições, que transfere o ônus da dialética ao método de pesquisa, mas a própria dialética incorporada por Marx se trata de um método de exposição crítica da economia, reconstrução sistemática e crítica da economia política burguesa. Essa compreensão sobre o método de exposição da dialética será fundamental para a discussão do próximo capítulo, no qual analisarei o debate concernente à teoria da crise em Marx.

³² “É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção a priori” (MARX, 1985a, p. 140).

seis livros; e, depois, em 1865, outro que previa quatro livros, os quais serviram como base para a organização e publicação de sua obra final, conforme a conhecemos hoje. O que se torna importante discorrer nesse capítulo é por qual razão o plano original foi modificado e, sobretudo, como se diferenciam um do outro, ou seja, que elementos de continuidade e de mudança, bem como de arranjos expositivos, se efetivaram ao longo dos nove anos que envolveram o primeiro plano e a publicação do Livro 1 de *O Capital*. E, por fim, responder como foi planejada por Marx a exposição do tema sobre as crises capitalistas ao longo dos planos.

Esse roteiro nos levará a apresentar os manuscritos deixados por Marx ao longo do período normalmente tido como aquele dedicado à exposição de sua crítica à economia política. Não se tratou de um único empenho; ao contrário, Marx elaborou e reelaborou sua apresentação por várias vezes, deixando-nos um vasto material, ainda novo e, em certa medida, recém explorado, como exposto no capítulo anterior. Por essa razão, há duas grandes referências que balizarão esse capítulo. A primeira é a obra de Rosdolsky (ibid.), escrita em 1968, a partir de um exemplar dos *Grundrisse* ao qual teve acesso, em 1948, em uma biblioteca de Nova Iorque, quando se encontrava exilado. A obra de Rosdolsky (ibid.) é emblemática, fundamental e pioneira no que se refere à exposição da arquitetura de investigação marxiana que resultou em sua obra final. Rosdolsky foi um precursor de estudos dessa natureza³³ e, ao mesmo tempo, um solitário estudioso; além de exilado e perseguido, mesmo nos EUA, contou basicamente com sua biblioteca pessoal para desenvolver o seu notável estudo. Ademais, desenvolveu sua pesquisa em uma época de transição entre a MEGA1 e a MEGA2 e não contou com as descobertas importantes feitas por esta última. Portanto, a segunda referência é justamente os autores que se dedicaram às recentes descobertas dos estudos filológicos. Dentre eles, acompanharei prioritariamente Roberto Fineschi, italiano e especialista na temática.

2.1 OS GRUNDRISSE ENQUANTO ESTUDO DE TRANSIÇÃO TEÓRICA

Há um consenso entre os autores de que a produção dos *Grundrisse* marca o início da sistematização marxiana da crítica da economia política. Parece-me um critério seguro, uma vez que a própria MEGA tem uma seção dedicada exclusivamente ao *Capital* e a seus textos preparatórios, os quais começam a partir dos *Grundrisse*. Não assumo, com isso, a tese do corte epistemológico, que dividiria as obras do jovem Marx e as do velho Marx. Prefiro apoiar-me na posição de continuidade da produção marxiana expressa em Fineschi (2008) e Fineschi e Riva (2018) que, juntamente com outros estudiosos do campo da filologia, compreendem a importância de aproximações e elaborações econômicas em obras anteriores, escritas por Marx e Engels nos anos 1840, mas que ressaltam o seu caráter fragmentário e ainda carente de formulações categoriais que comporiam a crítica da economia política feita posteriormente.

³³ Fora Rosdolsky, podemos considerar como autoridades reconhecidas no estudo da gênese e estrutura do pensamento de Marx autores como Ernest Mandel, Walter Tuchscheerer e Lev Vygotsky. Não obstante, farei a opção de me concentrar apenas em Rosdolsky para poder cruzar suas informações com os das recentes descobertas filológicas.

“O longo e complexo caminho de Marx em direção a *O Capital* pode ser substancialmente dividido em dois períodos: 1844-57 e 1857-83” (SGRO’, 2018, p. 376). Portanto, nessa posição, ressaltam-se duas fases do trabalho de Marx para a elaboração de sua obra magna. A primeira precede o ano de 1857, caracterizada como uma fase de aprendizado, estudo dos clássicos da economia política (Smith, Ricardo, Mill), crítica dos falsos críticos (Proudhon), estudo da realidade a partir das manifestações fenomênicas, no caso das crises financeiras. Seus estudos econômicos foram fundamentados na compreensão da conexão entre propriedade privada e riqueza, convergindo à determinação do valor, problema fundamental da economia política. Na segunda fase, iniciada em 1857, Marx construiu o modelo teórico da obra e expôs a teoria do capital (FINESCHI, 2008; FINESCHI; RIVA, 2018; HECKER, 2002; SGRO’, 2018). Nesse sentido, concordo com a definição dada por José Paulo Netto de que os *Grundrisse* se tratam do que denominou de “manuscritos de fronteira”³⁴. Significa que, de 1844 a 1857/58, Marx centrou suas investigações em torno da crítica da economia política. Os *Grundrisse*, nessa caminhada, se caracterizam, por um lado, como sendo a síntese ou ponto de chegada das investigações realizadas até ali; por outro lado, se tornam o ponto de partida para a sistematização das ideias basilares e fundamentais que iriam servir para a elaboração marxiana de sua crítica à economia política, expressa nos livros de *O Capital*.

Marx iniciou seus estudos sobre economia política nos anos 1840; todavia nessa fase não se dedicou a um projeto expositivo crítico sobre ela. Com efeito, Fineschi e Riva (2018) comentam que as recentes análises filológicas realizadas a partir de publicações provenientes da MEGA2 revelam que textos tais como os *Manuscritos Econômicos Filosóficos* de 1844 e a *Ideologia Alemã*, redigida entre os anos de 1845 e 1846, não se tratariam sequer de obras completas, mas de um apanhado de notas, apontamentos, comentários relativos aos estudos filosóficos e econômicos realizados naquela ocasião por Marx. Fineschi (2008) avalia que os *Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844* só podem ser considerados como uma primeira abordagem à problemática econômica, pois não foram concebidos como uma obra propriamente dita, já que se tratam de um conjunto de notas, apontamentos, comentários relativos aos primeiros estudos de Marx. Rosdolsky (2001) caracteriza Marx como principalmente um filósofo procurando aplicar à economia sua recém-esboçada concepção materialista da história. Do ponto de vista econômico propriamente dito, tratar-se-ia de um esboço geral que só se completaria posteriormente, nas duas décadas seguintes. Já o texto intitulado *A Ideologia Alemã*, segundo Fineschi (2008), não foi concebido como uma obra, mas diz respeito a uma série de artigos, jamais publicados, para uma revista, não se desenvolvendo, de forma sistemática, uma teoria econômica ou filosófica, mesmo considerando que essa obra contenha brilhantes formulações de conceitos chaves tais como modo de produção e a noção de força produtiva e relação de produção.

Tais textos seriam considerados diversos de *Miséria da Filosofia*, de 1847, na qual se articulariam categorias econômicas com mais precisão. Contudo, ainda nessa obra, os estudos filológicos apontariam que Marx se apoiava sensivelmente em conceitos de base da teoria ricardiana, introduzindo uma noção

³⁴ Conferir fala de José Paulo Netto em: <https://www.youtube.com/watch?v=cuDSsZ2JQz0&t=1032s> (Entre 59’00” e 1:06’00”).

de historicidade, porém, sem ainda conseguir elaborar uma teoria autônoma (FINESCHI; RIVA, 2018). Já para Rosdolsky (2001), esse texto, junto com o *Manifesto do Partido Comunista* e com os ensaios sobre *Trabalho Assalariado* e capital revelam a estatura de Marx como um investigador independente e original em economia, consciente, ao mesmo tempo, de sua proximidade com a escola clássica e de sua profunda oposição a ela. A crise europeia de 1848 e os processos revolucionários daquele ano e do ano seguinte interromperam os estudos econômicos de Marx que apenas os retomou em 1850, já morando em Londres. Uma das motivações importantes para a retomada foi a investigação de em que medida a deflagração e a derrota da revolução haveriam sido determinadas pelo aspecto econômico.

No período de agosto de 1850 a janeiro de 1853, recentes fontes trazidas pela nova edição crítica da MEGA2 revelaram 24 cadernos londrinos de extratos e anotações³⁵, nos quais Marx haveria se interessado em duas teorias sobre o dinheiro, a *Currency Principle* e o *Banking Principle*. Não obstante, tratar-se-iam de anotações e apontamentos carentes de uma articulação orgânica do tema, não podendo, portanto, ser caracterizados como uma obra concebida. Já o estudo sistemático da economia foi interrompido no período de 1853 a 1857, quando Marx se viu às voltas com problemas familiares e de saúde, porém, escreveu vários artigos para o jornal americano *New York Tribune*³⁶. Ainda nesses textos, todavia, se encontram apenas cadernos de apontamentos e anotações que não formam uma obra, não apenas no nível da concepção, mas sobretudo pela ausência de um desenvolvimento orgânico da argumentação (FINESCHI, 2008; FINESCHI; RIVA, 2018).

Já os anos de 1857 e 1858 se mostraram produtivos e se caracterizam como aqueles em que Marx iniciou a sistematização da crítica da economia política. A base material para a produtividade foi outra crise econômica, em 1857. Marx se apressou e redigiu os *Grundrisse* em apenas nove meses,

³⁵ Na época de elaboração do estudo de Rosdolsky (2001), ainda não se tinha encontrado nenhum manuscrito sobre os estudos econômicos de Marx dessa época. De qualquer maneira, avaliou Rosdolsky (ibid.) que Marx havia progredido em suas investigações a partir de uma carta escrita por ele a Engels, em 2 de abril de 1851, na qual se lê: “Estou tão avançado que terei terminado com toda a coisa da economia em 5 semanas” (MARX; ENGELS, 1982, p. 325, tradução nossa). Em princípio, parece que Marx não concluiu suas investigações no tempo previsto na carta, pois essas tomaram seu empenho até a sua morte, como discutirei neste capítulo. Após apresentar evidências retiradas de Riazanov sobre a existência dos materiais produzidos nessa época, bem como de outra carta de Marx endereçada a Engels em 13 de fevereiro de 1855 na qual se queixa que quase perdeu a visão de tanto ler seus próprios cadernos, Rosdolsky (2001, p. 23) chega à conclusão de que “Marx pelo menos iniciou o projeto da ‘Economia’ que planejava”, porém, se lamenta: “Qual foi o destino do manuscrito e por que ele desapareceu são interrogações a que talvez nunca possamos responder”. Destaco aqui essa última indagação para que possamos ter a dimensão da importância dos atuais estudos filológicos de Marx, os quais preenchem importantes lacunas históricas e abrem novos horizontes no conhecimento da obra desse autor.

³⁶ Os problemas de saúde vividos por Marx, sobretudo os relacionados ao seu fígado, podem ser considerados próprios de suas dificuldades materiais de vida, considerando as condições insalubres do bairro em que sua família vivia. No meio de 1854, uma epidemia de cólera acometeu o distrito devido ao sistema de esgoto ter sido cavado no meio dos túmulos das vítimas da grande praga de 1665. Em 1856, sua esposa Jenny von Westphalen acompanhou o falecimento de sua mãe após uma enfermidade que durou apenas onze dias. Porém, o golpe que mais abalou a família Marx foi o falecimento do filho Edgard (Mush), no ano de 1855. Em várias cartas para Engels, Lassale e Freiligrath, Marx expressou sua angústia pela perda do menino de 9 anos. Já com relação aos artigos escritos ao jornal *New York Tribune*, apesar de ter durado quase uma década, a partir de 1851 e de que esse jornal tivesse 200 mil leitores, sendo o mais popular nos EUA, as condições de trabalho de Marx eram precárias, necessitando escrever dois artigos por semana, recebendo 2 pounds por cada artigo, o que lhe garantia um pouco mais de 200 pounds por ano. Não obstante, começou a receber metade desse valor quando as vendas começaram a cair e ganhar apenas pelos artigos publicados. Ou seja, os anos 1850 em diante para a sua família, morando na Inglaterra, foram de grande privação e de miséria material, pois Marx por vezes não tinha nem casaco nem sapatos para sair, ou dinheiro para comprar papel ou jornal, ou mesmo para enviar um manuscrito para seu editor. Passou por constantes brigas com o dono da mercearia e outros pequenos lojistas, além do proprietário da casa, porque não conseguia honrar suas dívidas (MEHRING, 2013). Um recurso por ele muitas vezes utilizado foi a casa de penhores, na qual chegava a penhorar o seu casaco no verão para poder dar continuidade ao seu trabalho, como atesta o livro de Stallybrass (2008). Apesar de não ser esse o objeto deste estudo, achei relevante situar em que materialidade particular de vida Marx elaborou todo seu trabalho de pesquisa para a crítica da economia política.

entre julho de 1857 e março de 1858, e iniciou uma série de planificações para expô-la ao público. A partir daí, elaboraria extensos manuscritos, corrigindo-os sistematicamente e aprimorando-os, até seus últimos dias de vida. São normalmente considerados quatro esboços de tentativa de exposição da crítica da economia política: 1. O Manuscrito de 1857-58, conhecido como os *Grundrisse*; 2. O Manuscrito de 1861 a 1863, do qual Engels utilizou algumas partes para o livro terceiro de *O Capital*, bem como Kautsky para as *Teorias da Mais-valia*; 3. O Manuscrito de 1863 a 1865, com a primeira versão inteira dos segundo e terceiro livros de *O Capital*, além de outra versão do livro primeiro, da qual restam apenas fragmentos como o Capítulo 6, conhecido como inédito; 4. Escritos posteriores a 1867 que também serviram de base para as edições feitas por Engels (DEUS, 2010; FINESCHI, 2008; FINESCHI; RIVA, 2018; ROSDOLSKY, 2001; SGRO', 2018).

Os *Grundrisse*, escritos em sete cadernos, são considerados o primeiro esboço de *O Capital* e importante obra por conter, pela primeira vez, a formulação da teoria do valor e do dinheiro, contrapondo-se tanto à economia política (liberal), quanto ao socialismo utópico. Essa obra é apontada como aquela que dá origem, de modo categórico, ao conceito de mais-valia e de suas formas particulares – lucro, renda e juros (DEUS, 2010). Avalia Fineschi (2014) que os *Grundrisse* são o primeiro texto no qual se apresenta uma teoria do valor, esta sim mais central na obra marxiana do que a própria teoria do desenvolvimento das formações socioeconômicas, muitas vezes creditadas aos textos de Marx:

Um dos resultados mais importantes da análise filológica que, talvez, convenha ser observado é que só a partir do Manuscrito 1857-8 (*Grundrisse*) é que Marx tem uma teoria própria do valor; que ainda não estava elaborada em princípios dos anos 1850, quando retomou os estudos de economia em Londres.

Assim, a concepção de história do Manifesto Comunista não pode ser mais que um esboço, uma grande delineamento do curso histórico em que ainda não se tem uma teoria orgânica da sucessão de formações socioeconômicas. Além disso, tal teoria nem sequer se (sic.) existe em *O Capital*, onde, porém, se assentam as bases para a compreensão do modo de produção capitalista através da elaboração da teoria do valor em sua estrutura complexa (p. 16).

Já do ponto de vista da elaboração do plano expositivo de Marx, trata-se os *Grundrisse* igualmente de um texto importante e Fineschi (2008) chama a atenção para três passagens (planos) nas quais já estariam assentadas o primeiro planejamento da crítica da economia política. Seriam elas:

A. INTRODUÇÃO AO MANUSCRITO DE 1857-58 (MARX, 2011, P. 88)³⁷

- 1) As determinações universais abstratas, que, por essa razão, correspondem mais ou menos a todas as formas de sociedade, mas no sentido explicado acima.
- 2) As categorias que constituem a articulação interna da sociedade burguesa e sobre as quais se baseiam as classes fundamentais. Capital, trabalho assalariado, propriedade fundiária. As

³⁷ Essa Introdução é a mesma publicada em *Para a Crítica da Economia Política*. O item 3, intitulado “O método da economia política”, no qual constam as subdivisões abaixo, é considerado como um dos raros momentos em que Marx escreveu diretamente sobre o método em sua obra (MARX, 2011).

suas relações recíprocas. Cidade e campo. As três grandes classes sociais. A troca entre elas. Circulação. Sistema de crédito (privado).

3) Síntese da sociedade burguesa na forma do Estado. Considerada em relação a si mesma. As classes “improdutivas”. Impostos. Dívida pública. Crédito público. A população. As colônias. Emigração.

4) Relação internacional da produção. Divisão internacional do trabalho. Troca internacional. Exportação e importação. Curso do câmbio.

5) O mercado mundial e as crises.

B. MANUSCRITO 1857-58 (MARX, 2011, P. 324-325)³⁸

I. 1) Conceito universal do capital.

2) Particularidade do capital: capital circulante, capital fixo. (Capital como meio de subsistência, matéria-prima, instrumento de trabalho.)

3) O capital como dinheiro.

II. 1) Quantidade do capital. Acumulação.

2) O capital medido em si mesmo. Lucro. Juro. Valor do capital, i.e., o capital em contraste consigo como juro e lucro.

3) A circulação dos capitais. a) Troca do capital por capital. Troca de capital por renda. Capital e preços. b) Concorrência dos capitais. g) Concentração dos capitais.

III. O capital como crédito.

IV. O capital como capital por ações.

V. O capital como mercado monetário.

VI. O capital como fonte da riqueza. O capitalista.

C. MANUSCRITO 1857-58 (MARX, 2011, P. 339-340)³⁹

I. Universalidade:

1) a) Devir do capital a partir do dinheiro.

b) Capital e trabalho (mediando-se pelo trabalho alheio).

c) Os elementos do capital decompostos de acordo com sua relação com o trabalho. (Produto. Matéria prima. Instrumento de trabalho.)

³⁸ Encontra-se em (MARX, 2011):III. Capítulo do Capital. 2) O valor de troca emergindo da circulação, pressupondo-se a circulação, conservando-se e multiplicando-se nela pela mediação do trabalho

³⁹ Mesmo capítulo e item anteriores. Trecho [Troca entre capital e trabalho] (MARX, 2011).

2) Particularização do capital:

a) Capital circulante, capital fixo. Circuito do capital.

3) A singularidade do capital: capital e lucro. Capital e juro.

O capital como valor, diferente de si mesmo como juro e lucro.

II. Particularidade:

1) Acumulação dos capitais.

2) Concorrência dos capitais.

3) Concentração dos capitais (diferença quantitativa do capital como diferença simultaneamente qualitativa, como medida de sua magnitude e de sua eficácia).

III. Singularidade:

1) O capital como crédito.

2) O capital como capital por ações.

3) O capital como mercado de dinheiro.

Fineschi (2008) observa que, na passagem A e na continuação da passagem B⁴⁰, é descrito o chamado plano de seis livros de *O Capital* que, para fins deste estudo, estou chamando de plano expositivo inicial. Tal plano é reafirmado em uma carta de Marx a Lassalle, de 22 de fevereiro de 1858. Parte dessa carta é reveladora no que se refere ao estágio de desenvolvimento dos estudos de Marx:

O trabalho no qual estou atualmente envolvido é uma crítica das categorias econômicas ou, se preferir, uma exposição crítica do sistema da economia burguesa. É ao mesmo tempo uma exposição e, da mesma forma, uma crítica ao sistema. *Eu tenho muito pouca ideia de quantas folhas a coisa toda vai chegar.* Se eu tivesse os meios, o tempo e o tempo livre para terminar tudo completamente antes de colocá-lo a público, eu o condensaria bastante, um método pelo qual sempre tive predileção. *Mas impresso desta maneira, em parcelas sucessivas – mais fácil para os leitores compreenderem talvez, mas certamente prejudicial para a forma – ele será bastante mais difuso.* Note-se bem: Assim que você souber definitivamente se a coisa pode ou não ser feita em Berlim, escreva-me, por favor, pois, se não for lá, vou tentar em Hamburgo [...] (MARX; ENGELS, 1983, p. 270, grifos e tradução nossos).

Revela, de outra parte, as preocupações de Marx em publicar seus estudos de forma parcelada e, ao mesmo tempo, a sua incapacidade de avaliar qual seria a extensão do seu trabalho. Por outro lado, intentava, naquele momento, organizar a exposição do seu trabalho a partir de seis livros, como revela na mesma carta:

A apresentação – a forma dela, quero dizer – é inteiramente científica, portanto inquestionável para a polícia no sentido comum. O todo é dividido em seis livros: 1. *Sobre o capital (contém poucos capítulos introdutórios)*; 2. *Sobre a propriedade da terra*; 3. *Sobre o trabalho assalariado*; 4. *Sobre o Estado*; 5. *Comércio exterior*; 6. *Mercado mundial*. Não posso, é claro, evitar toda consideração crítica a outros economistas, em particular uma

⁴⁰ Na qual se lê: “Depois do capital, teria de ser tratada a propriedade fundiária. Depois desta, o trabalho assalariado. Todos os três pressupostos, o movimento dos preços, como circulação agora determinada em sua totalidade interna. De outro lado, as três classes, como presume a produção em suas três formas básicas e pressupostos da circulação. Em seguida, o Estado. (Estado e sociedade burguesa. – O imposto, ou a existência das classes improdutivas. – A dívida pública. – A população. – O Estado em suas relações exteriores: colônias. Comércio exterior. Taxa de câmbio. Dinheiro como moeda internacional. – Finalmente, o mercado mundial. Propagação da sociedade burguesa sobre o Estado. As crises. Dissolução do modo de produção e da forma de sociedade fundados sobre o valor de troca. O pôr real do trabalho individual como trabalho social, e vice-versa.)” (MARX, 2011, p. 325).

polêmica contra Ricardo, na medida em que mesmo ele, como burguês, não pode deixar de cometer erros, mesmo do ponto de vista estritamente econômico. *Mas, de um modo geral, a crítica e a história da economia política e do socialismo formariam um objeto de outro trabalho e, finalmente, o breve esboço histórico do desenvolvimento de categorias e relações econômicas ainda um terceiro (trabalho).* Agora que estou finalmente pronto para começar a trabalhar após 15 anos de estudo, tenho um sentimento desconfortável que os movimentos turbulentos de fora provavelmente interferiram depois de tudo. DEIXA PARA LÁ. Se eu terminar muito tarde e, assim, encontrar o mundo não mais atento a esses assuntos, a culpa é totalmente MINHA (MARX; ENGELS, 1983, p. 270-271, grifos e tradução nossos, maiúsculas no original).

Confirma-se, com esse extrato, o mesmo balanço que tracei até aqui, desta vez feito pelo próprio Marx, no que se refere ao tempo em que começou a se aprofundar no estudo da economia política, além de sua preocupação em publicar seus resultados a tempo de que houvesse ainda interesse ao público leitor. Posso sugerir que tal preocupação pudesse ter relação com a crise pela qual passou o sistema capitalista entre os anos de 1856-57. Tal crise levantou os ânimos de Marx, que se apressou em dar curso às suas investigações, ao mesmo tempo que escrevia para o *New York Tribune*⁴¹. Chamo também a atenção para a intenção, aqui expressa, em realizar mais dois trabalhos, um sobre a história da economia política e o socialismo e outro sobre o desenvolvimento de categorias metodológicas com base nas relações econômicas.

Portanto, o plano inicial é confirmado tanto pela organização contida em os *Grundrisse*, que se constituiu basicamente da primeira seção (capital em geral), como pela carta de Marx a Lassalle, em 22 de fevereiro de 1858. A descrição dos seis livros é posteriormente reafirmada com a publicação, em 1859, de *Para a Crítica da Economia Política* (MARX, 1982). Rosdolsky (2001) afirma ainda que, no plano inicial, o primeiro livro, sobre “o capital”, estava dividido em quatro seções que deveriam tratar: a) do capital em geral, b) da concorrência, c) do crédito e, d) do capital dividido em ações. Atenta, também, que a seção a) capital em geral era subdivida em 3 itens: 1. O processo de produção do capital; 2. O processo de circulação do capital e; 3. Lucro e juros. Em síntese, o plano inicial investigativo possuía a seguinte estrutura:

Plano expositivo 1857-58 (ROSDOLSKY, 2001):

I. Livro sobre o capital

a) O capital em geral

1) O processo de produção

⁴¹ O efeito psicológico da crise de 1857 reanimou Marx, a despeito de sua enfermidade ou das dificuldades financeiras pelas quais passava, como atesta um extrato de uma carta que sua esposa Jenny escreveu a Konrad Schramm: “Nós sentimos os efeitos da crise americana em nossos próprios bolsos, já que Karl agora escreve apenas um artigo por semana em vez de dois para o *Tribune*, que se livrou de todos seus correspondentes europeus, exceto Bayard Taylor e Karl, mas você pode imaginar como o Mouro [Marx] está feliz. Sua capacidade e facilidade retornaram junto com o coração leve e fresco que ele não tem tido há anos, desde a grande tristeza pela morte de nosso menino, uma perda que sempre deixa meu coração triste. Durante o dia Karl trabalha por nosso pão diário e à noite trabalha para terminar seu livro sobre economia política. Agora que tal livro se tornou tão necessário, certamente conseguiremos encontrar algum miserável editor para ele” (MEHRING, 2013, p. 255).

- 2) O processo de circulação
- 3) Lucro e juros
- b) Concorrência
- c) O sistema de crédito
- d) Capital dividido em ações
- II. Livro sobre a propriedade da terra
- III. Livro sobre o trabalho assalariado
- IV. Livro sobre o Estado
- V. Livro sobre o comércio exterior
- VI. Livro sobre o mercado mundial

Pode-se afirmar, até esse planejamento, que o tema das crises estava previsto no último livro, sobre o mercado mundial. Todavia, se, por um lado, nos *Grundrisse* aparecem o plano inicial de exposição da crítica da economia política, por outro, em seus contornos, Marx trataria apenas dos três primeiros pontos do item a, sobre “o capital em geral” – o processo de produção; o processo de circulação; lucros juros. Refere-se, portanto, ao primeiro livro (sobre o capital) nesse planejamento. As evidências dessa afirmação podem ser encontradas em Fineschi (2008) com a continuação da análise dos planos B e C. Nesses manuscritos, haveria uma estrutura geral do livro sobre capital, o primeiro dos seis, no plano inicial. As três partes da Universalidade do plano C se confirmam em outra carta a Lassalle, de 11 de março de 1858, onde se lê: “1. Valor, 2. Dinheiro, 3. Capital em Geral (o processo de produção de capital; processo de sua circulação; a unidade dos dois; ou capital e lucro; juros)” (MARX; ENGELS, 1983, p. 287). Os pontos 1 e 2 descritos na última carta a Lassalle corresponderiam aos capítulos introdutórios do item I (O capital), mencionados na carta anterior. Por fim, uma carta a Engels, de 2 de abril de 1858, confirma a estrutura geral do capítulo sobre o capital, ainda de acordo com C: “a) Capital em geral (É a substância da primeira parcela) b) Concorrência ou interação de muitos capitais. c) Crédito, onde capital, contra capitais individuais, é mostrado como um elemento universal; d) Capital social como a forma mais aperfeiçoada (transformando-se em comunismo) junto com todas suas contradições”. (MARX; ENGELS, 1983, p 298).

Como limites dos *Grundrisse*, Fineschi (2008) aponta que esse texto não avançou além da universalidade do capital. Marx (2011), por sua vez, deixou explícito que o capital em geral possuía as seguintes características, se comparado aos capitais particulares, destacando, assim, a sua importância:

O capital em geral, diferentemente dos capitais particulares, aparece na verdade 1) só como uma abstração; não uma abstração arbitrária, mas uma abstração que captura a *differentia specifica* do capital em contraste com todas as outras formas de riqueza – ou modos – em que se desenvolve a produção (social) [...] 2) mas o capital em geral, diferentemente dos capitais reais particulares, é ele próprio uma existência real (MARX, 2011, p. 369).

Já Leonardo de Deus (2010) atenta para a questão de que, ainda que se constituam em um material extremamente rico, não existe nele a preocupação com a forma de exposição, sobretudo porque esta se constitui pelo próprio objeto e suas categorias, não podendo ser estabelecida a priori.

2.2 O MANUSCRITO DE 1861-1863

Uma vez terminado os *Grundrisse*, Marx redigiu um índice abordando tópicos que fariam parte do Livro 1 e que seguiam e ampliavam o plano C:

Índice dos sete cadernos do Manuscrito 1857-58⁴² (FINESCHI, 2008):

I. Valor

II. Dinheiro

III. O capital em geral [*allgemein*]⁴³

Passagem do dinheiro ao capital

I. Processo de produção do capital

a) Troca de capital com a capacidade de trabalho

b) A mais-valia absoluta

c) A mais-valia relativa

d) A acumulação original (pressuposto de relação do capital e trabalho assalariado)

e) Reversão da lei de apropriação

2. O processo de circulação do capital

(interrompido)

O próximo trabalho após os *Grundrisse*, desta vez publicado, foi um texto em 1859, conhecido como *Para a Crítica da Economia Política*⁴⁴ (MARX, 1982), no qual reorientou a exposição da obra: a mercadoria se tornou o ponto de partida, e não o valor e o dinheiro, como ocorria com a economia política (DEUS, 2010). Nessa obra está contida o que seria a primeira seção na versão final do Livro 1 de *O Capital* e uma parte de um manuscrito preparatório assim chamado de *Urtext*⁴⁵ (FINESCHI; RIVA, 2018).

⁴² Segui e reproduzi a ordem das fontes analisadas por Fineschi (2008). Assim, os planos de A até C foram expostos aqui. O autor denomina de fonte D a carta de Marx a Lassalle, de 22 de fevereiro de 1858; de E a carta de Marx a Lassalle, de 11 de março de 1858; e, de F a carta de Marx a Engels, de 2 de abril de 1858, todos esses outros documentos já citados aqui. Por essa razão, o índice dos sete cadernos do Manuscrito 1857-58 aparece aqui com a letra G.

⁴³ Fineschi (2008) tem particular preocupação com a palavra alemã *allgemein* que pode ser, segundo ele, traduzida tanto como “universal”, quanto como “geral”. Assim, preocupa-se em ser fiel às categorias conceituais e traduz como “Conceito universal de capital”, quando se trata da tríade universal-particular-singular. Já quando se trata do capital em grau de abstração, prefere utilizar o termo “capital geral”.

⁴⁴ Em algumas versões foi traduzido como *Contribuição à Crítica da Economia Política*.

⁴⁵ O significado literal de *Urtext* seria texto original.

Marx retomou sua produção em 1861, após uma pausa, em 1860, para se dedicar à polêmica contra Karl Vogt⁴⁶. Seu empenho agora seria elaborar um texto expositivo, posto que considerava os *Grundrisse* uma espécie de rascunho ou esboço⁴⁷. O Manuscrito de 1861-1863 foi projetado como continuação da obra de *Para a Crítica da Economia Política*, a qual continha dois capítulos, “A mercadoria” e “O dinheiro, ou a circulação simples” (MARX, 1982). O terceiro capítulo tratar-se-ia do “capital em geral” (item a do Livro 1, no plano inicial), formulação utilizada para designar o capital abstraído da concorrência e da interação com outros capitais, ou seja, o capital em sua totalidade, contraposta à classe trabalhadora. Entre, *Para a Crítica da Economia Política* e o Manuscrito de 1861 a 1863, Marx desenvolveu um plano geral do item a (o capital em geral) do Livro 1, sobre o capital (plano inicial), no qual constava:

H. Índice de 1859 ou 1861 (DEUS, 2010⁴⁸; FINESCHI, 2008)

I) O processo de produção do capital

1. Transformação do dinheiro em capital

α) Transição

β) Troca entre mercadoria⁴⁹ e capacidade de trabalho

γ) Processo de trabalho

δ) O processo de valorização

2. A mais-valia absoluta

Tempo de trabalho absoluto e tempo de trabalho necessário

Mais-trabalho. Superpopulação. Tempo de trabalho suplementar

Mais-valia e trabalho necessário

3. A mais-valia relativa

⁴⁶ Karl Vogt, militante e materialista vulgar, residia na Suíça e havia lançado um programa político para a democracia alemã, versando sobre a guerra italiana e destinada a vários refugiados alemães em Londres, incluindo Freiligrath, que apresentou o programa a Marx. Este achou Vogt com uma tendência a favor de Bonaparte, o Napoleão III. Já outro amigo de Marx, Karl Blind, o procurou para lhe dizer que possuía documentos que comprovavam que Vogt era um agente assalariado de Bonaparte. Marx, por sua vez, mencionou tais revelações a Biskamp, jornalista do *Das Volk (O Povo)* que, mesmo sem a permissão de Marx, utilizou as informações para redigir um texto anônimo que denunciava Vogt. Este, por sua vez, irado, processou o jornal que não conseguiu apresentar as supostas provas que Blind dissera possuir. Vogt também publicou um livro em que acusava Marx de ser chefe de um bando de chantagistas que comprometiam as pessoas na terra natal, com o intuito de comprar o silêncio do bando. Mesmo sem ter acesso ao livro, Marx decidiu processar, sem sucesso, o jornal *National Zeitung (Jornal Nacional)* por ter publicado artigos com base nas declarações de Vogt. Ainda, dedicou-se nove meses do ano de 1860 para redigir uma resposta ao livro de Vogt, intitulada *O Senhor Vogt*, o que o fez parar de se dedicar por um ano ao desenvolvimento concentrado em seus estudos. A pertinência de relatar esse episódio da vida de Marx refere-se ao fato de que esse empenho, tanto judicial quanto editorial, deixou a família Marx ainda mais em dificuldades financeiras, além de levar Jenny a uma estafa que culminou com uma catapora que a levou para cama durante uma semana com febre alta, insônia e ansiedade. Ou seja, em meio à dificuldade de sistematização teórica, Marx ainda enfrentava problemas de ordem financeira e de embate político e pessoal (KONDER, 1981; MEHRING, 2013).

⁴⁷ Roberto Fineschi refere-se aos *Grundrisse* como sendo, para Marx, a “brutta copia” (versão ruim ou rascunho, tradução nossa) e então discorre sobre a intenção daquele autor em escrever a “bella copia” (versão boa ou final, tradução nossa). Conferir em: <https://www.youtube.com/watch?v=DwwxpzyGi5Q&t=3221s> (Entre 42’32” a 42’40”). Já em carta de Marx para Kugellmann, de 28 de dezembro de 1862, o termo encontrado é “final polishing” (polimento final) para se referir à versão final (MARX; ENGELS, 1985, tradução nossa).

⁴⁸ Retirado pelo autor de MEGA, v. II/2, p. 256.

⁴⁹ Em Fineschi (2008), “capital” ao invés de “mercadoria”.

- α) Cooperação de massa
- β) Divisão do trabalho
- γ) Maquinaria
- 4. A acumulação primitiva
- Mais-produto. Mais-capital
- O capital produz o trabalho assalariado
- A acumulação primitiva
- Concentração da força de trabalho
- Mais-valia nas diversas formas e mediante diversos meios
- Nexo entre mais-valia relativa e absoluta
- População
- 5. Trabalho assalariado e capital
- Capital força coletiva, civilização
- Reprodução do trabalhador mediante o salário
- Superação espontânea dos limites da produção capitalista. Tempo disponível.
- O trabalho em si transformado em trabalho social
- Economia efetiva. Economia do tempo de trabalho mas não em forma opositiva
- Manifestação fenomênica [Erscheinung] da lei da apropriação na circulação simples de mercadorias
- Reversão desta lei

II) A circulação do capital

[...]

III) Capital e lucro

[...]

Percebe-se que o item I aqui, “O processo de produção do capital”, refere-se ao item 1 da letra a (o capital em geral) do Livro 1 (sobre o capital). Da mesma forma, o item II, “O processo de circulação do capital”, refere-se ao item 2; e, o item III, Capital e lucro, pode ser considerado uma modificação do item 3 (da seção a, sobre o capital em geral, do Livro 1, do plano inicial). Gradativamente, Marx foi avançando no planejamento sobre o Livro sobre o capital (Livro 1) do plano expositivo inicial, que a este ponto estaria assim elaborado:

Plano expositivo inicial com avanços pós-*Grundrisse*⁵⁰:

I. Livro sobre o capital

⁵⁰ Sistematização minha, feita a partir de Rosdolsky (2001) e Fineschi (2008). Coloquei em negrito o avanço do planejamento posterior aos *Grundrisse*, sempre em direção a um aprofundamento do Livro sobre o capital, aqui especificamente com relação ao “processo de produção”. Risquei os textos substituídos e coloquei no lugar as suas substituições.

a) O capital em geral

1) O processo de produção do capital

1. Transformação do dinheiro em capital

α) Transição

β) Troca entre mercadoria e capacidade de trabalho

γ) Processo de trabalho

δ) O processo de valorização

2. A mais-valia absoluta

Tempo de trabalho absoluto e tempo de trabalho necessário

Mais-trabalho. Superpopulação. Tempo de trabalho suplementar

Mais-valia e trabalho necessário

3. A mais-valia relativa

α) Cooperação de massa

β) Divisão do trabalho

γ) Maquinaria

4. Acumulação primitiva

Mais-produto. Mais-capital

O capital produz o trabalho assalariado

A acumulação primitiva

Concentração da força de trabalho

Mais-valia nas diversas formas e mediante diversos meios

Nexo entre mais-valia relativa e absoluta

População

5. Trabalho assalariado e capital

Capital força coletiva, civilização

Reprodução do trabalhador mediante o salário

Superação espontânea dos limites da produção capitalista. Tempo disponível. O trabalho em si transformado em trabalho social

Economia efetiva. Economia do tempo de trabalho, mas não em forma opositiva

Manifestação fenomênica [Erscheinung] da lei da apropriação na circulação simples de mercadorias

Reversão desta lei

2) ~~O processo de circulação~~ A circulação do capital

3) ~~Lucro e juros~~ Capital e Lucro

b) Concorrência

c) O sistema de crédito

d) Capital dividido em ações

- II. Livro sobre a propriedade da terra
- III. Livro sobre o trabalho assalariado
- IV. Livro sobre o Estado
- V. Livro sobre o comércio exterior
- VI. Livro sobre o mercado mundial

Os planos de Marx iam delimitando o que apareceria em suas obras finais. Por exemplo, com relação aos planos G e H, Fineschi (2008) chama atenção que o “processo de produção do capital” e o “processo de circulação do capital” configuram exatamente com o mesmo título na versão final de *O Capital* (Livro 1 e Livro 2). Já “capital e lucro” presente no plano H se mostra presente na primeira seção do Livro 3. No entanto, falta no plano H, em relação ao capítulo sobre circulação do capital, a parte relativa à reprodução social geral com a qual termina a estrutura do Livro 2.

No que concerne à relação entre a exposição e o método de investigação:

Cabe notar que os níveis de abstração da exposição ainda não eram totalmente precisos, muito menos sua organização expositiva: matéria posteriormente destinada aos livros segundo e terceiro aparece já no capítulo sobre o capital, pois Marx planejava abranger num livro toda a matéria relativa a ele. Em 1863, contudo, o plano terá sofrido alterações significativas, pois o processo de redação extrapola o plano inicial e o escopo se amplia sensivelmente. (DEUS, 2010, p. 12).

O Manuscrito de 1861-1863 é composto por 23 cadernos, e pode, segundo Deus (ibid.), ser dividido em cinco fases ou temas. De agosto de 1861 até o início de março de 1862, Marx redigiu os cinco primeiros cadernos, os quais constituiriam o capítulo terceiro de *Para a Crítica da Economia Política*, “1) O processo de produção do capital”, com as seções “1) Transformação do dinheiro em capital”, “2) A mais-valia absoluta” e “3) A mais-valia relativa”. Após a redação da seção de mais-valia relativa, deu início a uma digressão sobre a história da teoria da mais-valia por meio de cerca de 1500 páginas, de março a dezembro de 1862, sistematizada nos cadernos VI a XV. De dezembro de 1862 a janeiro de 1863, nos cadernos XVI a XVIII, foi redigido o material posteriormente destinado ao livro terceiro de *O Capital*, sendo o caderno XVI destinado à seção “Capital e lucro”, o caderno XVII à análise do capital mercantil e o processo de circulação do capital e, no caderno XVIII, a retomada das Teorias da mais-valia, além da formulação de novo plano para a obra. No período subsequente, até julho de 1863, Marx retomou a discussão sobre a maquinaria já tratada no caderno V e retomada nos cadernos XIX e XX. Tais cadernos abordam novamente a mais-valia relativa, trazendo avanços com relação ao caderno V. Por fim, os três últimos capítulos contêm inúmeras citações sobre questões abordadas em todo o Manuscrito (DEUS, 2010; FINESCHI; RIVA, 2018).

No tocante ao método marxiano da crítica da economia política, Fineschi e Riva (2018) afirmam que a exposição da teoria e da análise crítica da história da economia política são estritamente entrelaçadas. O acesso ao objeto da teoria de Marx, o modo de produção capitalista, passaria

necessariamente por uma mediação conceitual, qual seja, a economia política. Por essa razão, o confronto com os economistas assumiria uma centralidade na obra de Marx. A crítica das categorias da economia evidenciaria o desenvolvimento da elaboração teórica dos economistas na sua estreita conexão com o desenvolvimento real do modo de produção capitalista⁵¹. Esse procedimento caracterizaria intimamente, segundo Fineschi e Riva (ibid.), o trabalho de Marx a ponto de, já no início dos anos 1850, pensar uma história da economia política.

Assim, depois de ter terminado, entre agosto de 1861 e março de 1862, os cinco cadernos do terceiro capítulo de *Para a Crítica da Economia Política* dedicado ao processo de produção do capital, Marx fez uma pausa e, entre março e dezembro de 1862, redigiu dez cadernos nos quais apresenta uma história real da economia política de Stuart a dissolução da escola ricardiana e o advento da economia vulgar. No índice, Marx os intitulou como Teorias da mais-valia. Durante os anos 1870, a assim chamada história da teoria se tornou, nos planos, o tema daquilo que deveria ter se concretizado como o quarto livro de *O Capital*⁵² (ibid.).

Segundo Fineschi e Riva (ibid.), foi nesses cadernos que Marx desenvolveu, pela primeira vez, de modo claro, a relação entre mais-valia, taxa de lucro e preços de produção, elaborando a própria teoria da renda. Tais formulações têm uma conexão com a história da teoria. No início de tais manuscritos, há uma observação geral que representa um fio condutor da própria indagação sobre a história da economia política, qual seja, a de que todos os economistas haviam cometido o erro de considerar a mais-valia não simplesmente enquanto tal, mas na forma particular de juros e de renda.

No entanto, a contribuição do Manuscrito de 1861-1863 para o estabelecimento direto do plano definitivo de *O Capital* é, segundo Deus (2010), controversa. Atenta que Kautsky, para justificar a publicação de Teorias da mais-valia como o Livro 4 de *O Capital*, teria argumentado que o seu plano de redação já estaria completo em 1863, ou mesmo antes, tomando como base uma passagem do caderno XVIII, no qual Marx expôs um plano detalhado para o que seriam os livros primeiro e terceiro⁵³. Já Rosdolsky (2001) rejeita essa tese, concordando que, se, por um lado, a anotação para a primeira seção contida naquele manuscrito incluiria também temas tais como “luta pela jornada normal de trabalho”, “cooperação simples”, “divisão do trabalho”, “proporção entre trabalho assalariado e mais-valia”, “acumulação primitiva”, “teoria da colonização”, que seriam tratados no primeiro Livro de *O Capital*, por outro lado, faltaria toda análise da categoria “salário e suas formas”, contida na seção VI do Livro 1. Argumenta que isso se deveria ao fato de que Marx estaria ainda remetendo tais temas para um “Livro sobre o trabalho assalariado” (Livro 3 do plano inicial), sugerindo que a anotação para a seção I corresponde mais ao plano de 1857 do que ao de 1865. Afirma, ainda, que em carta dirigida a Kugelmann, em 28 de dezembro de 1862, Marx tratou dos três últimos livros do plano inicial – sobre

⁵¹ Para Fineschi e Riva (ibid.), por outro lado, tal perspectiva crítica permite que Marx compreenda a falta de historicidade e a absolutização do modo de produção capitalista, por parte dos economistas, sejam eles clássicos ou vulgares, não como um simples defeito do historicismo devido a um problema de método, mas como um reflexo objetivo da forma capitalista de socialização de trabalho.

⁵² Para a comprovação dessa tese, Fineschi e Riva (ibid.) remetem à leitura de cartas de Marx a Engels (de 31 de julho de 1865), de Marx a Kugelmann (de 13 de outubro de 1866) e de Marx a S. Meyer (de 30 de abril de 1867).

⁵³ Aqui o autor remete à leitura de MEGA, v. II/3.5, p. 1861.

o Estado, o comércio exterior e o mercado mundial – o que evidenciaria que, naquela época, tais livros não haviam sido eliminados do plano inicial. Somente no terceiro manuscrito, de 1864-1865, considerada por Rosdolsky (2001) como a transição do antigo para o novo plano estrutural, é que a referência aos três últimos livros do plano inicial teria sido suprimida.

Para Deus (2010), apesar de Kautsky ter tido acesso ao Manuscrito de 1861-1863 e os argumentos de Rosdolsky, por sua vez, serem pertinentes, somente agora se pode examinar todos os manuscritos redigidos no período e acompanhar o caminho da elaboração de cada plano feito por Marx. Ainda, salienta que

[...] todos os planos formulados por Marx foram modificados ao longo da redação, ou seja, um plano formulado é sempre consolidação de pesquisa passada e tentativa de organização lógica da exposição do material disponível, sendo modificado com a redação. Portanto, para determinar o sentido e a contribuição de um manuscrito para a elaboração da obra marxiana, há que se examinar os passos analíticos, o desenvolvimento categorial, até que se vislumbre a lógica de conjunto que resulta num plano, método de leitura tornado possível somente no final do século passado (DEUS, 2010, p. 17)⁵⁴.

Por outro lado, com o Manuscrito de 1861-1863, surgiu um segundo esboço geral da teoria do capital, na qual, pela primeira vez, Marx abordou algumas questões já presentes nos índices de 1857-58, tais como concorrência, renda e capital portador de juros; tratou de um primeiro esboço da terceira parte do “capital em geral” com o título “capital e lucro”. Na carta supracitada a Kugelmann, de 28 de dezembro de 1862, Marx explicita sua intenção de não abandonar o estudo do “capital em geral”, mas não usaria mais esse título, substituindo-o por “O capital”, com o subtítulo de “Para a crítica da economia política”. Nesse ponto de sua investigação, haveria estabelecido a distinção estrutural entre universalidade e particularidade, entre capital em geral e muitos capitais. Identificar-se-ia, então, um nível de abstração que desenvolve as categorias fundamentais da teoria até a posição da relação capital-lucro, com exclusão da competição (universalidade), um nível mais concreto no qual se encontram os muitos capitais em livre concorrência entre si (particularidade) e um nível em que existem estruturas particulares que agem fenomenicamente no universal: crédito e capital fictício (singularidade) (FINESCHI, 2008; FINESCHI; RIVA, 2018; ROSDOLSKY, 2001).

Não obstante, considerando o trabalho realizado desde os *Grundrisse* até os Manuscritos de 1861-1863, Marx havia elaborado basicamente a análise do “capital em geral”, correspondente à primeira seção (item a) do primeiro livro sobre “Capital”. Na carta a Kugelmann, de dezembro de 1862, confessou que não conseguira, até então, desenvolver a análise da “concorrência entre os capitais” (segunda seção, b) e do “crédito” (terceira seção, c), porém, um mês depois, elaborou anotações para a terceira seção do livro primeiro. Nas anotações, evidenciou-se uma ruptura com o antigo esquema

⁵⁴ Ressalto aqui, novamente, a importância dos recentes estudos filológicos para trazer a luz os debates históricos interpretativos da obra de Marx. De fato, na época em que Rosdolsky (2001) travou esse debate contra Kautsky, ainda não se tinha a publicação completa do Manuscrito 1861-1863, uma vez que Kautsky havia se limitado a publicar a parte do manuscrito que tratava exclusivamente das teorias sobre a mais-valia.

do livro sobre “capital”. Nos dois anos seguintes, abandonou a intenção de tratar separadamente a concorrência, o sistema de crédito e o capital dividido em ações (quarta seção, d), ampliando, por outro lado, a primeira seção do livro primeiro que trataria do “capital em geral”. Nesse ponto, o capital em geral possuía um volume de discussão que poderia compor um próprio livro. No novo plano expositivo, a parte essencial das seções eliminadas só encontraria abrigo na parte essencial dos três livros previstos, que passariam a tratar de (ROSDOLSKY, 2001):

Livro 1. O processo de produção do capital

Livro 2 O processo de circulação do capital

Livro 3. O processo global da produção capitalista

Surgia, assim, nas palavras de Rosdolsky (ibid.) a forma definitiva de O Capital.

2.3 O MANUSCRITO DE 1863-1865 – A REFORMULAÇÃO DO PLANO DE EXPOSIÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA

Até aqui, Marx ainda não havia decidido onde colocar determinados assuntos, sobretudo não organizara o Livro 2, não reescrevera nenhum índice para ele. Para sanar essa deficiência, decidira escrever um novo manuscrito, de maneira mais sistemática, o Manuscrito de 1863-1865 (FINESCHI, 2008). Em 1863, interrompeu o trabalho e recomeçou, pela terceira vez, a redação da crítica da economia política. Dessa vez, o aprimoramento do material modificaria o planejamento inicial de seis livros e Marx passou, pela primeira vez, a escrever com base no plano final dos três livros sobre economia e mais um sobre a história da teoria⁵⁵ (FINESCHI; RIVA, 2018). Os estudos filológicos revelaram que, nessa empreitada, Marx iniciou pelo primeiro livro, o qual, uma vez concluído, passou ao terceiro, escrevendo a sua primeira seção e, pela primeira vez, elaborou o segundo livro, para depois retornar para o terceiro (FINESCHI, 2008).

O Manuscrito de 1863-1865 tratou dos temas que já haviam sido expostos no Manuscrito anterior, contudo, com uma nova formulação e, pela primeira vez, tomando como objeto também aquilo que estava projetado para o último capítulo, o crédito e o capital fictício (FINESCHI; RIVA, 2018). Do material escrito relativo ao Livro 1, quase tudo foi perdido, a exceção de um fragmento considerado Capítulo 6, denominado posteriormente de *Inédito*. Nesse material, consta a primeira

⁵⁵ Em 1865, Marx já tinha o plano final de exposição de sua obra, contudo, relutava em publicar qualquer parte antes de ter a obra por completa em suas mãos. Em carta para Engels de 31 de julho daquele ano, deixa clara essa posição: “Agora, com relação ao meu trabalho, vou lhe contar a pura verdade a respeito dele. Há mais 3 capítulos para serem escritos para completar a parte teórica (os primeiros 3 livros). Então tem o quarto livro, o histórico-literário a ser escrito o qual, comparativamente falando, será a parte mais fácil para mim, uma vez que os problemas foram resolvidos nos 3 primeiros livros, então este último é mais uma repetição em forma histórica. Mas eu não posso me obrigar a enviar qualquer coisa até que eu tenha a coisa toda na minha frente. Quaisquer que sejam as deficiências que possam ter, a vantagem dos meus escritos é que são um todo artístico, e isso só pode ser alcançado por meio da prática de nunca ter as coisas impressas até que eu as tenha na minha frente na sua totalidade” (MARX; ENGELS, 1987, p. 173, tradução nossa). Essas afirmações de Marx se tornariam objeto de divergência quanto ao grau de elaboração de uma teoria sobre a crise, como explicitarei no próximo capítulo.

elaboração dos livros segundo e terceiro. Porém, apesar de ter iniciado esse manuscrito como uma versão final, Marx, em determinado momento, não o consideraria mais definitivo e o reescreveria entre 1865 e 1867. A este ponto, a estrutura da exposição seria a seguinte: I. Transformação do dinheiro em capital; II. A produção da mais-valia absoluta; III. A produção da mais-valia relativa; IV. Mais pesquisas sobre produção de mais-valia absoluta e relativa; V. Acumulação; VI Resultados (considerado o capítulo inédito). E foi a partir dos resultados do processo de produção imediato (Capítulo 6), que esse material começou a se referir a um Livro 4, sobre a história da teoria que viria separada da exposição teórica (FINESCHI, 2008).

Fineschi (ibid.) atenta que, do ponto de vista da posterior publicação do Livro 1, a questão mais interessante foi a decisão de excluir o Capítulo 6. Elabora uma hipótese para tal exclusão com base em profundo conhecimento da cronologia das várias etapas de elaboração de *O Capital*. Explica que, se comparada a provável estrutura do Manuscrito de 1863-1865 com a publicação do Livro 1, em 1867, é possível visualizar que a mudança mais significativa é a presença de denso capítulo primeiro, além de um apêndice sobre a “forma de valor”. A decisão de reescrever a primeira parte seria, portanto, provavelmente muito tardia, pois Marx iniciou a redação da nova versão final na segunda metade de 1865. Em 20 de novembro daquele ano, escreveu a Engels referindo-se ao Capítulo 2 como o capítulo sobre mais-valia absoluta e não ao Capítulo 3, como na edição de 1867. Portanto, o Capítulo 1 seria ainda a “Transformação do dinheiro em capital”, ou seja, a continuação de *Para a Crítica da Economia Política*. Já a confirmação do planejamento do novo Capítulo 1 só poderia ser evidenciada em duas cartas enviadas a Kugelmann, em 23 de agosto de 1866 e em 13 de outubro de 1866, nas quais fazia alusão à nova estrutura de três livros. Na última carta se lê:

A obra toda é então dividida nas seguintes partes: Livro I. O Processo de Produção do Capital. Livro II. O Processo de Circulação do Capital. Livro III. Estrutura do Processo como um Todo. Livro IV. Sobre a História da Teoria. O primeiro volume incluirá os 2 primeiros livros⁵⁶. O terceiro livro preencherá, acredito, o segundo volume, o quarto o terceiro. Foi, na minha opinião, necessário começar novamente ab ovo⁵⁷ no primeiro livro, ou seja, para resumir meu livro publicado por Duncker⁵⁸ em um capítulo sobre mercadorias e dinheiro (MARX; ENGELS, 1987, p. 328, grifo e tradução nossos).

Mais tarde, no início de 1867, Marx decidiu publicar no primeiro volume apenas o Livro 1. Assim, salienta Fineschi (2008) que sobrou menos espaço após a inclusão de uma nova versão sobre a “mercadoria e dinheiro”, bem como o Capítulo 6 deveria funcionar como uma ligação entre a passagem do Livro 1 para o Livro 2, que não sairia mais, portanto, teria Marx decidido deixar o Capítulo 6 de lado. No entanto, o principal motivo, seria, para Fineschi (ibid.), de ordem teórica. O capítulo discorre sobre a mercadoria como produto do capital, da produção capitalista. Assim, trataria

⁵⁶ No início de 1867, Marx decidiu publicar no primeiro volume apenas o Livro 1.

⁵⁷ *Ab ovo* é uma expressão latina que significa “desde o ovo”, ou seja, Marx reescreveria o Livro primeiro desde o início.

⁵⁸ Trata-se de *Para a Crítica da Economia Política*.

sobre a relação entre a mercadoria e a massa de mercadorias, bem como a determinação do valor quando a massa é obtida. Contudo, não haveria condições reais para a produção de uma massa de bens pelo capital no processo de produção imediato; dever-se-ia levar em consideração as condições de reprodução da sociedade como um todo. Portanto, não seria no Livro 2, o qual trata o processo de circulação do capital, que se abordaria o problema da realização da massa de bens produzidos pelo capital singular. A realização seria um tópico específico da teoria da concorrência, a ser exposta somente após a relação entre capital e lucro, a qual Marx abordou apenas no Capítulo 2 do Livro 3. Em suma, para Fineschi (ibid.), o Capítulo Inédito deveria estar na transição para a segunda seção do Livro 3, e não para o Livro 2⁵⁹. O Manuscrito de 1863-1865 trata-se, por outro lado, de um material importante no que se refere ao terceiro livro, pois o material escrito em 1864-65 é a base central que compôs o Livro 3 de *O Capital*.

2.4 O CAPITAL E SUAS EDIÇÕES

Terminado o Manuscrito de 1863-1865, Marx finalmente chegou à formulação final sobre a estrutura geral da sua obra que, não obstante os sinais de insatisfação e a vontade sempre presente de aperfeiçoamento, em linhas gerais não a modificaria mais. Em 1867, publicou a primeira edição, em alemão, do Livro 1 de *O Capital*, pela editora Meissner, de Hamburgo. O material para o livro foi preparado entre o final de 1865 e início de 1866 e durante a primeira metade de 1867. No que se refere à estrutura do texto, somente depois de transcorrido muito tempo, Marx decidiu reescrever o Capítulo 1, abandonando o *Para a Crítica da Economia Política*. O Manuscrito de 1863-64 fazia ainda referência a esse texto como primeira parte e provavelmente o primeiro novo rascunho não incluiu alterações a esse respeito. A edição incluía seis capítulos que se tornariam seções a partir da segunda edição alemã (FINESCHI, ibid.).

Logo depois da publicação, não satisfeito com a redação da primeira edição, sobretudo no que se referia ao caráter não dialético da exposição sobre a mercadoria e a forma de valor, ocupou-se, provavelmente já em 1867, em redigir várias notas. A proposta da publicação da segunda edição alemã feita pelo editor, Meissner, em 1871, animou Marx, que iniciou a trabalhar com afinco. Entre dezembro de 1871 e janeiro de 1872, estima-se que escreveu um manuscrito preparatório que daria base à segunda versão alemã. Tal manuscrito não foi datado, nem recebeu um título. Elaborado em um tempo bem reduzido, tratou-se mais de um esboço para formulação de categorias que foram desenvolvidas antes da segunda edição e que em larga parte não foi utilizado, mas que foi indispensável para os importantes aprofundamentos realizados. As modificações na segunda edição se limitaram substancialmente aos primeiros quatro capítulos, com exceção do ponto 2 do Capítulo 8. Os capítulos da primeira edição tornaram-se seções subdivididas com muito mais articulação. A segunda edição alemã foi escrita

⁵⁹ Fineschi (2008) ainda ressalta que, a partir da segunda edição alemã, Marx escreveu outros manuscritos para o Livro 2 e provavelmente chegou a uma maior clareza sobre o que havia produzido, decidindo eliminar também os últimos resíduos, por exemplo, o problema da realização da mercadoria não é analisado.

provavelmente entre dezembro de 1871 e janeiro de 1873, sendo publicada entre março de 1872 e maio de 1873, em dois formatos, em fascículos e em livro (FINESCHI, 2008; FINESCHI; RIVA, 2018).

A história da próxima publicação de *O Capital*, a edição francesa, é tida como bastante conturbada. Houve dificuldade inicial para Marx aprovar um tradutor e, em outubro de 1869, foi escolhido Charles Keller, membro da seção parisiense da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). Porém, Keller interrompeu o trabalho em outubro de 1871 porque necessitou realizar outras traduções, quando já havia concluído 200 páginas. Foi escolhido para terminar a tradução Joseph Le Roy, conhecido por traduzir algumas obras de Fierbacht. O livro saiu em fascículos, entre maio de 1872 e dezembro de 1875. No início de 1876, saiu a edição no formato de livro. A edição francesa, revista e aprovada por Marx, trouxe modificações significativas sobretudo na parte do texto que não foi modificada na revisão da primeira edição alemã, ou seja, do Capítulo 5 em diante, uma vez que o autor já intentava melhorar a segunda edição alemã com base na edição francesa. Contudo, apesar de Marx ter atribuído a ela um avanço teórico, não contém elementos importantes em relação às edições anteriores, além de não obedecer à mesma sequência expositiva dos capítulos. Não seria, portanto, um avanço no sentido teórico da obra como um todo e sequer se pode dizer que seja uma tradução, no sentido stricto do termo. Marx, por outro lado, admitiu, em carta a Danielson, de 28 de novembro de 1878, que seria necessário utilizar como referência a terceira edição alemã da obra (FINESCHI, 2008; FINESCHI; RIVA, 2018).

Em 22 de outubro de 1881, Meissner enviou uma carta para Marx, informando-lhe que os exemplares da segunda edição estavam terminando. Então, como Marx se encontrava em viagem por motivos de saúde, iniciou a trabalhar somente em outubro de 1882 e, em carta de janeiro de 1883, confirmou que, na verdade, naqueles meses havia feito apenas a revisão. Considerando sua morte em 14 de março daquele ano, torna-se difícil precisar o quanto conseguiu avançar na terceira edição alemã, publicada em dezembro de 1883. É possível que tenha escrito pouco da redação final. Quase todo trabalho foi preparado provavelmente por Engels, com base nos primeiros manuscritos deixados por Marx e em suas cópias pessoais das várias edições nas quais as anotações foram encontradas. Engels inseriu várias passagens da edição francesa, especialmente na sétima seção, mas não realizou todas as indicadas por Marx. A edição inglesa saiu posteriormente, em 1887. A quarta edição alemã foi iniciada provavelmente por Engels em outubro de 1889. As mudanças em relação à terceira edição são de pouco relevo. Esta última edição de *O Capital* saiu em outubro de 1890 (FINESCHI, 2008).

Considerando as questões levantadas na edição francesa, bem como a incompletude, da parte de Marx, em terminar a terceira edição alemã, Fineschi (ibid.) ressalta que não se pode dizer sequer que exista uma edição de “última mão” do Livro 1 de *O Capital*. Ou seja, não apenas os Livros 2 e 3 foram deixados incompletos para a edição de Engels, como também o próprio Livro 1, sempre lembrado como aquele único escrito por Marx em vida, mas que contém um certo grau de incompletude. Atenta para a questão de que, mesmo com tantas versões do primeiro livro, com

algumas elaboradas pelo próprio Marx e outras que deveriam ser completadas por Engels com indicações feitas pelo seu amigo, trata-se de um livro não terminado, assim como os demais livros que foram organizados por Engels.

No caso dos Livros 2 e 3, conforme apresentado no capítulo anterior, o estágio fragmentário no qual Marx deixou o material para o seu companheiro terminar caracteriza, em certa medida, o grande trabalho de editoração de Engels. A característica de redação inacabada pode ser revelada pelas idas e voltas de Marx aos temas referentes aos dois livros. Para o Livro 2, foram deixados oito manuscritos e, para o Livro 3, havia um manuscrito principal redigido entre 1864-1865 e, depois, uma série de textos parciais escritos até 1878 (ibid.).

Na metade de 1865, Marx parou de trabalhar no manuscrito do terceiro livro e escreveu os três capítulos – os quais se tornariam três seções na editoração de Engels – do segundo livro, como já mencionado. Trata-se do que foi considerado o Manuscrito I, uma vez que Marx acrescentou o “I” em sua primeira folha. Portanto, antes da publicação do Livro 1, já haviam sido escritas partes para os três livros de *O Capital*. Depois de escrever o manuscrito do terceiro livro, Marx começou a preparar o Livro 1, enviando-o para a publicação em abril de 1867, retomando, quase simultaneamente, ao trabalho para o Livro 2. Em março de 1867, concomitantemente, escreveu alguns fragmentos para os livros segundo e terceiro e coletou também extratos. Tal coleção foi numerada por Marx com “III”. Em outubro de 1867, começou a preparar a versão final do Livro 2, contudo, após doze páginas, interrompeu o trabalho. Por essa razão, essas páginas são consideradas como “fragmento usado para o Manuscrito IV”. Então, Marx reiniciou o trabalho, parando novamente na seção “conceito de rotação”, manuscrito posteriormente considerado como “IV” (HECKER, 2002).

Depois de quase seis meses, em dezembro de 1868, Marx iniciou novamente o trabalho no segundo livro e, na metade de 1870, havia escrito três capítulos que permaneceram como rascunho, constituindo-se no Manuscrito II⁶⁰. Retomou a redação das questões do segundo livro no final de março de 1877 e realizou outra elaboração parcial dos dois primeiros capítulos, dois fragmentos em 1877 e dois fragmentos em 1878. Em 1880, preparou finalmente o texto base do terceiro capítulo. O Manuscrito II assumiria particular importância na elaboração do Livro 2, por se caracterizar como a segunda – e provavelmente a última – tentativa de realizar uma exposição sistemática do processo de circulação do capital⁶¹. O Manuscrito II foi indicado pelo próprio Marx como o material que deveria constituir a base redacional para a publicação do Livro 2. Por outro lado, ele se encontra de forma irregular no que se refere ao seu formato expositivo, assumindo, aos poucos, um caráter típico de texto de trabalho, com anotações, correções, cancelamentos, repetições e acréscimos posteriores.

⁶⁰ Há uma imprecisão da data em que o Manuscrito II teria sido escrito, uma vez que não foi indicado por Marx. Para Engels, teria sido concluído provavelmente em 1870; já Pavel Veller, responsável pela publicação dos Grundrisse, a data mais provável seria entre dezembro de 1869 e a metade de 1870 (HECKER, 2002).

⁶¹ Apesar de existirem 8 manuscritos, marcados com números romanos, Hecker (2002) nos chama a atenção ao fato de que Marx, em suas referências, considerava os dois primeiros como “Caderno I” e “Caderno II”. Levanta a possibilidade de o Manuscrito III não se constituir realmente um manuscrito, mas tão somente um texto marcado como “III”, o que significaria questionar a ordem cronológica dessa numeração. Já os Manuscritos de V a VIII foram numerados progressivamente por Engels de acordo com sua ordem cronológica.

De fato, os três capítulos foram escritos em períodos diferentes, em um longo tempo de trabalho, sendo interrompidos várias vezes e alternados pelos processos de pesquisa, o que influenciou o grau de maturidade do texto; em alguns pontos, o processo de investigação se impõe ao da exposição (HECKER, 2002; 2009).

Já no que concerne à discussão presente no Livro 3, é possível afirmar que a conexão entre a taxa de mais-valia e a taxa de lucro, bem como sua queda tendencial, constituíram-se nos temas fundamentais da pesquisa de Marx. Para Hecker (2002), como aconteceu com outros economistas, Marx viu no desenvolvimento da taxa de lucro a questão central do destino do modo de produção capitalista. Assim, teve interesse em lidar com os fatores que influenciariam a queda, registrando, em numerosas folhas, cálculos cheios de fórmulas nas margens das páginas dos livros ou em suas capas. Terminado o manuscrito principal para o Livro 3, entre 1864-1865, Marx retomou um estudo de 132 páginas, em 1875, intitulado “Ensaio sobre mais-valia e taxa de lucro tratada do ponto de vista matemático”. Também lidou com problemas relacionados à teoria do dinheiro e do crédito, bem como à do tema do aluguel e da propriedade fundiária.

Nos anos de 1870, Marx se interessou progressivamente pelo intenso crescimento de países tais como os Estados Unidos, considerando o rápido desenvolvimento do capitalismo em escala global. Desde a crise econômica de 1857/58, anos em que iniciou sua sistematização da crítica à economia política, passando pelos anos 1870, Marx se mostrava atento observador do fenômeno da crise, modificando constantemente suas ideias e planos para a exposição no Livro 3 de *O Capital*. Ainda para Hecker (ibid.), essa pode ser uma das razões pelas quais ele próprio considerou impossível concluir o segundo e o terceiro livro com base no projeto do final dos anos 1850, ou início dos anos 1860.

2.5 MODIFICAÇÕES NOS PLANOS EXPOSITIVOS E O TRATAMENTO DO TEMA DA CRISE

A partir do percurso realizado neste capítulo, é possível responder, a este ponto, quando, por que e como se modificaram os planos expositivos da obra de Marx. A resposta de quando ele mudou seu planejamento – no Manuscrito de 1864-1865 – foi dada por Rosdolsky (2001), ao investigar como os cinco últimos livros do plano expositivo inicial foram se transformando ao longo do percurso investigativo de Marx. Inicialmente, o manuscrito redigido entre 1864-65 já não se referiria aos três últimos dos seis livros. Já com relação aos segundo e terceiro livros, não se pode ter certeza do momento em que Marx os abandonou, contudo, temas fundamentais desses livros teriam sido incorporados ao Livro 1 e ao Livro 3 de *O Capital*, escritos originalmente entre 1864-66. Já o manuscrito de 1864-65 não conteria nenhuma menção ao “Livro sobre o trabalho assalariado”, que corresponderia ao terceiro livro do plano expositivo inicial, sendo esse fato, para Rosdolsky (2001), uma evidência de que, àquela altura, Marx já estaria trabalhando a partir do plano expositivo de quatro livros. Seguindo tal plano, todos os assuntos do livro sobre o trabalho assalariado teriam sido remetidos ao primeiro

livro da obra final, dedicado ao processo de produção, tendo sido reduzidos os seis livros inicialmente planejados a somente um, aquele que trataria sobre o capital.

A tese que sustenta Rosdolsky (2001) para essa modificação é de que quando Marx concluiu a parte mais importante da sua tarefa iniciada em 1857 – a análise do capital industrial – a antiga estrutura da obra tornou-se supérflua. Aponta que um importante indício disso seria que os raciocínios essenciais desenvolvidos nos dois primeiros livros de *O Capital* já se encontrariam presentes nos *Grundrisse*. Isso demonstraria, segundo o autor, que toda a análise dos processos de produção e circulação do capital pôde ser feita sem a necessidade de se recorrer aos temas que deveriam compor os livros previstos sobre o trabalho assalariado e a propriedade da terra. Tais temas não tiveram, por sua vez, que ser discutidos separadamente, uma vez que tal separação levaria a constantes repetições de temas expostos na estrutura final. Assim, o plano inicial já havia prestado seus serviços, podendo ser abandonado na etapa seguinte da investigação. Ou seja, a estrita separação das categorias foi só um mecanismo metodológico de abstração, que pôde ser abandonado tão logo a análise do “capital em geral” – que era a tarefa principal – foi realizada.

Sobre o motivo pelo qual o plano inicial sofreu alterações por meio dos vários manuscritos, é possível afirmar que se tratou do desdobramento do próprio método da economia política: “Em Marx, o processo de escrita também é método de investigação” (DEUS, 2010, p. 12). Tratou-se, pois, da busca do aprofundamento do objeto – o capital – da sua universalidade para a sua particularidade (FINESCHI, 2008), ou, do abstrato para o concreto (ROSDOLSKY, 2001). Tal concreto é definido como a síntese de múltiplas determinações, a unidade do diverso, reconstrução progressiva a partir de suas determinações abstratas mais simples. Nesse sentido, o capital em geral foi o ponto de partida da exposição marxiana caracterizado como a determinação abstrata mais simples. Se a análise científica começasse diretamente pelo real e concreto, pelas condições reais, só enxergaria uma representação caótica da realidade. Por isso, na busca de uma maior precisão, chegar-se-ia aos conceitos cada vez mais simples do concreto pensado a abstrações cada vez mais sutis, até que se alcançasse as determinações mais simples. Atingindo esse ponto, é necessário realizar uma viagem de volta até reencontrar novamente o ponto de partida, porém, agora não mais como uma representação caótica da realidade, mas como uma rica totalidade, com múltiplas determinações e relações (MARX, 1982; 2001).

Se essa é a concepção marxiana do método da economia política, por outro lado, também é a própria forma como o seu plano expositivo foi tomando a forma final da crítica à economia política. De outra forma, desde o plano inicial, revelado tanto nos *Grundrisse*, como em *O Capital*, ambos seguem o caminho que parte das determinações abstratas para a direção do concreto. Evidências dessa afirmação podem ser encontradas em Rosdolsky (2001) ao apontar o plano contido nos *Grundrisse* que inicia por categorias gerais tais como valor de troca, dinheiro e preço, para chegar, por meio da análise da estrutura interna da produção – com categorias do capital, da propriedade da terra e do trabalho assalariado – à síntese da sociedade burguesa na forma do Estado. Posteriormente, examina a economia nacional em suas relações externas, com outras nações, como parte de um todo que

compreenda o conjunto dos países. Chega-se, então, à categoria do mercado mundial e da economia mundial, como uma rica totalidade com múltiplas determinações⁶². Da mesma forma ocorre com o Livro 1 do plano inicial, o “Livro sobre o capital”. Inicia com o “capital em geral” para chegar, por meio da discussão sobre a concorrência e o sistema de crédito, à forma mais acabada que o capital assume, o capital dividido em ações.

Ou seja, tanto cada manuscrito de Marx – considerando os quatro grandes manuscritos desde 1857 a 1867 – seguia a passagem do abstrato ao concreto, como a própria modificação do planejamento da exposição de seis para três livros obedeceu ao mesmo critério, qual seja, aquele estabelecido pelo método da economia política. Essa é a razão da modificação dos planos expositivos de Marx. Por outro lado, se a explicação para a mudança dos planos expositivos reside no método da economia política, este, por sua vez, encontra-se aplicado – mas não necessariamente exposto – na obra final desse autor. Como bem afirmou Lenin (1978, p. 309): “Se Marx não nos deixou uma ‘Lógica’ (com L maiúsculo), ele deixou a lógica do Capital [...]”. A história da elaboração de *O Capital* é a história da aplicação do método da economia política desde o seu planejamento inicial, contido nos *Grundrisse*. A aplicação do método da economia política desenvolvido por Marx é o resultado de todo seu trabalho que culminou em sua obra final, *O Capital*.

Uma vez apresentada a razão pela qual o plano expositivo inicial foi modificado ao longo da investigação da economia política, trata-se agora de apontar as diferenças entre os planos no que se referem a mudanças, continuidades e arranjos efetuados ao longo do tempo. No plano inicial, Marx iniciaria com a apresentação de um livro sobre “o capital” (Livro 1), no qual os *Grundrisse* abordam a primeira seção, correspondente ao “capital em geral”. Ainda que esse livro, como já ressaltado, tenha evoluído para o Livro 1 de *O Capital*, muitas discussões tratadas inicialmente só ganhariam profundidade na obra final. Rosdolsky (2001) observa que, na seção dos *Grundrisse* dedicada ao processo de produção (item 1 da seção sobre “o capital em geral”, do plano inicial), estão totalmente ausentes os temas desenvolvidos nos capítulos VIII, 1-7; XII 1-5; XIII 3-10; XV-XX; XXII, 2-5; XXIII, 5a-f; XXIV, 206; e, XXV do primeiro livro de *O Capital*, referentes aos seguintes temas: divisão do trabalho, cooperação, acumulação primitiva, teoria da colonização, salário e suas formas, jornada de trabalho, formas de exploração praticadas pelo capital e à legislação trabalhista. Esses temas teriam sido incluídos no livro sobre o trabalho assalariado (Livro 3) do plano de exposição inicial. No que diz respeito às seções b, c e d, sobre concorrência, sistema de crédito e capital dividido em ações, do Livro 1 do plano inicial, houve uma incorporação do seu conteúdo à nova estrutura da obra. Essa incorporação incidiu em uma ampliação da primeira parte, que tratava sobre “o capital em geral”. Então, o primeiro livro de *O Capital* abrigou a discussão sobre “o capital em geral”, enquanto os temas da concorrência, do crédito e do capital dividido em ações compôs o terceiro livro daquela obra.

Se existem diferenças entre o planejamento inicial e a obra final concernentes à apresentação do capital, o mesmo pode ser encontrado entre a discussão do processo de circulação do capital do

⁶² Talvez nesse sentido fosse correto afirmar que a compreensão das crises no contexto do mercado mundial seria, na crítica da economia política de Marx, o momento mais elevado da totalidade, como aquela determinada por múltiplos aspectos da realidade.

plano inicial (Livro 1, item 2, da seção sobre o capital em geral), apresentada em os *Grundrisse*, e a sua apresentação final, contida no segundo livro de *O Capital*. Assim, em os *Grundrisse*, consta apenas o material correspondente aos capítulos V e VII-XV do Livro 2 de *O Capital*. Falta a análise da circulação do capital-dinheiro, do capital produtivo e do capital-mercadoria e o exame da reprodução e circulação do capital social global, contida na seção III do Livro 2 de *O Capital*. Portanto, para Rosdolsky (ibid.), a exposição no Livro 2 de *O Capital* pode ser considerada como um amplo desenvolvimento das ideias embrionariamente expostas nos *Grundrisse*.

Já no que diz respeito às modificações sofridas desde os *Grundrisse* até o Livro 3 de *O Capital*, é possível afirmar que algumas questões das seções I a III do Livro 3 só aparecem marginalmente nos *Grundrisse*, sendo consideradas a partir do ponto de vista do capital em geral, que abstrai a concorrência. Segundo Rosdolsky (ibid.), os *Grundrisse* deveriam terminar nesse ponto se a obra se mantivesse fiel ao plano original, o que justificaria o seu caráter de brevidade e consciente omissão de temas tais como o capital comercial e o sistema de crédito, ou a renda da terra, que viriam a formar os capítulos IV e V do Livro 3 de *O Capital*. Conforme o plano inicial, só seriam tratados nas partes seguintes do Livro 1, sobre o capital, e no Livro 2, sobre a propriedade da terra. De qualquer forma, é possível apontar uma concordância entre plano inicial e definitivo, ou uma confluência entre os *Grundrisse* e o Livro 3 de *O Capital*, qual seja, a questão expositiva do método. O terceiro livro de *O Capital* termina com a investigação dos rendimentos e das classes sociais e, já no plano de 1857, a análise do capital, da propriedade da terra e do trabalho assalariado deveria desembocar na consideração das “três grandes classes sociais” e do “intercâmbio entre elas”, ou seja, deveria caminhar desde a investigação das relações de produção até as relações de distribuição, evidenciando concordância em ambas exposições.

Rosdolsky (ibid.) argumenta acreditar ter encontrado, nas categorias de “capital em geral” e de “pluralidade de capitais”, ou seja, da concorrência, a chave compreensiva não apenas de *Grundrisse*, mas também de *O Capital*. Contudo, atenta para a seguinte questão:

Mas não devemos enxergar o parentesco das duas obras. Não podemos ignorar a circunstância de que a reestruturação posterior do primeiro “Livro sobre o capital” também produziu – e devia produzir – uma certa modificação dos conceitos fundamentais desse livro. Nem sempre o significado dos conceitos em *O Capital* coincide – ou não o faz de forma completa – com o que conhecemos a partir dos *Grundrisse* (p. 56-57).

Por outro lado, ainda que se encontrem modificações entre o plano inicial e a obra final, é possível afirmar uma coerência e continuidade na lógica de exposição que foi ganhando forma final ao longo dos anos. Rosdolsky (ibid.) sustenta que os *Grundrisse*, afinal, são o esboço de *O Capital*. Argumenta que, assim como em os *Grundrisse*, os livros 1 e 2 de *O Capital* tratariam do fenômeno da formação do capital, enfocando-o de forma abstrata, bem como analisariam o processo de circulação e reprodução em sua forma fundamental, reduzido à expressão mais abstrata, ou seja, considerando o “capital em geral”. Nesse sentido, a diferença metodológica só começaria no terceiro livro de *O*

Capital, pois, apesar de os Grundrisse tratarem em sua última seção do lucro, da taxa geral de lucro e da queda desta taxa, o enfoque permaneceria centrado no “lucro em geral”, no “lucro da classe capitalista” e não no lucro de “um capital individual em detrimento de outro”. Salieta, dessa forma, que o terceiro livro de *O Capital* se aproxima “da forma sob a qual o capital se manifesta na superfície da sociedade, [...] na ação recíproca dos diversos capitais entre si, na concorrência e na consciência habitual dos próprios agentes de produção” (MARX, 1982, apud *ibid.*, p. 56)

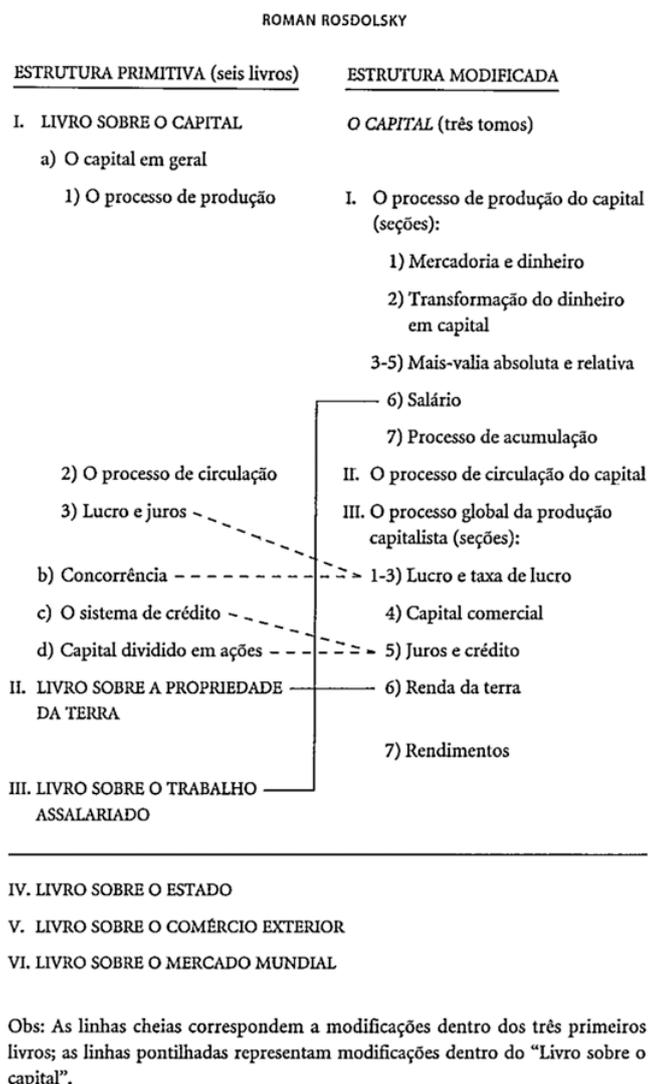
Em suma, as modificações entre o plano expositivo inicial e a obra final consistiram na incorporação do Livro 2 do plano inicial (sobre a propriedade da terra) ao terceiro livro da obra definitiva, enquanto o tema do Livro 3 (sobre o trabalho assalariado) encontrou lugar na penúltima seção do Livro 1 de *O Capital*. Já o Livro 1 do plano inicial (livro sobre o capital) sofreu a seguinte reestruturação: as seções de b a d (concorrência, sistema de crédito e capital dividido em ações) foram incorporadas – nessa mesma ordem – ao Livro 3 de *O Capital*. Já os dois primeiros livros da obra final correspondem, em grandes traços, segundo Rosdolsky (2001), à seção a do “livro sobre o capital” contida no planejamento inicial, uma vez que se limitam à análise do “capital em geral”.

Nesse contexto, é possível terminar esse capítulo com considerações acerca do tema das crises capitalistas na trajetória investigativa de Marx, desde o planejamento expositivo inicial da crítica da economia política até a sua obra final. No que concerne à evolução do plano inicial para o final, Rosdolsky (*ibid.*) afirma que Marx nunca abandonou os últimos três dos seis livros planejados. Estes últimos estariam destinados a um desdobramento da obra. Se os três primeiros livros foram de alguma forma incorporados à obra final, os três últimos não, porém, isso não significaria que foram abandonados, mas que estariam à espera de um possível desdobramento de *O Capital*.

Partindo dessa afirmação e considerando o primeiro plano expositivo de Marx, de 1857-58, há aqui uma discussão levantada por Rosdolsky (*ibid.*) que vale uma análise, posto que o tema das crises seria abordado no último livro (Livro 6), junto com o mercado mundial. Em princípio, pode-se pensar que a crise seria o fechamento da exposição da crítica da economia política, sendo concebida como uma síntese, ou um derradeiro destino do sistema capitalista. A exposição final da crise contida no Livro 3 de *O Capital* nos leva, contudo, à interpretação contrária; não existe, em Marx, uma visão determinística do final do capitalismo como resultado da agudização de suas crises. Pelo contrário, Marx esmera-se em elencar, no mesmo livro, fatores contrariantes, de gerenciamentos das crises, o que coloca a história do capitalismo em um movimento dialético, tendo como motor a luta de classes.

A opção, portanto, da abordagem do tema da crise no final de sua obra, decorre da importância de considerar, para tal, um grau de concretude do capital impossível de ser conseguido no início da exposição, quando Marx não havia ainda apresentado, por exemplo, a concorrência capitalista, entre outras importantes determinações. Isso se confirma com o lugar destinado às crises e suas contratendências no Livro 3 de *O Capital*, mesmo livro no qual discorreu sobre o capital em sua totalidade.

Figura 1 – Esquema de comparação entre plano de exposição inicial e o final



Fonte: Rosdolsky (2001)

Assim sendo, o lugar que ocupou a discussão sobre a crise na obra final de Marx não significa necessariamente poder afirmar que ela foi tratada de forma conclusiva a ponto de se confirmar que o autor não retomaria futuramente o tema, ou que tivesse elaborado, de fato, uma teoria sobre a crise. Há controvérsias nesse sentido que remontam ao próprio planejamento inicial de toda obra. Rosdolsky (ibid.) argumenta que, de acordo com o plano inicial, os três últimos dos seis livros seriam apenas esboçados. Para essa constatação, recorre à carta de Marx a Lassalle, de 11 de março de 1858. Nela, Marx tratava das partes do material que iria disponibilizar para o seu editor e valores por folha escrita. Sua preocupação era dar uma ideia a Lassalle de quanto conseguiria produzir para a publicação:

Quanto ao número total de folhas, eu mesmo estou muito no escuro, já que, em meus cadernos, o material para o trabalho é inteiramente sob a forma de monografias, muitas das quais entram em uma riqueza de detalhe que desapareceria no decorrer da compilação. *Nem é minha intenção elaborar em igual grau todos os 6 livros os quais estou dividindo*

o todo, mas para não dar mais do que as linhas gerais nos últimos 3, enquanto nos 3 primeiros, que contêm o ponto real do argumento econômico, algum grau de amplificação será inevitável. Eu dificilmente acho que o todo pode ser feito em menos de 30 ou 40 folhas (MARX; ENGELS, 1983, p. 287, grifos e tradução nossos).

Constata ainda Rosdolsky (2001) que, no Manuscrito de 1864-1865, o qual serviu de base para a organização por parte de Engels do Livro 3 de *O Capital*, já não se referia mais aos três últimos livros do plano inicial, relegando-os a uma continuação que dar-se-ia à obra. Baseando-se em passagens do Livro 3 de *O Capital*, Rosdolsky (ibid.) argumenta que Marx excluía do âmbito de investigações dessa obra o problema das conexões do mercado mundial, bem como dos ciclos industriais e da alternância de prosperidade e crise, destinando tais temas a um eventual desdobramento da obra. Conclui, dessa maneira, que a teoria de Marx sobre as crises apresenta lacunas no sentido de que não houve uma previsão de discorrer sobre o problema em seu nível mais concreto. Parece-me clara, portanto, a posição de Rosdolsky quanto ao tratamento teórico de Marx sobre as crises capitalistas. Benoit e Antunes (2016) sintetizam tal posição ao concluírem que, para Rosdolsky, Marx não chegou a elaborar uma teoria sistemática e completa sobre a crise, conclusão esta a qual retornarei no próximo capítulo.

No entanto, uma posição como essa não está livre de contestação. O que procuro mostrar neste estudo é que, considerando o avanço dos recentes estudos filológicos no próprio contexto de crises capitalistas de novo tipo, proliferam proeminentes posições que se debatem em torno da existência ou não de uma teoria sobre as crises em Marx. Ainda, ocorre um rico debate no que concerne ao questionar se, para Marx, as crises se assentariam sobre a lei da queda tendencial da taxa de lucro ou, por outro lado, possuiriam várias causas, iguais em nível de determinação, ou determinadas por uma delas. A apresentação e análise deste debate, que também é o ponto de chegada deste estudo, será objeto do próximo capítulo.

3 EXPLICAÇÕES NO CAMPO MARXISTA: QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO E PLURICAUSALIDADE DA CRISE

Uma vez apresentado o percurso dos planos expositivos de Marx para a apresentação da crítica da economia política, é possível realizar o exame do recente debate, no interior do campo marxista, a respeito da teoria sobre as crises capitalistas contida na obra desse autor. Para tal, dividi o capítulo em duas partes. Na primeira parte, situei a construção teórica de Marx no diálogo concernente à crise do capital. Na parte seguinte, apresentei a análise do debate marxista contemporâneo sobre o fundamento da crise em Marx.

3.1 A CRISE NA CONSTRUÇÃO TEÓRICA DE MARX

Como já discutido no capítulo anterior, o tema da crise para Marx era previsto inicialmente no plano expositivo de 1857 como fechamento da crítica da economia política no último livro que tratava sobre o mercado mundial, revelando que, em sua concepção inicial, esse tema necessitava de elementos de concretude, tratado a partir das várias determinações apresentadas anteriormente. Na forma expositiva final, não há um livro ou seção dedicada à crise, sendo, portanto, um tema controverso, o da origem ou do modo como Marx teria abordado essa temática em sua obra. Escolhi realizar uma apreciação da obra inicial – *Grundrisse* – e da final – *O Capital* – do percurso expositivo de Marx abordado no capítulo anterior deste trabalho, por duas razões principais: a primeira é evidenciar o grau de aprofundamento da crítica da economia política desenvolvido ao longo dos anos de investigação; a segunda é apresentar as bases gerais nas quais se apoiam as principais discussões contemporâneas entre os marxistas a respeito da teoria da crise em Marx, ainda que, historicamente, haja outros textos, tais como Teorias da Mais-Valia, a partir dos quais se estabeleceram outras polêmicas que não analisei neste estudo.

Para Rosdolsky (2001), o problema das crises é abordado inicialmente por Marx, nos *Grundrisse*, junto com a questão da realização de mercadorias. Na segunda seção do capítulo sobre o Capital dos *Grundrisse*, que trata do processo de circulação do capital, Marx concentra-se na contradição do sistema capitalista, da valorização do valor na formação do capital, o que o leva necessariamente ao

problema da superprodução como uma característica imanente. A análise restringe-se à relação da superprodução com a crise porque, nos *Grundrisse*, trata da formação do capital em geral – generalidade – e não se preocupa, pois, em avançar para o capital real – particularidade. Tal discussão ocorre no bojo do problema da realização das mercadorias. Argumentou Marx (2011) que, se no processo de produção a valorização do capital dependia totalmente da sua relação com o trabalho vivo, uma vez tornada mercadoria, a valorização dependeria da circulação, que está à margem daquele processo. A esfera da circulação, por sua vez, se expandiria por meio da produção. Nessa seção, evidencia-se que, do ponto de vista da economia política clássica, há uma divergência ao questionar se a superprodução é possível e necessária no capitalismo.

As primeiras tentativas de explicação das crises econômicas por parte dos economistas burgueses eram oriundas, na verdade, da investigação principal, qual seja, da origem e maximização da riqueza. Por outro lado, alguns pressupostos da economia clássica foram provenientes dos fisiocratas franceses, por exemplo, a visão de que a economia funcionaria por sua própria natureza e de que o equilíbrio é o seu estado natural. Portanto, as crises seriam fenômenos acidentais e conjunturais. Já Marx (1980) revelou que foi a economia clássica a formuladora da visão de equilíbrio natural entre oferta e procura. Para Adam Smith, existiria um equilíbrio entre oferta e procura, coordenado por uma suposta mão invisível do mercado; Jean Baptiste Say formulou a chamada *Lei de Say*, na qual cada oferta criaria, naturalmente, sua própria demanda, assim, impossível seria a superprodução; James Mill atribuiria um equilíbrio constante entre produção e consumo, entre oferta e procura, entre a soma das vendas e a soma das compras; já para David Ricardo, seria possível o emprego produtivo de qualquer montante de capital em qualquer país.

Parte dos economistas burgueses defendia que a crise seria momentânea e passageira. A discussão giraria em torno de questionar se o processo de valorização do capital na produção pressuporia diretamente sua valorização na circulação, ou se a valorização no processo de produção seria sua valorização real. Marx (2011), em *Grundrisse*, atenta que os economistas burgueses se dividiriam em duas posições. A primeira posição, da qual Ricardo faria parte, conceberia a produção como imediatamente idêntica à autovalorização do capital. Não se preocupariam, dessa maneira, com os limites do consumo, tampouco com os limites existentes da própria circulação, levando em conta tão somente o desenvolvimento das forças produtivas e o crescimento da população industrial. Avalia, assim, que Ricardo compreenderia de maneira mais correta e profunda a natureza positiva do capital. Já a segunda posição, da qual Sismondi faria parte, enfatizaria os limites do consumo e do círculo de equivalentes existente. Sismondi, apesar de não conceber, como Ricardo, a natureza positiva do capital, teria apreendido mais profundamente a estreiteza da produção fundada no capital, sua unilateralidade negativa. Portanto, o primeiro haveria compreendido melhor a tendência universal do capital, enquanto o segundo, sua limitação particular.

De qualquer maneira, Marx (ibid.) observou que nenhuma das duas posições apreende com profundidade as crises capitalistas. Se, por um lado, Ricardo consideraria acidentais e superáveis os

obstáculos que a produção encontra, por outro lado, Sismondi encontraria obstáculos externos à produção, por meio da moral, da lei, os quais, por serem externos e artificiais, seriam necessariamente derrubados pelo capital. Para Marx, por outro lado, tratar-se-ia de compreender a contradição fundamental do capitalismo, o que o levaria à conclusão de que as crises não são fortuitas, mas explosões das contradições imanentes em grande escala e em períodos determinados (ROSDOLSKY, 2001). Portanto, para Marx (2011, p. 335), “as tentativas feitas pelos economistas ortodoxos de negar a superprodução geral em dado momento são de fato pueris”.

O cerne dessa discussão com os economistas centra-se no ciclo produção – valorização – circulação – consumo. Nos *Grundrisse*, há uma constatação de que os economistas oporiam diretamente a produção e o consumo, desconsiderando o momento da valorização. Para eles, a unidade de opostos se converteria na identidade imediata desses opostos. Contudo, questionava Marx (ibid.), se trabalho (produção) e troca do trabalho (circulação) constituem-se como todo o processo, como poderia ocorrer desproporção a não ser por erro ou estimativa equivocada?

Logo, não haveria superprodução geral, mas superprodução de um ou alguns artigos e subprodução de outros. Com isso, mais uma vez se esquece que aquilo que exige o capital produtivo não é um valor de uso determinado, mas valor por si, portanto, dinheiro – dinheiro não na determinação de meio de circulação, mas como forma universal da riqueza, ou forma de realização do capital, de um lado, e retorno ao seu estado dormente original, de outro. (ibid., p. 336).

Marx (ibid.) chega à formulação, portanto, nos *Grundrisse*, de que o capital contém uma contradição fundamental, a ele imanente, que limita a tendência geral de transpor qualquer obstáculo à produção e superar a superprodução. Quanto mais elevado o desenvolvimento do capital, tanto mais ele aparece como obstáculo à produção; a cada superprodução, impõe-se ao capital a tarefa de recomeçar a valorização do valor a partir de um grau mais elevado de desenvolvimento das forças produtivas. Nesse ponto, Marx (ibid.) iniciava também a expor, segundo sua concepção, não apenas as condições pelas quais as crises capitalistas se efetivam, mas também as estratégias para sua superação:

[...] a destruição de valor e de capital que acontece em uma crise coincide – ou equivale – com um crescimento geral das forças produtivas, entretanto, tem lugar não pelo aumento efetivo da força produtiva do trabalho [...] mas pela diminuição do valor existente das matérias-primas, das máquinas, da capacidade de trabalho [...] Por outro lado, um súbito crescimento geral das forças produtivas desvalorizaria relativamente todos os valores existentes, que objetivam trabalho em um nível inferior das forças produtivas, e, por isso, destruiria capital existente, assim como a capacidade de trabalho existente. *O outro lado da crise se resolve em diminuição efetiva da produção, do trabalho vivo – para restabelecer a relação correta entre trabalho necessário e excedente, sobre o que, em última instância, tudo está baseado* (ibid., p. 367, grifo nosso).

Portanto, na interpretação marxiana, a certo ponto, o desenvolvimento das forças produtivas cria um obstáculo para o capital e, dialeticamente, a relação capital impõe um obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Assim, a crescente inadequação do desenvolvimento produtivo da sociedade às suas relações de produção anteriores manifesta-se em contradições agudas, crises, convulsões. A destruição violenta de capital, não por circunstâncias externas a ele, mas como condição de sua autoconservação, seria a forma mais contundente em que o capital é aconselhado a se retirar e a ceder espaço a um estado superior de produção social. O máximo desenvolvimento das forças produtivas e a máxima expansão de riqueza coincidirão com a depreciação do capital, com a degradação do trabalhador e com o esgotamento de suas capacidades vitais. Essas contradições, segundo Marx (ibid.), levariam a explosões, cataclismos, crises. “Contudo, *essas catástrofes regularmente recorrentes levam à sua repetição em uma escala mais elevada e finalmente à destruição violenta do capital*” (p. 627-628, grifo nosso).

Contudo, em *Os Grundrisse*, o tratamento dado às crises limita-se justamente ao que toca o capital em geral, ou seja, é interrompido quando do exame dos capitais particulares, denominado por Marx (ibid.) de capital real:

A troca não altera as condições internas da valorização, mas as exterioriza; dá-lhes formas mutuamente autônomas e, com isso, deixa a unidade interna existir somente como necessidade interna, que, em consequência, se manifesta externamente de forma violenta nas crises. As duas coisas, portanto, são postas na essência do capital: tanto a desvalorização do capital pelo processo de produção quanto a supressão dessa desvalorização e a restauração das condições para a valorização do capital. *O movimento em que efetivamente se dá só pode ser examinado quando se examina o capital real, i.e., a concorrência etc. – as condições reais efetivas. Nesse ponto, ainda não vem ao caso* (p. 367, grifo nosso).

Já em *O Capital*, observamos a exposição sobre o capital, desde o geral até os capitais particulares. Um primeiro passo para analisar as posições marxistas que hoje se defrontam seria apresentar a “lógica de *O Capital*”, nos termos de Lenin (1978), ou seja, como a construção da obra final de Marx, cotejada com seus esboços iniciais, se constituiria em um grande arcabouço de formulações que daria margens a diversas interpretações. A divisão dessa obra em três livros⁶³ obedece à seguinte lógica expositiva da crítica da economia política: o primeiro livro, único terminado ainda em vida de Marx, situa-se na esfera da produção do capital, tratando-o em sua universalidade, portanto, com um determinado grau de abstração; o segundo, também restrito ao capital industrial, focaliza o processo de circulação do capital; e, o terceiro, denominado processo global da produção capitalista, trata do processo de produção como um todo, apresentando e analisando outros tipos de capitais além do industrial: o capital comercial, o capital portador de juros e o capital fundiário.

⁶³ É possível considerar Teorias da Mais-Valia como sendo o quarto livro, porém, para fins deste estudo, será tratada como um livro a parte na medida em que seu foco é apresentar uma história crítica da economia política. Outra questão é que aqui não se trata de realizar um resumo de *O Capital*, mas tão somente uma apresentação de como Marx foi articulando as principais categorias para chegar à queda tendencial da taxa de lucro, que é a categoria na qual reside a maior polêmica: se seria ou não o fundamento das crises para a formulação marxiana.

O Livro 1 é dividido em sete seções, a saber: 1) Mercadoria e Dinheiro; 2) A transformação do dinheiro em capital; 3) Produção da mais-valia absoluta; 4) Produção da mais-valia relativa; 5) Produção da mais-valia absoluta e relativa; 6) O salário; e, 7) O processo de acumulação do capital. Apesar de tratar da esfera da produção, inicia a partir da esfera da realização, ou seja, da circulação de mercadorias. Por essa razão, o primeiro capítulo trata da mercadoria, como unidade fenomênica do capital. É emblemática a conhecida abertura dessa obra: “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’ e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria” (MARX, 1985a, p. 165). Trata-se de iniciar com a forma elementar do sistema capitalista, que se manifesta como resultado do processo produtivo e símbolo da riqueza. Nos dois capítulos seguintes, aborda o processo de troca e circulação das mercadorias, para, apenas no quarto capítulo, já na segunda seção, tratar do processo de produção do capital propriamente dito a partir da transformação do dinheiro em capital.

Iniciemos com a teoria do valor para compreender, desde o primeiro momento de exposição da crítica da economia política, a sua relação com as formulações sobre as crises capitalistas. Ainda que comece com a apresentação da unidade fenomênica do capital, já no primeiro item do capítulo 1, são apresentados os dois fatores da mercadoria: o valor de uso e o valor⁶⁴ – este último expresso ou manifesto na mercadoria a partir do valor de troca. A exposição da categoria valor trata-se, pois, não de outra coisa senão do primeiro desvelamento do grau de abstração de outra categoria, valor de troca, utilizada pelos economistas, tais como Adam Smith e Ricardo. Ou seja, trata-se da primeira crítica exposta em *O Capital*, no debate com a economia clássica. Marx apropriar-se-ia da teoria valor trabalho, formulada por aqueles economistas, mostrando-se favorável à tese de que o trabalho exigido na produção de mercadorias mede o valor de troca e se constitui um centro no qual se baseiam seus preços na forma monetária. Contudo, foi capaz de visualizar que o valor de troca se tratava de uma expressão do valor adicionado às mercadorias, por meio de uma propriedade específica do trabalho, questão que os economistas até então não haviam compreendido, conforme aparece registrado em *Teorias da Mais-Valia*:

[...] Ricardo não examina – a propriedade específica do trabalho de gerar valor de troca ou de representar-se em valores de troca – o caráter desse trabalho. Daí não apreender a conexão entre esse trabalho e o dinheiro, ou a circunstância de ele ter de configurar-se em dinheiro. Por isso não concebe de maneira alguma o nexo entre a determinação do valor de troca da mercadoria pelo tempo de trabalho e a necessidade do desenvolvimento que leva as mercadorias a formarem o dinheiro. Daí a sua falsa teoria monetária (MARX, 1980, p. 597).

Marx, em sua trajetória investigativa, chegou à conclusão de que em Ricardo há um erro conceitual causado por uma insuficiência de caráter metodológico, quando este estabelece uma

⁶⁴ O valor é compreendido como cristalização da substância social comum às mercadorias na forma do tempo de trabalho (abstrato) socialmente necessário para sua realização.

relação imediata entre a determinação da magnitude do valor das mercadorias por meio do tempo de trabalho, não considerando os seus elos intermediários, suas mediações. Para Marx (1985a), o trabalho, em seu efeito de dualidade, atua com sua propriedade concreta, específica e útil, transferindo o valor dos meios de produção ao produto, enquanto, em sua propriedade abstrata, geral, como dispêndio de força humana, agrega novo valor à produção. Portanto, somente o trabalho teria a propriedade de criar novo valor, em sua característica abstrata. Já a criação de novo valor ocorreria por meio da expropriação do trabalho, na forma da mais-valia, retirada da força de trabalho na qualidade de uma das mercadorias compradas pelo capitalista no processo de produção.

Portanto, a força de trabalho seria uma mercadoria específica que, uma vez adquirida pelo seu valor, sob a forma do salário, teria como propriedade de valor de uso ser produtora de valor. Nesse ponto, o salário seria apenas a condição para reconstituição da força de trabalho, ou seja, para a produção dos meios de subsistência do trabalhador. O trabalho dispendido até aqui foi chamado por Marx (ibid.) de trabalho necessário, bem como de tempo de trabalho necessário à jornada de trabalho necessária para a reprodução da força de trabalho. Já o tempo de trabalho apropriado pela mais-valia foi denominado tempo de trabalho excedente, enquanto o trabalho dispendido nesse movimento, de mais-trabalho. Daí decorrem os dois tipos de capital que compõem o processo produtivo: o capital constante (c), referente à parte do capital que se converte em meios de produção – matéria prima, materiais de trabalho e materiais auxiliares – e o capital variável (v), parte do capital convertida em força de trabalho.

Considerando que apenas o capital variável é capaz de produzir valor à mercadoria por meio da apropriação do mais-trabalho, Marx (ibid.) chama a atenção para o fato de que, no processo produtivo, é somente a mais-valia (m) que difere a composição do capital adiantado para a produção ($C = c + v$) e o capital final ($C' = c + v + m$): “é de fato uma tautologia dizer que o excedente do valor do produto sobre o valor de seus elementos de produção é igual à valorização do capital adiantado ou igual à mais-valia produzida” (p. 327). Assim, no intuito de elaborar uma determinação mais profunda, iguala o capital constante a zero e chega ao resultado de que, portanto, o capital adiantado se reduz apenas ao capital variável (v) e o valor do produto à soma desse capital variável e a mais-valia (v + m). Se, por um lado, nessa expressão, (m) representaria a grandeza absoluta da mais-valia produzida, por outro lado, sua grandeza proporcional, ou seja, a proporção em que se valorizou o capital variável seria possível ser determinada a partir da relação entre a mais-valia e o capital variável, a partir da expressão (m/v). “Essa valorização proporcional do capital variável ou a grandeza proporcional da mais-valia, eu chamo de taxa de mais-valia” (p. 330).

A partir dessas formulações, Marx (ibid.) concluiu que a mais-valia (m) estaria para o capital variável (v), da mesma forma que o mais-trabalho estaria para o trabalho necessário, a primeira proporção expressa em trabalho objetivado e a segunda em trabalho em fluxo. Tais proporções expressariam a mesma relação denominada por ele de taxa de mais-valia ($m' = m/v$). “A taxa de mais-valia é, por isso, a expressão exata do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou

do trabalhador pelo capitalista” (p.177). Somente depois de estabelecida a lei da mais-valia, seria possível, para a exposição marxiana, compreender a taxa de lucro como objeto de exposição apenas no livro terceiro de *O Capital*.

Assim, ao abordar o processo global da produção capitalista no Livro 3, Marx (1985c) atenta para o limite da teoria econômica burguesa que estaria na própria percepção aparente de como o fenômeno do lucro aparece aos olhos do capitalista. A não distinção dos diferentes papéis entre capital constante e variável no interior do capital global⁶⁵ faria com que ambos, capital constante e variável, desempenhassem a mesma função de gerar valor na imaginação do capitalista. Atenta ainda que, pelo fato de todas as partes do capital surgirem igualmente como fontes de valor excedentes, a relação capital é mistificada: “De fato, o lucro é a forma fenomênica da mais-valia, tendo esta de ser primeiro revelada mediante análise daquele” (p. 37).

No livro terceiro de *O Capital*, portanto, Marx expõe a concorrência intercapitalista nos seguintes termos: ao capitalista individual, não interessa os diferentes papéis desempenhados pelos componentes constante e variável do capital, que adianta para a produção:

Como o capitalista só pode explorar o trabalho por meio de adiantamento do capital constante, e como ele só pode valorizar o capital constante mediante adiantamento do variável, ambos coincidem por igual em sua imaginação e isso tanto mais quanto o verdadeiro grau de seu lucro não for determinado pela relação como o capital variável, mas com o capital global, não pela taxa de mais-valia, mas pela taxa de lucro [...] (ibid., p. 33-34).

Atenta, pois, que a taxa de lucro (l') é tão somente a relação entre a mais-valia (m) e o capital individual, ou seja, a soma do capital variável com o capital constante ($c+v$). Se a taxa de mais-valia se refere à proporção direta entre mais-valia e apenas o capital variável ($m' = m/v$), este último do qual a mais-valia é extraída, a taxa de lucro, por sua vez, deve considerar a totalidade das partes componentes do capital, constante e variável ($l' = m/c+v$), uma vez que remunera o capital como um todo. Assim, a taxa de mais-valia revela o grau de exploração da força de trabalho, ao passo que a taxa de lucro indica o grau de valorização do capital. Nesse contexto, a taxa de lucro funciona tão somente como um indicador, para o capitalista, do excedente do valor-mercadoria sobre o preço de custo. Porém, ela é, na essência, o excedente da soma global do trabalho, ou mais-valia, sobre o capital global adiantado.

Se, por outro lado, matematicamente, buscássemos estabelecer a relação entre taxa de mais-valia e taxa de lucro, teríamos a seguinte formulação:

⁶⁵ O capital global é o somatório das partes do capital adiantado para a produção, compreendendo sua parte constante e variável ($c+v$). Marx (1985b, 1985c) diferencia tal termo do conceito de composição orgânica do capital ou simplesmente capital orgânico, que seria a proporção entre as partes, constante e variável (c/v).

Quadro 2 – Relação matemática entre taxa de mais-valia e taxa de lucro

$$\text{Taxa de mais valia (m')} = \frac{m}{v}$$

$$\text{Taxa de lucro (l')} = \frac{m}{c + v}$$

Dividindo toda expressão por v, já que m'=m/v, teríamos:

$$\text{Taxa de lucro (l')} = \frac{\frac{m}{v}}{\frac{c}{v} + \frac{v}{v}} = \frac{m'}{\frac{c}{v} + 1}$$

Ou seja:

$$\text{Taxa de lucro (l')} = \frac{\text{Taxa de mais valia (m')}}{\frac{c}{v} + 1}$$

Para Marx (ibid.), portanto, a taxa de lucro (l') é correspondente à proporção entre taxa de mais-valia (m') e à composição orgânica do capital (c/v) somado a 1. Isto é, a taxa de lucro sempre é menor que a taxa de mais-valia, o que significa dizer que o capitalista buscará explorar o trabalho em graus superiores à sua lucratividade. Para a visão do capitalista, a mais-valia se esconde como excedente do preço de venda da mercadoria sobre o seu preço de custo. Nesse ponto, determina a diferença entre preço de produção e valor, diferença essa não descoberta por nenhum economista anterior a Marx.

Perceba-se, por outro lado, que a taxa de lucro possui uma relação inversa com a composição orgânica do capital, ou seja, quanto maior a composição orgânica do capital, menor a taxa de lucro. Ocorre que, na concorrência intercapitalista, a busca do aumento de novas máquinas, bens de equipamentos, tecnologia e matéria prima (capital constante) para a intensificação da produção, aumenta a composição orgânica do capital, pois, proporcionalmente, há um decréscimo do capital variável com relação ao capital constante. Se, por um lado, o capitalista que consegue baixar o preço de sua mercadoria por meio do aumento de seu capital constante logra lucratividade em seu empreendimento, por outro lado, ocorre formação de uma taxa geral de lucro, como média das diferentes taxas que prevalecem no seu ramo produtivo e a taxa de lucro tende diminuir, pois cada mercadoria individual produzida contém uma soma menor de trabalho, proporcionando uma queda de seu preço individual. A essa tendência criada pela desproporção na composição orgânica do capital, Marx (ibid.) denominou queda tendencial da taxa lucro e a aponta como a própria essência do modo de produção capitalista:

A tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho. Com isso não está dito que a taxa de lucro não possa cair transitoriamente por outras razões, mas está provado, a partir da essência do modo de produção capitalista, como uma necessidade óbvia que em seu progresso a taxa média geral de mais-valia tem de expressar numa taxa geral de lucro em queda (p. 164, grifo do autor).

Ao comparar a apresentação do tema da crise nas duas obras, é possível afirmar que, portanto, por um lado, nos *Grundrisse*, Marx explicitamente abordou o tema da crise capitalista, caracterizando-a como algo intrínseco ao capital e que o encaminharia à sua destruição⁶⁶, mas deixou para um momento posterior de análise, o dos capitais particulares, a exposição pormenorizada do mecanismo da crise. Por outro lado, em *O Capital*, sobretudo no seu terceiro livro, quando expôs os capitais particulares, apesar de formular a lei da queda tendencial da taxa de lucro, não se deteve em expor, da forma como escreveu em seu planejamento inicial de 1857, o tema das crises capitalistas.

É possível afirmar que, historicamente, isso vem dividindo os marxistas. De um lado, há aqueles que defendem que Marx não possuía uma teoria sobre a crise, ou que essa teoria consideraria múltiplas causas; de outro lado, aqueles que afirmam que a lei da queda tendencial da taxa de lucro é a expressão elaborada da teoria sobre a crise em Marx. Contemporaneamente, há dois elementos importantes a serem considerados no debate: as crises contemporâneas, sobretudo a de 2007/2008, francamente concentradas no setor financeiro; bem como os recentes estudos filológicos, que vêm revelando textos e formulações completamente inéditos de Marx. Tratarei, na próxima parte, da análise dessa discussão mediada por tais elementos.

3.2 O DEBATE CONTEMPORÂNEO SOBRE A CRISE EM MARX

Após a origem e o desenvolvimento da discussão sobre o colapso do sistema capitalista que conflui para o debate sobre a crise em Marx já descrito na introdução deste estudo, é possível afirmar que tal debate continua em vigor, sobretudo considerando as crises do início do século XXI. Para a apresentação dos posicionamentos, segui por meio da análise de quais ferramentas teóricas e metodológicas cada autor buscou utilizar para embasar sua defesa. Ressalto que os autores se entrecruzam nos argumentos e utilizam mais de uma ferramenta teórico-metodológica, portanto, qualquer uso, por parte deles, deve ser pensado na forma de prevalência de uma delas, mas não de exclusão das demais. No que concerne a tais ferramentas, categorizei-as da seguinte forma: a) análise de *O Capital* e outros textos marxianos e recentes descobertas filológicas; b) empiria como critério de cientificidade; c) mediação com a crise contemporânea; e, d) exposição dialética de *O Capital*. Segue a análise de cada uma dessas ferramentas com as respectivas defesas dos autores.

⁶⁶ Com essa formulação não estou afirmando que o capital se autodestruiria na visão de Marx, como já foi largamente debatido historicamente e já apresentei as principais argumentações. Mantenho-me alinhado à posição de que, para Marx, existe a necessidade do protagonismo da classe operária para a superação do capitalismo.

3.2.1 DAVID HARVEY E MICHAEL HEINRICH: A PLURICAUSALIDADE DA CRISE POR MEIO DA ANÁLISE DE O CAPITAL, DO PLANO EXPOSITIVO E DOS ESTUDOS FILOLÓGICOS

Os autores que defendem a pluricausalidade da crise questionam, em geral, que a queda tendencial da taxa de lucro possa ser o fundamento ou a causa da crise em Marx. Apoiam-se na leitura dos textos de Marx, sobretudo na de *O Capital*, e possuem argumentos baseados na evolução dos planos expositivos organizados desde 1857, assim como nas recentes descobertas dos estudos filológicos. Ainda que existam outros marxistas que se inserem nessa defesa, analisarei dois dos seus principais autores, David Harvey e Michael Heinrich, devido à divulgação de suas obras no Brasil e à representatividade deles no campo filológico, respectivamente.

David Harvey é um geógrafo britânico erradicado nos Estados Unidos da América. Suas obras têm boa penetrabilidade no Brasil e livros, tais como *Condição Pós-moderna* (HARVEY, 1993) e *O Novo Imperialismo* (HARVEY, 2004), são bastante conhecidos pelo público. Leciona na *Graduate Center of the City - University of New York* (CUNY). Um dos seus cursos mais procurados é o que acompanha a leitura de *O Capital*, curso esse que ministra há mais de 40 anos. Como resultado de seus vários anos lecionando o curso, publicou dois livros, *Para entender O Capital: Livro 1* (HARVEY, 2013) e *Para entender O Capital: Livros II e III* (HARVEY, 2014), com traduções para o português.

Para Harvey, o debate no campo marxista acerca de qual seria a teoria da crise em Marx assumiu um amplo espectro de defesas, as quais sintetiza em três grandes campos tradicionais: a) a compressão do lucro, b) a queda decrescente da taxa de lucro e; c) as teorias subconsumistas (HARVEY, 2013). Advoga que não existe, em Marx, uma única formação das crises e que, inclusive, a própria queda tendencial da taxa de lucro pode ser resultado de uma série de razões, em vez de unicamente pelo aumento na composição orgânica do capital (HARVEY, 2016).

A base de suas formulações encontra-se em uma minuciosa descrição, sobretudo das discussões apresentadas por Marx nos três livros de *O Capital*, cotejando-as com a conjuntura das crises atuais (HARVEY, 2013; 2014). Para Harvey (2013), desde o Livro 1, as conclusões de Marx não se tratavam de afirmações universais, mas de achados contingentes, baseados e limitados por seus pressupostos. Exemplifica que no Livro 1, para efeito de análise do processo de acumulação do capital, Marx teria como pressuposto um processo de circulação que denominou de normal, no qual os capitalistas não encontram dificuldades para vender seus produtos por seu valor de mercado ou recolocar na produção a mais-valia que ganham e, também, o pressuposto de que a divisão da mais-valia em lucro da empresa, lucro do capital comercial, juro, renda e impostos não teria efeito, bem como a desconsideração das diversidades e desigualdades de desenvolvimento do modo de produção capitalista entre as nações. Ou seja, seria um sistema que Harvey (ibid.) chamou de fechado, no qual não há superprodução ou subprodução e cuja classe capitalista seria formada exclusivamente por capitalistas industriais. Já o Livro 2, por sua vez, consideraria em movimento todos os aspectos estabilizados no Livro 1, porém, manteria constante aquilo que fora tratado como dinâmico no livro anterior, ou seja, a extração de

mais-valia absoluta e relativa, rápidas mudanças de tecnologia e produtividade, determinações de modificação do valor da força de trabalho. Argumenta que os dois modelos da dinâmica de acumulação do capital expostos nos dois primeiros livros e discordantes entre si sustentam, assim, a inevitabilidade das crises exposta no Livro 3.

Analisando outros textos, acrescenta Harvey (2016) que Marx não fez menção a nenhuma tendência à queda da taxa de lucro em seus escritos políticos, tais como a *Guerra Civil na França*. Mesmo no Livro 3 de *O Capital*, no qual foram consideradas as crises de 1848 e 1857, essas foram descritas como crises comerciais e financeiras, porquanto as questões de finanças e capital acionário desempenharam papel de relevância na aparência, senão nas causas subjacentes. Ainda, Marx não haveria retornado à teoria da queda tendencial da taxa de lucro, apesar de sua evidente incompletude e suposta importância. O autor de *O Capital* haveria concentrado grande parte de sua pesquisa nos tipos de fatores desconectados, mas correlacionados, que se juntariam em crises particulares. Tal aspecto enfraqueceria a teleologia da taxa de lucro decrescente e a substituiria por forças contingentes que se movem de um modo ou de outro, dependendo da interação de múltiplas contradições, porém, correlacionadas.

Sobre a formulação marxiana da lei da queda tendencial da taxa de lucro, essa se deveu, na visão de Harvey (ibid.), a uma consequência da crítica que iniciou, desde os *Grundrisse*, à versão da lei em Ricardo. Marx haveria elaborado a lei sob algumas suposições, na esfera da generalidade. Assim, haveria excluído de seus raciocínios as condições universais – a relação com a natureza –, assim como as particularidades da circulação e do mercado – arranjos distributivos, classes e lutas pela apropriação da mais-valia e o estado da competição – e as singularidades das escolhas humanas – como os caprichos da moda do consumidor e os efeitos das políticas de Estado. Tais exclusões não teriam sido feitas por Marx por compreendê-las como irrelevantes ou como características menores do sistema social, uma vez que seus escritos mais históricos e políticos demonstram o contrário; tratar-se-ia, contudo, de que o cenário teórico escolhido por Marx para explorar em *O Capital*, no qual expõe a lei da queda tendencial da taxa de lucro, seria muito mais restrito. Marx haveria enunciado suposições específicas de sua lei geral de acumulação no Livro 1 que teriam sido consideradas para a construção da lei da queda tendencial da taxa de lucro, no Livro 3. Contudo, nos dois livros, haveria modelos altamente simplificados da dinâmica de acumulação de capital derivados da teoria da mais-valia absoluta e relativa, operando em um sistema fechado, caracterizado por uma perfeita competição e nenhuma dificuldade de realização ou distribuição de mais-valia. Assim, para Harvey (ibid.), embora os dois modelos revelem características importantes da dinâmica do capital, não podem ser caracterizados como algo próximo à verdade absoluta sobre tal dinâmica quando o capital é visto como um todo. Afirma que, enquanto Marx descrevera escrupulosamente suas posições no Livro 1, não o fez no caso da lei da queda tendencial da taxa de lucro.

Harvey (ibid.) salienta ainda que tais observações não se referem a uma crítica às abstrações lidadas por Marx, posto que tais faltas seriam compreensíveis, dada a natureza preparatória dos materiais que formaram o Livro 3. O problema residiria, por outro lado, nas interpretações não

muito felizes das exclusões realizadas por parte de alguns estudiosos. Em relação aos argumentos de seus críticos, Harvey (ibid.) os rebate afirmando que, se Marx pudesse ter ignorado questões da distribuição, em particular o papel das finanças, do crédito e do capital de juros, em sua exposição da lei da queda tendencial da taxa de lucro, implicaria concluir que a financeirização não teve relação com a crise de 2007/2008. Tal formulação seria para Harvey (ibid.) grotesca como também deixaria os banqueiros e investidores sem culpa no que se refere ao seu papel com relação à criação da crise. Seria ainda possível listar outros fatores que desempenhariam papel importante na referida crise, tais como a monopolização e a abertura de novas linhas de produção, bem como o investimento em capital fixo na terra e a urbanização geral. Ademais, em condições reais de crise, não se poderia excluir as questões de finanças e capital de ações, posto que desempenhariam um papel tão importante na forma de aparência, se não nas causas subjacentes da crise, conforme argumenta que os próprios comentários de Marx sobre as crises de 1848 e 1857 atestam, no Livro 3 de *O Capital*.

Assim, conclui Harvey (ibid.) que é necessário ter cautela com relação às conclusões teóricas de Marx; tanto a produção de um exército de reserva industrial cada vez mais pauperizado no Livro 1, quanto a tendência da queda da taxa de lucro no Livro 3 deveriam ser consideradas proposições contingentes, uma vez que dependem, ambas, da dinâmica das mudanças tecnológicas. As crises podem surgir, segundo o autor, em exame de direções diferentes: se os salários subirem muito, há uma crise de acumulação à medida que a participação nos lucros se contrai; por outro lado, se os salários forem muito baixos, a falta de demanda efetiva será um problema. As crises, portanto, dependeriam de condições conjunturais e sobretudo muito localizadas. Para Harvey (ibid.), portanto, a teoria de Marx da queda tendencial da taxa de lucro deveria ser tratada como uma proposição contingente e não definitiva. Finaliza argumentando que uma leitura dos cadernos originais de Marx tem sugerido, cada vez mais, que as crises não seriam um sinal de dissolução iminente do capitalismo, mas fases de sua reconstrução e renovação.

Neste ponto, faço uma pausa para reflexão. Os argumentos de Harvey são consistentes com relação à atual crise e ao papel da financeirização da economia. Não obstante, parece-me insuficiente a afirmação de que os defensores da queda tendencial da taxa de lucro como explicação para a crise em Marx não levam em consideração o papel da(s) fração(ões) da classe dominante que representa o capital fictício e financeiro. Tal aspecto será abordado adiante. Ainda, chamo a atenção para a caracterização, por parte de Harvey, de que a lei da queda tendencial da taxa de lucro seja uma formulação contingente de Marx. Significa afirmar que a taxa de lucro pode ou não ocorrer em uma situação de crise capitalista. Tal compreensão parece-me ousada sob o ponto de vista dos argumentos colocados e, sobretudo, oferece um tipo de visão pluricausal que aceitaria, mais do que a combinação de aspectos, a própria exclusão da presença da queda da taxa de lucro em determinada conjuntura de crise.

Dentre aqueles que defendem a monocausalidade da crise, Harvey (2016) elege os que defendem a lei da queda tendencial da taxa de lucro como a base das explicações da crise em Marx

para realizar um debate. Justifica que os escolhe porque, entre todas as teorias divergentes sobre a crise que surgiram na tradição marxista, essa ocupa uma posição que denomina de icônica e é tipicamente apresentada de forma a excluir a consideração de outras possibilidades expostas por Marx. A tais defensores, lança a questão de como tal lei explicaria uma crise como a de 2007/2008 que, ao menos na superfície, mostrar-se-ia como uma crise comercial e financeira iniciada nos mercados imobiliários dos EUA, mas que contagiou o mundo por meio do sistema financeiro global e atingiu todos os tipos de setores de forma diferenciada no que se refere às suas intensidades, localidades e épocas. Por outro lado, questiona ainda o método utilizado pelos defensores da lei da queda tendencial da taxa de lucro, baseado em comprovações empíricas da lei.

Realiza, nesse particular, um debate com Michael Roberts⁶⁷. Considerando-se que Roberts reforça sua defesa com base em uma série de gráficos e dados estatísticos sobre a queda das taxas de lucro como prova de validade da lei, Harvey (ibid.) questiona se poder-se-ia afirmar sobre a confiabilidade e a adequação dos seus dados com relação à teoria, bem como argumenta que outros mecanismos além dos citados por Roberts poderiam resultar igualmente na queda de lucros. Assumindo que não se mostra inclinado ou qualificado para argumentar no plano da análise empírica de dados, afirma que estes últimos não confirmariam, necessariamente, a existência do mecanismo específico que Marx formulou; as taxas de lucro poderiam cair por várias razões. Assim, existiriam vários tipos de razões pelas quais as taxas de lucro poderiam cair e nenhuma quantidade de gráficos – nesse caso, os utilizados por Roberts – que descreve as taxas de lucro em queda poderia fornecer motivos para aceitar qualquer mecanismo em detrimento de outro. O único caminho seria medir os impactos diretos da mudança da produtividade do trabalho nas taxas de lucro.

Outro grande problema seria que Marx elaborou sua teoria em termos de valor, enquanto os dados usados para provar ou ilustrar são expressos em termos monetários; Marx haveria alertado sobre a possível divergência não apenas quantitativa, mas qualitativa⁶⁸ entre preços de mercado e valores. Enfim, para Harvey (ibid.), os dados coletados sobre o lucro são válidos, uma vez que vivemos em um mundo do dinheiro, no qual operamos na presença do valor que ele representa, portanto, a taxa de lucro seria real. Não obstante, argumenta que existiriam algumas questões complicadas a serem analisadas, pois haveria uma lacuna entre onde o lucro (valor) é produzido e onde ele poderia ser realizado. Assim, segundo o autor, existiriam boas razões para ser cético em relação ao conjunto dos dados disponíveis. Por exemplo, os relatórios da imprensa atual sugeririam que as empresas norte-americanas estariam operando com uma alta taxa de lucro, enquanto as séries de dados que Roberts e outros têm produzido apontariam para a conclusão oposta.

Portanto, para Harvey (ibid.), não haveria uma única teoria causal da formação de crises nas obras de Marx. Várias seriam as razões que poderiam levar às crises capitalistas na visão desse autor (HARVEY, 2013), algumas delas apontadas, mas não desenvolvidas por Marx. Por exemplo,

⁶⁷ Apresentarei os contra-argumentos de Roberts na sequência desse item.

⁶⁸ No que se refere à divergência qualitativa, Harvey (2016) refere-se a exemplos tais como a honra, a consciência, a futuras emissões de carbono que podem ser negociadas como mercadorias, quando claramente não são.

cita a possibilidade de crises financeiras e monetárias descritas no capítulo 3 do Livro 1 de *O Capital*, mas que não teria sido devidamente desenvolvida. Nesse capítulo, ao se posicionar contrariamente à lei de Say – a qual negava a possibilidade de ocorrência de uma crise geral de superprodução no capitalismo servindo-se do argumento de que toda venda seria por seu turno uma compra e vice-versa – Marx haveria demonstrado que a venda de uma mercadoria por parte de seu vendedor não o obrigaria, necessariamente, a gastar seu dinheiro com a compra de outra mercadoria. Haveria, pois, a possibilidade de retenção do dinheiro, o que remete a uma análise na esfera da sua circulação.

Ainda, para Marx, haveria três fatores que poderiam variar em diferentes sentidos e proporções: o movimento dos preços, a quantidade de mercadorias em circulação e a velocidade do curso do dinheiro. Com relação a essa última, Harvey (ibid.) destaca que se trata de uma das características centrais do capitalismo contemporâneo e cita como exemplo a tecnologia eletrônica para a circulação, mas sobretudo o atual sistema de crédito: “Se no mundo inteiro as pessoas decidissem não usar seus cartões de crédito durante três dias, a economia global correria um sério perigo” (p. 79). Tal mecanismo estaria no centro da crise de 2007/2008, quando a economia norte-americana girou em torno do estímulo ao crédito imobiliário e a escassez monetária ou o congelamento dos meios de pagamento impulsionaram com bastante rigor os processos de crise. Nesse ponto, para Harvey (ibid.), seria difícil interpretar a crise em termos simplesmente de compressão de lucros.

Outro autor que concorda com a tese sobre a pluricausalidade da crise em Marx é Michael Heinrich. Trata-se de um matemático e cientista político alemão, professor da *Hochschule für Technik und Wirtschaft Berlin* (HTW Berlin). Foi colaborador da MEGA2, organizando o volume 14 da quarta seção. Publicou um livro que trata dos três livros de *O Capital* (HEINRICH, 2012) e, em abril de 2018, publicou o primeiro de três volumes que trata da biografia de Marx, com tradução para o português (HEINRICH, 2018). Começa a ser conhecido no Brasil, justamente por ocasião do lançamento do primeiro volume da biografia de Marx, mas também por seu trabalho editorial na MEGA2.

Heinrich é outro autor que apoia a tese de que, na produção de Marx, não é possível encontrar uma formulação final sobre a teoria da crise, mas, ao contrário, há várias abordagens para explicar as crises. A análise desse biógrafo de Marx tem foco na construção dos planos expositivos da crítica da economia política, bem como nos recentes achados filológicos. Ressalta Heinrich (2013) que, no século XX, o ponto de partida dos debates marxistas sobre a teoria da crise foi o terceiro livro de *O Capital*. Posteriormente, a atenção foi direcionada para as considerações teóricas sobre a crise em *Teorias da Mais Valia*. E, por fim, surgiram os Grundrisse, desempenhando um papel central na compreensão da teoria da crise em Marx para vários autores. Portanto, iniciando-se com *O Capital*, o debate evoluiu para os textos escritos em ordem cronológica inversa, como já apresentado neste trabalho. Por outro lado, Heinrich (ibid.) mostra-se confiante com o trabalho da MEGA, ao observar que, a partir dele, todos os textos econômicos de Marx, do final da década de 1860 até o final da década de 1870, se encontram agora disponíveis e, juntamente com suas cartas, permitem uma visão do desenvolvimento de suas considerações teóricas sobre a crise após 1865.

Para Heinrich (ibid.), houve uma inflexão de Marx no que diz respeito à sua visão sobre as crises. A crise de 1857 terminou rapidamente com a economia capitalista se reerguendo fortalecida e sem o surgimento dos movimentos revolucionários. Tal conjuntura teria feito Marx não mais relacionar as crises ao colapso final do capitalismo ou à revolução e suas esperanças teriam sido desapontadas, no entanto, ao menos teria iniciado a formular sua crítica da economia política. A busca dessa formulação o acompanharia até o fim da sua vida, conforme já explicitado anteriormente neste estudo. Já Heinrich (ibid.) acrescenta que a teoria da crise teria um papel importante para Marx. Ressalta que, apesar de Marx não ter terminado o processo de pesquisa, fez inúmeras tentativas de exposição, das quais destaca três importantes manuscritos, os *Grundrisse*, o Manuscrito de 1861-1863 e o Manuscrito de 1863-1865. Na MEGA, onde tais manuscritos foram publicados de forma completa, os três manuscritos são chamados de três rascunhos de *O Capital*. Contudo, como um dos colaboradores daquele projeto, Heinrich (ibid.) discorda da denominação dada. Considera essa denominação problemática, pois sugere, segundo ele, um quadro de continuidade na formulação marxiana sobre as crises, escondendo, dessa maneira, mudanças ocorridas em seu quadro teórico.

Heinrich (ibid.) atenta que no plano inicial de seis livros, em 1857, havia uma fundamental distinção de capital em geral e da competição de muitos capitais. No Manuscrito de 1861-1863, a tentativa de Marx de implementar esse conceito teria feito com que a teoria da crise fosse tratada sob novas considerações. As crises já não seriam, nesse manuscrito, uma indicação da dissolução do modo de produção capitalista, tal como teria sido caracterizada nos *Grundrisse* (HEINRICH, 2009), mas um processo constante em seu interior; a teoria da crise já não se constituiria o ponto final de sua apresentação, mas, ao invés disso, os momentos individuais de crise deveriam ser tratados com níveis diferentes de apresentação. Sustenta que Marx, àquela altura, não haveria encontrado uma estrutura adequada de apresentação para o problema que tinha em mãos, o de determinar quais os momentos da crise a serem desenvolvidos e em quais níveis. Na época da elaboração desse manuscrito, Marx teria aceitado dois encaminhamentos que modificariam sua forma de exposição da crítica da economia política: o primeiro de que o plano de seis livros era muito abrangente e que não teria condições de realizá-lo completamente; o segundo, de que não seria possível manter a separação expositiva entre capital geral e competição (HEINRICH, 2013).

Por conta desses novos encaminhamentos, Marx modificaria seu plano inicial dos seis livros, para somente quatro (os três teóricos e o outro sobre a história da teoria), após 1863. Assim, conclui Heinrich (ibid.) que não se trataria de três rascunhos do mesmo projeto expositivo, mas na verdade de dois projetos expositivos. Os *Grundrisse*, *Para a Crítica da economia política* e o manuscrito de 1861-1863 tratar-se-iam de rascunhos do projeto original de seis livros, enquanto os manuscritos de 1863-1865, a primeira edição do livro 1 de *O Capital*, o Manuscrito II para o Livro 2 de *O Capital*, de 1868 a 1870, assim como os manuscritos dos Livro 2 e 3, desse mesmo período, e os manuscritos de 1871 a 1881, incluindo a edição alemã e a edição francesa do Livro 1, constituir-se-iam rascunhos do segundo projeto (ibid.).

A respeito da lei da queda tendencial da taxa de lucro, Heinrich (ibid.) identifica os manuscritos para o terceiro livro, de 1864 a 1865, como os que possuem as mais extensas considerações acerca da crise. Ressalta que Marx não teria sido o primeiro a afirmar uma queda de longo prazo na taxa de lucro como resultado das leis internas do capitalismo, porém, teria sido o primeiro a alegar ter descoberto uma explicação coerente para essa lei. Para Heinrich (ibid.), Marx elaborou a lei da queda tendencial da taxa de lucro a partir de uma proposição muito abrangente, em um nível de abstração que não pode ser provado ou refutado empiricamente, contudo, que é possível ser discutido do ponto de vista de sua lógica argumentativa. Se a taxa de lucro veio a cair no passado, isso não se constituiria como uma prova, uma vez que a lei pretender-se-ia aplicar ao desenvolvimento futuro; se a taxa de lucro aumentou no passado, da mesma forma não é uma refutação, posto que a lei não necessariamente seguir-se-ia em uma queda permanente, mas apenas tendencial, que ainda poderia vir a ocorrer no futuro. Neste ponto, chamo a atenção para a proximidade com as formulações de Harvey, uma vez que Heinrich contesta a possibilidade da prova empírica para o caso da lei da queda tendencial da taxa de lucro como fundamento da crise.

Argumenta Heinrich (ibid.), ainda, sobre a necessidade de distinção entre dois aspectos, uma vez que o primeiro diz respeito à relação entre a lei enquanto tal e seus fatores contrariantes. Para esse aspecto, afirma que Marx pressuporia que a queda da taxa de lucro a longo prazo superaria seus fatores contrariantes, porém, não ofereceria uma razão para isso. Já o segundo aspecto seria a lei enquanto tal. Heinrich (ibid.) questiona se Marx realmente conseguiu provar conclusivamente a lei. Conclui que a lei da queda tendencial da taxa de lucro não desmoronaria inicialmente por conta de sua luta contra os fatores contrariantes, mas já se despedaçaria porque a lei enquanto tal não poderia ser fundamentada.

Heinrich (ibid.) acrescenta a tais observações o argumento a respeito do trabalho editorial do terceiro livro de *O Capital*. Para o autor, desde que vários marxistas consideraram a queda tendencial da taxa de lucro como o fundamento da teoria da crise em Marx, defenderam-na veementemente contra todo qualquer tipo de crítica. No entanto, afirma que a suposição de que Marx intencionava basear sua teoria sobre as crises nessa lei é consequência da editoração de Engels. Ressalta que o Manuscrito de 1865 está dividido em sete capítulos os quais Engels transformou em sete seções; o terceiro capítulo de Marx, sobre a queda da taxa de lucro, tornou-se, com a editoração, uma seção com três capítulos. Os dois primeiros capítulos, sobre “a lei enquanto tal” e “os fatores contrariantes”, teriam seguido de perto a argumentação de Marx, porém, observa que o manuscrito então flui para um mar de notas e pensamentos constantemente interrompidos, o que fez com que Engels tivesse revisado pesadamente tal material para construir o terceiro capítulo, sobre a “lei”. Haveria, assim, condensado em resumos, feito reajustes e o dividido em quatro subseções. Isso teria criado a impressão de uma teoria já largamente concluída da crise. E, desde que Engels deu o título do capítulo de “desenvolvimento das contradições internas da lei”, acabaria por criar, para os leitores que não sabiam que tal título não é originário de Marx, a expectativa de que a teoria da crise era uma

consequência da “lei”. A ideia passada, afirma Heinrich (2009), é de que Marx teria em mente uma estrita conexão entre a lei da queda tendencial da taxa de lucro e uma teoria sobre a crise, quando, ao contrário, tal teoria não estaria completa.

Assim, alerta Heinrich (2013), que, se retornamos aos referidos manuscritos sem quaisquer noções preconcebidas, então rapidamente se tornaria claro que Marx não havia produzido qualquer teoria unificada da crise, ao contrário, o que se encontra são pensamentos bastante dispersos sobre a teoria da crise. Por outro lado, salienta que se deve levar em conta o que para Marx já se encontraria claro nos *Grundrisse*, que em uma crise geral de superprodução, a contradição não estaria entre os diferentes tipos de capital produtivo, mas entre capital industrial e capital de empréstimo, ou seja, entre capital envolvido diretamente no processo de produção e capital que aparece na forma de dinheiro relativamente independente e fora do processo produtivo. Levando essa formulação em consideração, observa que um tratamento sistemático sobre a teoria da crise não pode seguir imediatamente a lei tendencial de queda da taxa de lucro, sem antes desenvolver as categorias de capital a juros e de crédito. Ressalta que muitas abordagens marxistas da teoria da crise ignoram as relações de dinheiro e crédito (ibid.). Ainda, argumenta que, no marxismo tradicional, a diferença entre a crítica da economia política de Marx e a economia política clássica seria reduzida à mais-valia, exploração e teoria das crises. Já o impacto da análise da forma de valor, o papel do dinheiro, o fetichismo e a fórmula trinitária seriam em grande parte negligenciados (HEINRICH, 2009). Por outro lado, a posição teórica sobre a crise sugerida pela editoria feita por Engels seria definitivamente errada, mas teria sido extremamente influente. Avalia, por fim, que, como a teoria marxiana de crédito permaneceu fragmentária no manuscrito de 1865 e que Marx não assumiu explicitamente a questão da relação entre a produção e o crédito, sua teoria da crise seria incompleta não apenas do ponto de vista quantitativo (a respeito do que está faltando), como também do ponto de vista sistemático (HEINRICH, 2013).

Como outra linha de argumentação, Heinrich (ibid.) lança suas reflexões em direção à evolução investigativa de Marx e ao futuro dos trabalhos filológicos. Os manuscritos de 1864-1865, conforme argumentou, pertenceriam ao primeiro rascunho de *O Capital*, contudo, o segundo manuscrito, de 1866-1871, haveria trazido progresso no desenvolvimento do Livro 2, enquanto dos temas do Livro 3 poucos manuscritos teriam emergido. Não obstante, seria possível observar uma expansão do tratamento do sistema de créditos. Já nos manuscritos de 1863-1865, o crédito era apenas um ponto subsidiário dentro da seção sobre juros de capital. Porém, ressalta que, em uma carta a Engels, de 30 de abril de 1868, na qual Marx explicava a estrutura do Livro 3, o tratamento de crédito já estaria em igualdade de condições com o capital de juros. Já em 14 de novembro de 1868, Marx haveria escrito a Engels afirmando que usaria o capítulo sobre crédito para uma denúncia real do engodo e da moral comercial e, isso, para Heinrich (ibid.), significaria que Marx avaliava a necessidade de um avanço teórico nessa área. Em 1868 e 1869, haveriam aparecido trechos sobre o crédito, o mercado monetário e o surgimento das crises.

Heinrich (ibid.) prossegue sua análise avaliando que as mais importantes mudanças ocorreram quando Marx estava trabalhando no terceiro rascunho (1871-1881), provavelmente cercado de dúvidas sobre a lei da taxa de lucro. Ainda no manuscrito de 1863-1865, Marx não estaria convencido com sua explicação e suas dúvidas deveriam ter aumentado no curso dos anos 1870. Em 1875, Marx haveria buscado apreender matematicamente a relação entre a taxa de mais-valia e a taxa de lucro, com muitos exemplos numéricos, na intenção de demonstrar as leis do movimento da taxa de lucro, através das quais rapidamente se tornaria aparente que, em princípio, todos os tipos de movimento seriam possíveis. Em vários momentos, Marx haveria observado possibilidades de a taxa de lucro aumentar, embora a composição de valor do capital estivesse aumentando. Conclui que, no caso de uma nova editoração do Livro 3, todas essas considerações deveriam estar contempladas para a revisão do capítulo sobre a queda tendencial da taxa de lucro e chega a afirmar que uma apreciação consistente de tais considerações deveria ter levado Marx ao abandono da lei.

Perceba-se que, para Heinrich, diferentemente da concepção de Harvey, Marx teria chegado a um ponto tal que não consideraria mais a queda tendencial da taxa de lucro como uma explicação para a crise, ou ainda, poderia não ter chegado a conclusão alguma com relação à teoria sobre as crises. Destaca, Heinrich (ibid.), que, em referência a essa última, Marx estaria convencido de que sua investigação não teria chegado suficientemente longe para que ele pudesse proceder uma apresentação apropriada do movimento real, conforme escreve no posfácio da segunda edição do Livro 1 de *O Capital*. Acrescenta a essa afirmação a carta endereçada a Engels, de 31 de maio de 1873, na qual Marx se pergunta se seria possível determinar matematicamente as principais leis que governam as crises. Para Heinrich (ibid.), a preocupação de Marx em relação à determinação matemática refere-se à regularidade com que as crises ocorreriam. Para apoiar seus argumentos, relembra uma carta a Danielson, em 10 de abril de 1879, na qual Marx escreve que não poderia completar o segundo volume – o qual incluiria os Livros 2 e 3 – antes que a crise inglesa da época atingisse seu clímax.

O que quer argumentar Heinrich (ibid.) é que, no final dos anos 1870, Marx confrontou-se com um novo tipo de crise, com estagnação por anos, distinta do tipo rápido e conjuntural conhecido até então. Nesse contexto, Marx estaria dando atenção ao papel internacional dos bancos, que possuiriam uma influência considerável para o curso da crise. As observações de Marx deixariam claro, portanto, que um tratamento sistemático da crise não seria possível com base imediata na lei da queda tendencial da taxa de lucro, da forma como editada por Engels no Livro 3, mas tão somente seria possível após uma apresentação do capital a juros e do crédito. Já o próprio sistema de crédito seria difícil de ser apresentado enquanto se excluísse uma análise do Estado e o mesmo valeria para o mercado mundial, uma vez que, desde o Manuscrito de 1863-1865, já estaria claro para Marx, que esse último seria a base do modo de produção capitalista.

Heinrich (ibid.) nesse ponto, realiza uma reflexão acerca da forma como Marx decidiu apresentar o processo global da produção capitalista, no livro 3 de *O Capital*, o qual abstrai o Estado e o mercado mundial. Argumenta, assim, que essas considerações o levam a crer que uma mera revisão dos manuscritos existentes não era mais uma possibilidade realista para Marx. A variedade

de novos resultados encontrados além do tema da propriedade fundiária, do crédito e da crise, mas também no campo da expansão geográfica, da fisiologia, da geologia, da história e da tecnologia não evidenciariam apenas áreas de interesse de estudo de Marx, mas a relevância direta para a elaboração de *O Capital*. Destaca que o envolvimento com questões tecnológicas, que estavam na base do Livro 1, não era mais suficiente, considerando o progresso técnico que modificou consideravelmente não apenas a produção, mas também a comunicação da época. Para sustentar essa afirmação, Heinrich (ibid.) cita uma carta a Nieuwenhuis, de 27 de junho de 1880, na qual Marx reconheceu uma nova fase de desenvolvimento e, portanto, de necessidade de uma avaliação. Um ano e meio depois, em 13 de dezembro de 1881, Marx escreveu a Danielson, editor de *O Capital*, afirmando que concordaria com uma pequena tiragem da terceira edição alemã da obra com algumas alterações, porém, para uma quarta edição haveria de mudar o livro de maneira que já deveria ter feito sobre diferentes circunstâncias. Conclui Heinrich (ibid.) que, infelizmente, uma versão de *O Capital* que integrasse todas atualizações e questões coletadas na década de 1870 permaneceram não escritas.

Portanto, é possível afirmar que Heinrich é um genuíno representante do argumento do caráter inacabado da obra marxiana. Para ele, não há apenas problemas de apresentação ou de raciocínios não terminados, mas, em muitos casos, tais como a teoria da crise, teoria bancária e financeira, até problemas conceituais básicos não estão resolvidos (HEINRICH, 2009). Tal caráter comprometeria, por assim dizer, a clareza ou a própria existência de uma teoria da crise em Marx. Gostaria de chamar atenção para o aspecto de que tal conclusão é, em parte, mediada pelo próprio empenho do campo filológico em resgatar o material completo escrito por Marx, incluindo não apenas seus textos não publicados, mas suas anotações, seus estudos em geral, que teriam porventura a capacidade de revelar parte de seus pensamentos e intenções não organizados na forma expositiva. Na medida em que a filologia avança nesse empenho, revelam-se muitas questões e dúvidas que anteriormente não estavam consolidadas e, assim, um vasto campo de investigação. Ou seja, descobertas e questões que se mostram não resolvidas se retroalimentam. Do ponto de vista da minha pesquisa, posso concluir que descobertas (defesas) – nesse caso os pontos de vista acerca do fundamento da crise e Marx – e método se mostram intrinsecamente relacionados.

3.2.2 MICHAEL ROBERTS E ALAN FREEMAN: EMPIRIA E QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO

Os autores que defendem a monocausalidade da crise o fazem a partir da defesa da lei da queda tendencial da taxa de lucro como fundamento da crise em Marx. Escolhi dois autores representativos dessa defesa, Michael Roberts e Alan Freeman que, em sintonia, utilizam-se da empiria como critério científico para validar a lei e confrontar, dessa maneira, os seus opositores. Esses autores buscam analisar também a crise de 2007/2008 para comprovar a validade da lei da queda tendencial da taxa de lucro.

Michael Roberts é economista inglês. Um aspecto interessante de sua biografia é que sua carreira se configurou fora dos círculos acadêmicos, já que atuou por mais de 30 anos no centro financeiro do Reino Unido, na assim chamada *City of London*, onde funcionam bancos, seguradoras, bolsa de valores, entre outros escritórios do gênero. Suas obras mais conhecidas são *The great recession: profit cycles, economic crisis: a marxist view* (ROBERTS, 2009) e *The long depression: how it happened, why it happened, and what happens next* (ROBERTS, 2016c), a qual possuiu apenas uma tradução para o espanhol (ROBERTS, 2016b).

A defesa central de Roberts (2016a) é de que a lei da queda tendencial da taxa de lucro é um fundamento unitário que explica a crise capitalista. Para ele, a lei marxiana é consistente sob o ponto de vista lógico de sua lei do valor, coerente com sua teoria sobre as crises e fornece a explicação subjacente e a causa última das crises no modo de produção capitalista. Afirma que a lei fornece uma causalidade clara para as crises, apoiada por uma crescente quantidade de evidências empíricas já demonstradas e que a natureza da lei como uma tendência, juntamente com suas contratendências, pode explicar o desenvolvimento cíclico da produção capitalista, melhor do que quaisquer teorias alternativas sobre as crises já apresentadas.

Uma questão central para a compreensão da defesa de Roberts é o exame de seus pressupostos epistemológicos. No que se refere ao critério de cientificidade, afirma que uma lei científica é uma relação matemática precisa que é considerada verdadeira. Considera que são três as leis de Marx – a lei do valor, a lei da acumulação e a lei da queda tendencial da taxa de lucro⁶⁹ – que correspondem a esse critério. A lei do valor seria, na visão de Marx, como a lei gravitacional de Newton, tratando-se de uma lei porque pode ser expressa matematicamente e testada empiricamente em vários estudos. Já a lei da acumulação seria uma lei, primeiro porque pode ser matematicamente definida e, segundo, porque pode ser empiricamente verificada e assim tem sido feito em vários estudos. Da mesma forma, seria possível operar com a lei da queda tendencial da taxa de lucro já que, em suas pesquisas, a análise do movimento da taxa de lucro realizada a partir de várias fontes deixa claro que houve um declínio secular dessa taxa na Grã-Bretanha nos últimos 150 anos, confirmando as predições da lei marxiana e, paralelamente, o declínio do imperialismo britânico (ROBERTS, 2018).

No que se refere à crise, Roberts (ibid.) argumenta que, diferentemente das três leis de movimento do capital, Marx não teria uma lei para ela, mas uma teoria. Tratar-se-ia de uma teoria porque seria composta por vários elementos e níveis de causalidade que precisariam vir juntas para produzir uma queda na produção, investimento e emprego, o que seria a definição da crise. Essa teoria marxiana sobre a crise não teria sido completamente desenvolvida ou explicada por Marx em sua vida.

Um enfoque científico, segundo Roberts (2016b), teria como objetivo testar a teoria contra a evidência de forma contínua, não apenas para manipulá-la – no sentido concebido por Karl Popper

⁶⁹ Roberts utiliza o termo *law of profitability* – lei da lucratividade – na versão original. Optei por traduzir como lei da queda tendencial da taxa de lucro.

– mas também para aumentar sua força explicativa, a menos que apareça uma melhor explicação dos fatos. Exemplifica novamente com a lei da gravidade de Newton que, segundo ele, explicava muitas coisas sobre o universo e foi testada pela evidência, mas então a teoria da relatividade de Einstein veio e explicou melhor os fatos, ou ampliou a compreensão das coisas que não podiam ser explicadas com as leis de Newton. Da mesma forma, Roberts (2016b) compreende que o método marxista é também científico. Marx começaria com fenômenos concretos dos quais abstrai as forças reais – como teoria – e então retorna ao concreto utilizando fatos para mostrar a realidade. A realidade, então, fortalece a capacidade explicativa da teoria ao modificá-la.

Neste ponto, faço uma pausa para reflexão. É nítido o caráter cientificista e até mesmo positivista das afirmações de Roberts. Considerando que a economia política é uma ciência social, ou seja, determinada por forças sociais, muito já se discutiu sobre o caráter mecanicista e positivista de algumas versões que buscavam comparar o marxismo ao estatuto epistemológico das ciências da natureza⁷⁰. Ainda que Engels fosse um entusiasta das descobertas de Marx e chegasse a compará-las com as descobertas de seu contemporâneo, Darwin, não é possível, de forma alguma, tomar os critérios de cientificidade emprestados do campo das ciências naturais⁷¹. Primeiro, porque a crítica da economia política formulada por Marx não dispensa, mas ultrapassa o campo da matemática; mesmo a lei da queda tendencial da taxa de lucro, ainda que comprovada matematicamente e empiricamente, recebe uma enorme quantidade de mediações, inclusive contratendências, referentes a ações humanas, socialmente determinadas. Segundo, porque a própria visão epistemológica de Roberts – tomada de Thomas Kuhn – pressupõe que um paradigma, no exemplo dado o einsteiniano, supere o outro, newtoniano. No que se refere à física mecânica e à teoria da relatividade, é possível defender que a física de Newton explica perfeitamente a mecânica terrestre à qual estamos submetidos, assim, a física de Einstein pode ter superado ou ampliado, nas palavras de Roberts, a compreensão das coisas, porém, em larga medida ainda utilizamos as formulações newtonianas⁷² que não podem ser consideradas ultrapassadas ou inválidas. Ainda, a teoria de Einstein, em larga medida, não pode ser comprovada empiricamente no âmbito terrestre, haveria de se ultrapassar a velocidade da luz e voltar ao tempo. Já se tratarmos isso no campo das ciências sociais, ou particularmente da economia política, é possível afirmar que o marxismo superou cientificamente a economia clássica, ou burguesa, contudo, tal superação, teórica, não veio mecanicamente acompanhada da superação concreta do sistema capitalista de produção.

Uma vez colocadas minhas contraposições à visão epistemológica de Roberts, posso afirmar, de outra maneira, que os resultados empíricos dos seus estudos não podem ser dispensados para

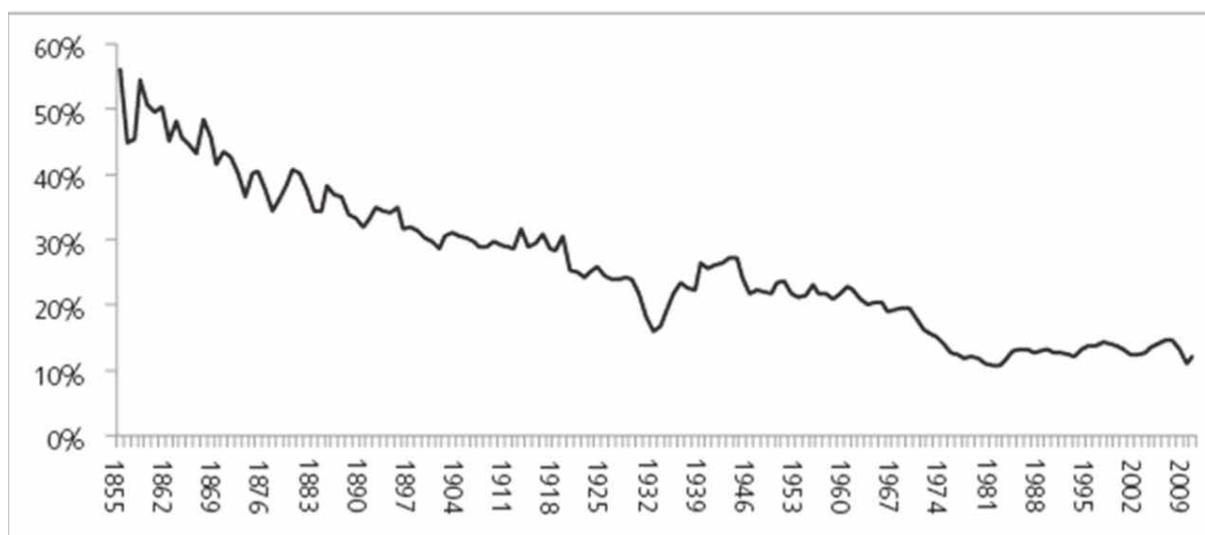
⁷⁰ Conferir Löwy (1994).

⁷¹ Até hoje, é uma verdadeira tragédia quando se buscam formular explicações no campo social com base na ideia da assim chamada seleção natural, da sobrevivência dos mais aptos e assim por diante.

⁷² Talvez valha a pena lembrar que as formulações newtonianas (e não descobertas) também foram síntese da revolução científica iniciada por Galileu e, dentro de um contexto de afirmação da classe burguesa, à época uma classe que ainda buscava se consolidar e implantar sua visão de mundo. A física newtoniana é, nesse sentido, uma síntese – matemática – de formulações que reivindicaram a separação do conhecimento científico do religioso. Os próprios dizeres de Newton, “me apoiei em ombros de gigantes”, podem ser compreendidos como um tributo ao pensamento empirista inglês, racionalista francês e galileiano.

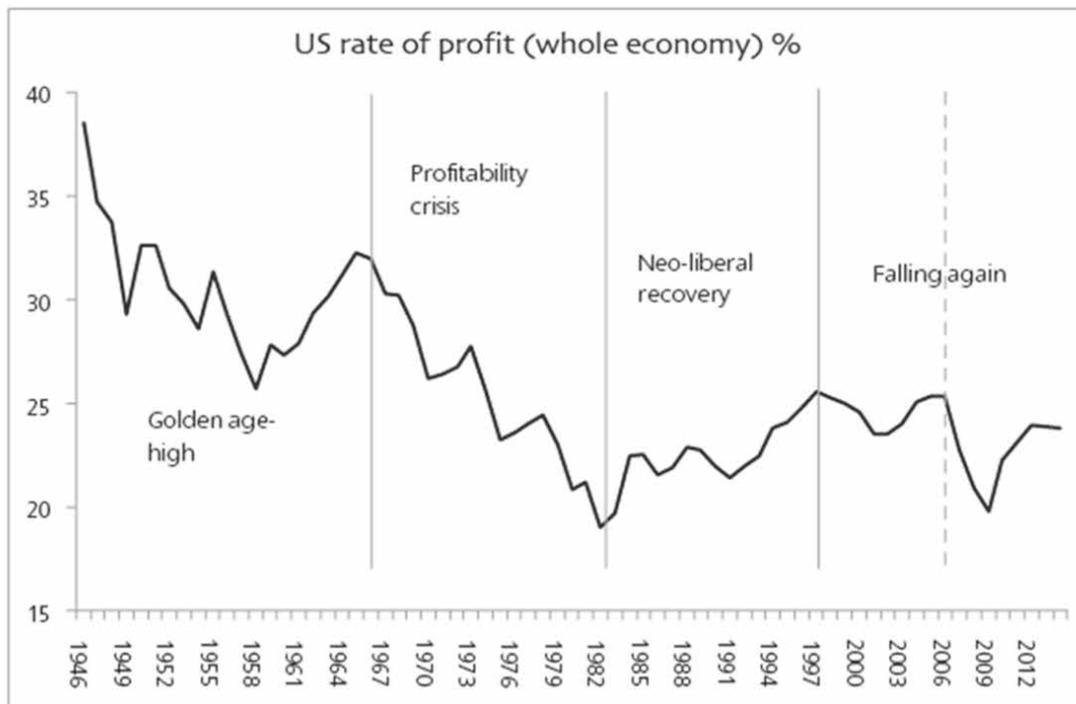
uma análise da validade da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Penso ser possível e necessário, ao mesmo tempo em que nos posicionamos criticamente à visão matematizante ou empiricista como critério de cientificidade, possuímos o discernimento entre tal visão e as comprovações empíricas *per se*. Com certeza Marx sabia operar muito bem essa distinção e os seus estudos são carregados de exemplos empíricos e dados matemáticos que o situaram em terreno seguro para elaborar suas análises. Por outro lado, nós, que fomos criados em um debate incansável contra o positivismo, por vezes caímos na armadilha de minimizar ou mesmo menosprezar os dados quantitativos. Não me parece uma boa opção essa de termos orgulho em dizer que não entendemos de números ou que nossa pesquisa é de cunho qualitativo. Parece-me um argumento de outro modo cômodo para não enfrentarmos as dificuldades teóricas que se colocam no plano empírico e matemático. Dito isso, apresento os dados da taxa de lucro que Roberts socializa, após vários anos de investigação e nos quais pesam todos os argumentos já ressaltados por Harvey e Heinrich em razão de divergências metodológicas ou mesmo da possibilidade desse tipo de cálculo.

Figura 2 – A taxa de lucro no coração do capitalismo avançado ao longo dos anos



Fonte: Roberts (2016b). Coletado de Esteban Maito, "The Historical Transience of Capital: The Downward Trend in the Rate of Profit Since the 19th Century," Working Paper, University of Buenos Aires, Argentina, 2014, <http://gesd.free.fr/maito14.pdf>

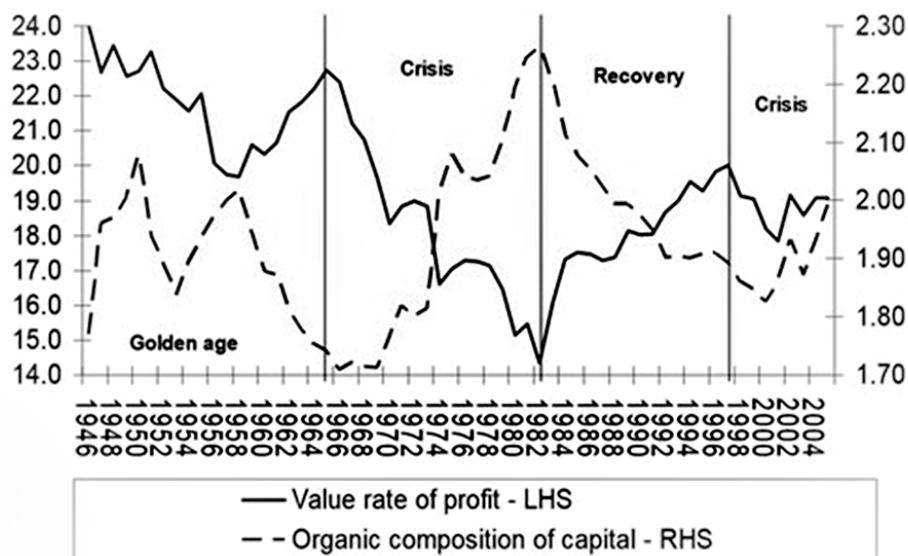
Figura 3 – A taxa de lucro dos EUA de 1982 a 2012 (%)



Fonte: Roberts (2016b), cálculo próprio

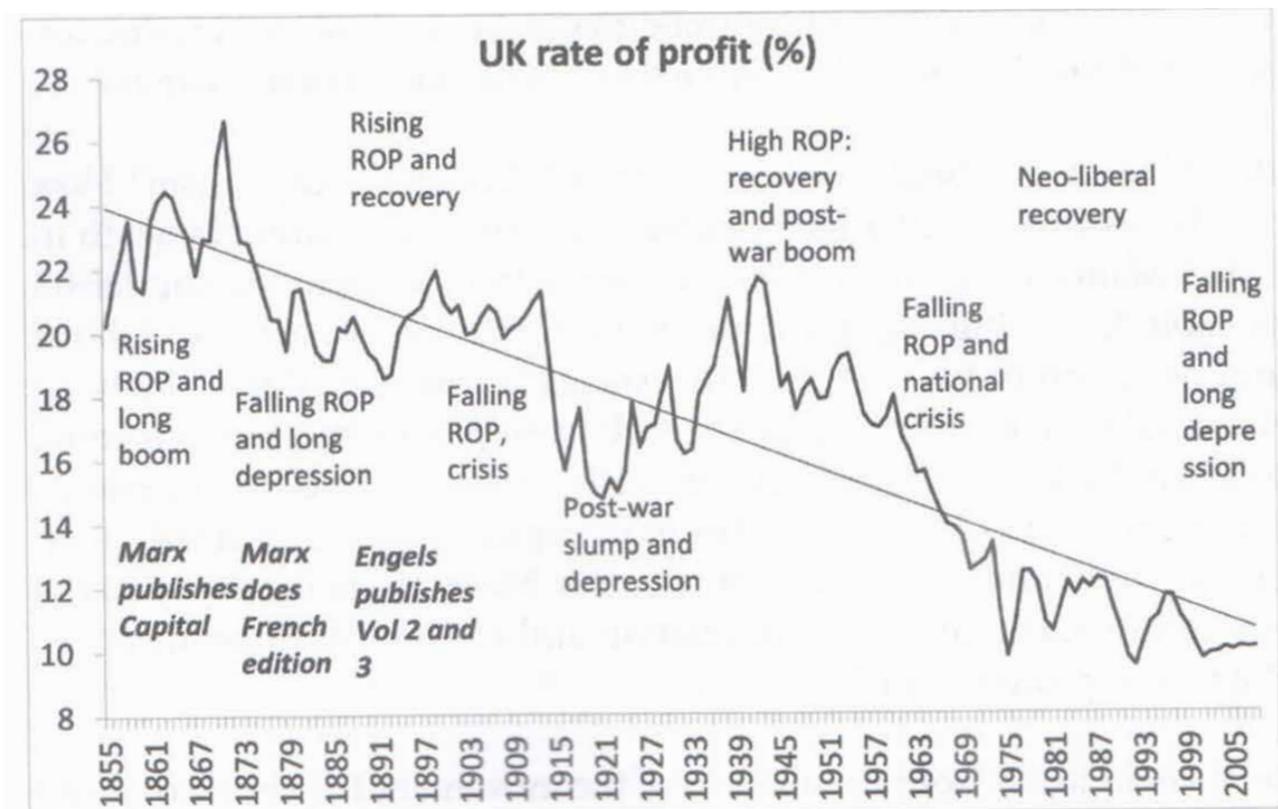
Figura 4 – A taxa de lucro marxista para a economia norte-americana de 1848 a 2005

The Marxist rate of profit for the US economy 1948-05 (value rate of profit (VROP %) and organic composition of capital ratio)



Fonte: Roberts (2009)

Figura 5 – Taxa de lucro da Grã Bretanha: 1855-2005



Fonte: Roberts (2018)

Ao passo que apresenta as comprovações empíricas da queda tendencial da taxa de lucro ao longo dos séculos e em diversos países do capitalismo central, Roberts (2018) salienta que Marx, por sua vez, nunca deixou de tentar fundamentar suas teorias da crise a partir de evidências empíricas e teria convivido com sete sucessivos ciclos econômicos durante sua vida. Em uma carta de Marx a Engels, de 31 de maio de 1873, teria escrito ao amigo:

Eu tenho falado a [Samuel] Moore sobre um problema com o qual eu tenho estourando meu cérebro há algum tempo. No entanto, ele acha que é insolúvel, pelo menos pro tempore, por causa dos muitos fatores envolvidos, fatores que em sua maioria ainda não foram descobertos. O problema é o seguinte: você conhece esses gráficos em quais os movimentos de preços, taxas de desconto, etc., etc., ao longo dos anos, etc., são mostrados em ziguezagues crescente e decrescente. Eu tentei analisar várias crises calculando essas SUBIDAS e DESCIDAS como curvas irregulares e eu acreditava (e ainda acredito que seria possível se o material fosse suficientemente estudado⁷³) *que eu poderia ser capaz de determinar matematicamente as principais leis que regem crises*. Como eu disse, Moore acha que não pode ser feito no momento e eu resolvi desistir por enquanto (MARX; ENGELS 1989, p. 504, grifo nosso, maiúsculas no original, tradução nossa).

⁷³ Na versão utilizada por Roberts (2018), Marx-Engels, Works, Vol. 33, Berlin, 1966, p. 82, a observação escrita entre os parênteses aparece da seguinte maneira: “(e mesmo agora eu ainda acho isso possível com material empírico suficiente)” (tradução nossa). Percebe-se que a sutil diferença se encontra justamente no termo “material empírico”, o que sustentaria a tese de Roberts sobre o critério de cientificidade de uma lei.

Esse trecho da carta de Marx a Engels é o mesmo utilizado por Heinrich (2013) para afirmar que Marx teria uma dúvida da possibilidade de determinar matematicamente as principais leis sobre as crises. Contudo, a menos que a tradução inglesa tenha uma diferença de conteúdo na carta, é possível verificar que Marx se acha, pelo contrário, capaz de realizar tal feito e apenas resolveu desistir momentaneamente por não ter estudado o material suficientemente. Assim, Roberts (2018), mesmo sem citar Heinrich diretamente, consegue sustentar sua versão de que Marx procurava basear matematicamente e empiricamente suas descobertas, sobretudo no que se refere à explicação para as crises.

Da mesma maneira que Roberts é criticado por alguns autores marxistas, rebate as críticas de seus opositores defendendo o seu ponto de vista e atacando os argumentos adversários que questionam sua visão sobre a teoria da crise em Marx. A maioria dos marxistas, segundo Roberts (2016b), não consideraria que a lei da queda tendencial da taxa de lucro fosse a principal causa das crises capitalistas, relegando-a a uma posição secundária ou mesmo a rechaçando. Isso se deveria parte pelo que denominou um acidente da história e parte porque seria mais seguro considerar como causas o subconsumo e a superprodução. Argumenta que os marxistas mais relevantes do século XIX e começo do século XX não teriam lido o quarto Livro de *O Capital*, ou seja, *As Teorias da Mais Valia*, bem como não teriam tido acesso às notas de *Grundrisse*, obras em que a lei de Marx se define de uma forma mais clara como uma teoria da crise.

Como já descrito anteriormente, para Roberts (2018), as leis de movimento do capital formuladas por Marx foram a lei do valor, a lei da acumulação e a lei da queda tendencial da taxa de lucro. Nos *Grundrisse*, Marx haveria trabalhado detalhadamente a lei da queda tendencial da taxa de lucro e a caracterizado como a mais importante lei da economia política moderna. As três leis seriam integralmente conectadas: as leis do valor e da acumulação apareceriam no Livro primeiro⁷⁴ de *O Capital*; já a lei da queda tendencial da taxa de lucro só apareceria na publicação do Livro terceiro, em 1894, considerando que os *Grundrisse* não estavam disponíveis ao público até o século XX.

Do ponto de vista histórico, a cronologia de publicação das leis teria ocasionado muita confusão no que se refere à validade da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Os marxistas revolucionários posteriores à morte de Marx, em 1883, nunca de fato teriam se ligado a essa lei e, até os dias atuais, seria uma minoria de economistas marxistas que a considerariam correta, lógica, empiricamente válida e chave para a teoria das crises capitalistas. Por exemplo, Rosa Luxemburgo teria compreendido que o Livro 3 fosse muito científico e os bolcheviques, tais como Lenin e Trotsky, também a teriam ignorado ou, como Bukharin, reduzido o seu papel à insignificância. Apenas alguns marxistas durante os anos 1930, como Henryk Grossmann, por exemplo, a teriam considerado central à economia marxista e, nos anos 1970, a maioria a haveriam abandonado, ou a refutado, adotando a análise keynesiana. Porém, mais recentemente, muitos teriam considerado a lei da queda tendencial

⁷⁴ Roberts (2018) refere-se aos Livros como volumes (1, 2 e 3), pois explicará, mais adiante, a intenção de Marx em publicar dois livros no primeiro volume. Para uma padronização dos termos e melhor compreensão desse autor, fiz a modificação das referências dos volumes para Livros.

da taxa de lucro como central para a teoria das crises e a base da natureza transitória do modo de produção capitalista (ROBERTS, 2018). Se o argumento de Roberts estiver correto, é compreensível que nos dias de hoje o debate sobre a centralidade da lei da queda tendencial da taxa de lucro para a explicação das crises em Marx esteja aberto.

Roberts (2016a) chama a atenção, por outro lado, para a forma metodológica de exposição de *O Capital* que se inicia com o geral – abstrato – e avança para o concreto. Já a lei da queda tendencial da taxa de lucro referir-se-ia ao lucro como mais-valia. Concorde, dessa feita, com os argumentos de que mesmo o Livro 3 está no nível abstrato de capital em geral, contudo, chama a atenção para o fato de que a intenção de Marx seria trazer as principais leis do movimento do capitalismo, incluindo a lei da queda tendencial da taxa de lucro, que impulsionaria a acumulação e conteria sua própria queda. Para Roberts (ibid.), Marx ignorou as questões de crédito, juros e do Estado até lidar com muitos capitais, isto é, competição e divisão do valor excedente entre os capitalistas. Tais afirmações parecem buscar responder às formulações de Heinrich anteriormente apresentadas.

Já com relação aos argumentos de Harvey (2016) de que Marx elaborou a lei sob determinadas suposições, Roberts (ibid.) os rebate afirmando que as suposições para a lei da queda tendencial da taxa de lucro são realistas e que se resumem a dois pontos: que o valor é criado apenas pela força de trabalho; e, que o capital deve acumular mais valor, porém, que só pode fazê-lo a partir do aumento de sua composição orgânica. Ainda, discorda que a perfeita competição seja uma das suposições da lei, ou que o valor deva ser realizado durante a acumulação. Ademais, argumenta que a lei não seria afetada se as mercadorias fossem trocadas em seus preços de produção ou de mercado e não dependeria, tampouco, de uma queda na demanda efetiva. Afirma que a força da teoria estaria justamente no fato de que a taxa de lucro cairia, mesmo no caso de todas as mercadorias serem vendidas. Salienta que a lei de Marx não é restrita ao ignorar a monopolização ou uma falha em realizar o valor criado, mas, ao contrário, são esses últimos processos os próprios resultados do funcionamento da lei. Discorda ainda que ela seja contingente, pois, se isso significasse que deveria ser testada na realidade, nesse sentido, toda lei seria contingente.

Outro ponto que questiona no debate é com relação à tese do abandono, por parte de Marx, da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Em confronto com a visão de Heinrich e de Harvey, afirma que não há nenhuma evidência de que Marx teria abandonado ou rejeitado essa lei, considerada por ele como a mais importante da economia política. Na interpretação de Roberts (2016a), Marx não haveria retornado ao exame da lei por estar satisfeito com sua formulação, então concentrou seus esforços em buscar aplicações dela para a explicação da natureza das crises capitalistas. Defende que Marx não abandonou a lei em seus últimos anos de pesquisa e denomina de revisionistas aqueles que não concordam com essa afirmação.

Aliás, Roberts (2018) salienta que Marx nunca teria abandonado nenhuma das leis que havia desenvolvido nos anos 1850, em Londres. Em, 1866, Marx haveria decidido escrever quatro livros de *O Capital*, que seriam publicados em três volumes, para expor as leis por ele descobertas. Argumenta

que os mais recentes estudos sobre os escritos de Marx dos anos 1860 e 1870 revelam que a versão editada por Engels do Livro 3 é uma representação fiel e precisa dos manuscritos originais de Marx. Por outro lado, alguns estudiosos argumentam, atualmente, que Engels haveria distorcido a visão marxiana da lei da queda tendencial da taxa de lucro, de uma dúvida a uma certeza. Essa afirmação de Roberts (ibid.) pareceu-me a mais frágil dentre suas argumentações, uma vez que não explicitou quais seriam os estudos recentes que encontram a representação fiel da editoração de Engels do Livro 3. No percurso da minha pesquisa, ao contrário, os estudos mostram que há uma grande editoração por parte de Engels, o que obviamente não dá margens diretas à afirmação de que o companheiro de Marx teria modificado qualquer visão do texto original.

De qualquer modo, para Roberts (2018), não há evidências de que Marx haveria abandonado ou renegado sua lei da queda tendencial da taxa de lucro. Pelo contrário, aponta evidências baseadas nas correspondências de Marx entre os anos de 1865 e 1877, nas quais este estaria satisfeito com seus resultados teóricos inclusive no que se refere a *O Capital*, não somente com o Livro 1, mas com os demais que remanesceram não publicados. Haveria, então, sido considerados como produtos finalizados, do ponto de vista teórico. A esse ponto, Roberts (ibid.) cita a carta de Marx a Engels, em 31 de julho de 1865, na qual afirma que faltariam mais três capítulos para serem escritos os quais completariam a parte teórica dos seus 3 livros, contudo, que a vantagem dos seus escritos seria a de se caracterizar como um todo artístico que só poderia ser alcançado por meio da sua prática de nunca ter coisas impressas até que as tivesse inteiramente a frente dele.

Essa linha de argumentação também se mostra contrária a toda investigação por mim apresentada até aqui, como se pode perceber. Ao que compreendo, uma das características marcantes de Marx é sua insatisfação não só com as provas, mas também com a exposição dos resultados que sua investigação lhe proporcionava, a ponto de não conseguir finalizar um texto para publicação, ainda que lhe cobrassem seus amigos, entre eles Engels e os editores. Minha interpretação da carta de Marx para Engels citada aqui por Roberts (ibid.) é de que é mais uma prova da busca de Marx, o tempo todo, por argumento para justificar a não finalização do seu material e, dessa forma, ir ganhando um tempo a mais, atitude que lhe rendeu a não publicação de sua obra em vida. Por outro lado, é possível examinar a argumentação de que Marx já tinha claro seu espectro teórico e que buscava, incansavelmente, lapidar sua forma expositiva, buscar provas empíricas e demonstrações matemáticas para elas.

No que se refere à possível vontade de Marx em revisar o material para o Livro 3, Roberts (ibid.) sugere que o autor planejaria revisá-lo apenas pela razão de que sempre tentava fazê-lo até o fim. Salienta, com base em 130 páginas escritas, em 1875, as quais se destinavam principalmente à queda da taxa de lucro e à relação entre a taxa de mais valia e a taxa de lucro, que Marx teria utilizado vários exemplos numéricos e cálculos para registrar mudanças na taxa de lucro de um capital particular ao longo do tempo como também comparado as taxas de lucro de dois capitais diferentes em indústrias distintas ao mesmo tempo. Intentaria, com isso, listar todos possíveis casos,

considerando simultaneamente a variação de múltiplos e individuais fatores determinantes. Porém, as mudanças que Marx haveria estudado não sugeririam, para Roberts (ibid.), de maneira alguma, uma ruptura com a sua lei.

Outro argumento refutado por Roberts (ibid.) é o de que Marx abandonou a lei, não a considerando mais útil, nos anos 1870, quando a achou ilógica e irrelevante para explicar as crises. Recorda que Marx havia enviado uma carta a Engels em 1868 na qual caracterizou a lei como um dos maiores triunfos sobre a ponte de burros de toda economia anterior. Assim, ressalta que, se o autor de *O Capital* houvesse abandonado a lei, teria com certeza informado a Engels, tal como o fez ao escrever as 130 páginas desenvolvendo sua lei da queda tendencial da taxa de lucro, em 1875. Argumenta que Engels se mudou de Manchester e que teria se encontrado com frequência com o amigo, podendo ter tido vários diálogos sobre o tema. Já esses argumentos de Roberts (ibid.) me parecem perfeitamente pertinentes, uma vez que é difícil conceber que Engels não soubesse, se fosse o caso, que Marx teria intenção de abandonar a lei da queda tendencial da taxa de lucro. Se, por um lado, parece-me uma conclusão precipitada a de que Engels conseguiu reproduzir com toda fidelidade o pensamento de Marx na editoração de *O Capital*, da mesma forma, a tese de que Marx teria simplesmente negado a lei da queda tendencial da taxa de lucro no final de sua vida parece-me insustentável.

Já no que se refere ao argumento de que Engels haveria realizado modificações editoriais significantes nos escritos deixados por Marx para o Livro 3, Roberts (ibid.) salienta que, na realidade, a divisão desse livro realizado por Engels deslocou parte do texto escrito por Marx sobre a lei para antes do capítulo de contratendências da lei (capítulo 14) que estavam originalmente escritos em sequência posterior a elas. Esse ajuste operado por Engels, na opinião de Roberts (ibid.), fez parecer as contratendências descritas por Marx com o mesmo peso da lei enquanto tal, quando a ordem original do texto a enfatiza novamente depois de apresentar aquelas primeiras. Perceba-se que o que para alguns autores evidencia um movimento de sobrevalorização da editoração de Engels à lei da queda tendencial da taxa de lucro é, para Roberts (ibid.), uma desvalorização, posto que a valorização teria sido dada justamente às suas contratendências.

Roberts (2016a) conclui, portanto, que a rejeição da queda tendencial da taxa de lucro enquanto base de uma teoria da crise implica assumir que Marx não tinha qualquer teoria sobre a crise. Assim, refuta autores tais como Heinrich e Kratke, apontando que, nesse ponto, eles se igualariam às perspectivas da escola austríaca (booms de crédito), de Minsk (especulação financeira), de Keynes (falta de demanda) ou dos pós-keynesianos (baixos salários e desigualdade), pois concentrar-se-iam no problema da circulação de mercadorias, sem considerar a contradição fundamental do modo de produção capitalista que causa crises recorrentes e cíclicas. Argumenta que, se tais teorias estivessem corretas, o capitalismo poderia ser corrigido por meio de regulação financeira, maiores salários ou taxas progressivas, sem a necessidade de substituir o modo de produção em si.

Além de rebater os principais argumentos de outros autores, Roberts preocupa-se em explicitar a defesa da centralidade da lei da queda tendencial da taxa de lucro para a compreensão da crise de

2007/2008. Atenta que alguns autores reclamam que tornar tal lei como causa central das recorrentes crises não faria parte do marxismo clássico, mas uma invenção de alguns economistas marxistas anglo-saxões do Reino Unido e dos EUA⁷⁵. O ponto de vista majoritário é que as crises seriam causadas por alguma forma de subconsumo por parte do trabalhador e/ou superprodução de mercadorias pelo capital (ROBERTS, 2016b).

Nesse particular, Roberts (2018) sustenta que cada crise capitalista tem suas próprias características e que no caso da crise de 2007/2008⁷⁶ foi a grande expansão do capital fictício que finalmente colapsou quando a expansão do valor real não podia mais sustentá-la. Contudo, argumenta o autor que esses fatores desencadeantes não seriam causas; por trás delas haveria uma causa geral das crises: a lei da tendência decrescente da taxa de lucro. Atenta que isso não significaria que o setor financeiro e a magnitude do movimento do crédito não desempenhem papel nas crises capitalistas, mas, segundo Marx, o crescimento do crédito e do capital fictício sucederia precisamente para compensar a pressão da queda da lucratividade na acumulação do capital real. Se os capitalistas não conseguissem ter suficiente lucro produzindo mercadorias, eles tentariam ganhar dinheiro apostando no mercado de valores ou comprando outros instrumentos financeiros. Quando os preços das ações e de ativos financeiros sobem, há uma procura a ponto de criar a bolha, isso desde a crise das tulipas, em 1637.

Portanto, observa Roberts (ibid.) que, embora procurar causas seja uma atitude científica, dialeticamente, haveria causas de diferentes níveis, a última (essência) e a próxima (aparência). A crise de 2007/2008, como outras crises, possuiria uma causa subjacente baseada nas contradições entre acumulação de capital e a tendência de queda da taxa de lucro no capitalismo. Assim, para Roberts (2016a), se deve analisar para além da aparência dos eventos, para além das causas próximas, no sentido da causa essencial ou final. Reconhece, dessa forma, que o gatilho para cada crise pode ser diferente, que cada evento conjuntural pode ser diferente, tal como o colapso do mercado de ações, em 1929, o salto acentuado nos preços das *commodities*, no caso do petróleo, em 1974, e o *boom* imobiliário, em 2007. O local em que a expansão fictícia do capital se desenvolve, para Roberts (2018), seria onde a crise se inicia, portanto, o setor financeiro seria frequentemente onde a crise se iniciaria, ainda que o problema no setor produtivo fosse a causa. As teorias da crise em Marx, baseadas na desproporção entre acumulação e consumo, superprodução ou subconsumo, seriam alternativas fracas teoricamente e empiricamente inverificáveis. Conclui afirmando que a lei da queda tendencial da taxa de lucro pode não ser suficiente para explicar as crises, porém é necessária e, dessa maneira, pode ser vista como a causa subjacente ou final de crises recorrentes, que pode ser desencadeada por eventos próximos, tais como crise do preço do petróleo, bolha do mercado de ações, ou quebra do setor imobiliário, o que forneceriam as suficientes causas para as crises.

⁷⁵ Talvez essa seja uma referência própria a autores tais como Michael Roberts e Alan Freeman, motivo pelo qual analisarei, na sequência, esse outro economista.

⁷⁶ Roberts prefere caracterizar a crise nos anos de 2008/2009. Por questões que já abordei neste texto, manterei a referência dos anos da crise em 2007/2008.

Outro autor que acompanha a mesma linha de raciocínio é Alan Freeman, matemático e economista britânico que atuou sobretudo como professor na *University of Greenwich* e como economista na *Greater London Authority*, conhecida como prefeitura, um órgão de governança regional de Londres. É hoje aposentado e codiretor do *Geopolitical Economy Research Group, da University of Mantoba*, no Canadá. Publicou o livro *The Benn Heresy* (FREEMAN, 1982).

Freeman (2016) apoia o ponto de vista da explicação unitária, defendendo que a teoria da queda tendencial da taxa de lucro é a única explicação para o que ocorre hoje com o capitalismo. Relata que as discussões do século XX sobre os colapsos econômicos tendem a retratar a lei como uma prova de que não é possível se recuperar a taxa de lucro. Já um campo oposto tem buscado provar que tal taxa não pode cair, argumentando que, do ponto de vista empírico, a taxa de lucro cai na maior parte do tempo, porém, em determinado momento se recupera.

Para Freeman (ibid.), uma questão importante é por que e quando a transição entre a queda e a recuperação das taxas de lucro ocorre. Percorrendo uma breve análise sobre os economistas políticos, ressalta que Smith e Ricardo teriam se preocupado com as tendências de longo prazo, pois queriam saber se o capitalismo sobreviveria. Já Marx estaria também atento às tendências históricas, contudo, seria inequívoco afirmar que também existiriam consequências a curto prazo ou cíclicas. A conclusão de Marx seria de que o capitalismo produz crises e que essas se repetiriam, não podendo ser evitadas, e que os problemas daí surgidos se acumulariam e produziriam ameaças históricas de longo prazo à sua existência. Tais hipóteses seriam empiricamente verificáveis e amplamente reconhecidas como verdadeiras. Perceba-se, nesse ponto, que o critério de cientificidade utilizado por Freeman é o mesmo de Roberts, a saber, a comprovação empírica.

A questão então se centraria em saber se, ou em que medida, a lei da queda tendencial da taxa de lucro é a causa da crise. Atenta Freeman (ibid.) que a realização de uma ligação direta entre queda da taxa de lucro e as crises, de forma imediata, no sentido aristotélico, resultaria em grande confusão, pois a queda da taxa de lucro causa a crise por meio de outras contradições, sendo necessário separar as causas imediatas da crise da sua causa real subjacente. Marx reconheceria, nesse sentido, dezenas de causas imediatas da crise. Como se pode facilmente compreender, Freeman trabalha com a mesma ideia de Roberts com relação à existência de causas imediatas e essencial da crise. Tal formulação será importante para a análise das outras concepções que vou expor adiante.

Assim, retornando a Freeman (ibid.), esse ressalta que em Marx haveria uma teoria da crise baseada na lei da queda tendencial da taxa de lucro, porém, não reduziria tal teoria a um mecanismo, motivo pelo qual o filósofo reconhece dúzias de causas imediatas da crise. Uma lei⁷⁷, nesse sentido, estaria subjacente a tais mecanismos e a confusão estaria na compreensão de que as causas seriam exclusivas. As leis causais não seriam exclusivas; a prova de que o subconsumo é uma causa da crise

⁷⁷ Para Freeman (ibid.), tomando a definição do Dicionário Inglês Oxford, uma lei seria “um princípio teórico deduzido de fatos particulares aplicável a um grupo ou classe definida de fenômenos, e expressável pela afirmação de que um fenômeno específico sempre ocorre se determinadas condições estiverem presentes”. Marx teria a mesma concepção sobre a definição do que fosse uma lei, em consonância com a maior parte da filosofia.

não atestaria que a queda da taxa de lucro não possa ser e vice-versa. De qualquer modo, haveria uma determinação última, que, no caso de Freeman (ibid.), seria a lei da queda tendencial da taxa de lucro. Portanto, implicaria em uma confusão a ideia de que não existem relações entre as causas, posição defendida por Harvey e Kliman, a qual os levaria à defesa da multicausalidade. Tal confusão levaria a discutir, contemporaneamente, se algum fenômeno novo, como financeirização, neoliberalismo ou desigualdade, substituiu a taxa de lucro na década de 1980. Para Freeman (ibid.), tais causas só poderiam ser designadas como novas caso fosse empregado o critério da exclusão causal ou o da multicausalidade para proibir as causas gerais. A questão, então, seria investigar o que causou a financeirização ou o neoliberalismo. Em outras palavras, o debate questionaria se tais fenômenos se configurariam em causas alternativas da crise com relação à queda da taxa de lucro, ou se seriam eles próprios explicados por esta última.

No que concerne a tal questão, Freeman (ibid.) defende que a financeirização da economia e o neoliberalismo não seriam causas alternativas da crise, mas poderiam ser explicados pela queda tendencial da taxa de lucro e os ativos financeiros seriam exatamente a forma com que o dinheiro se acumularia nos tempos atuais. Portanto, o recrudescimento do neoliberalismo não seria uma solução para a crise, mas uma expressão política dos interesses materiais das classes rentistas que se tornaram proprietárias e gestoras do capital ocioso, o que caracterizaria uma consequência mórbida da queda tendencial da taxa de lucro e não um mecanismo alternativo para a crise.

Do ponto de vista dos dois autores aqui analisados, é possível afirmar que a defesa do fundamento da crise do capital em Marx se baseia no método em que se apoiam e que, por sua vez, mantêm determinada visão epistemológica e definições de ciência e lei científica. Comprovar, pois, cientificamente determinada lei, refere-se a demonstrações matemáticas e empíricas que, de alguma forma, se mostram superiores, do ponto de vista argumentativo, com relação a demais argumentações. Não obstante, ainda com as críticas que tracei à posição epistemológica dos autores, não se pode afirmar que suas concepções se enquadram em uma visão mecanicista do marxismo. Referem-se, antes, a uma defesa da lei da queda tendencial da taxa de lucro como explicação da crise para Marx e um debate com a desqualificação dos dados empíricos por eles coletados, assim como com os argumentos filológicos levantados por seus opositores.

3.2.3 RICCARDO BELLOFIORE E A ANÁLISE DA CRISE CONTEMPORÂNEA: LEI DA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO COMO METATEORIA DA CRISE E O MÉTODO RECONSTRUTIVO

Riccardo Bellofiore, italiano formado em direito, é professor de Economia Política da *Università degli Studi di Bergamo*. Um dos autores conhecidos da Itália no campo da economia, dedica-se aos estudos de macroeconomia e da história do pensamento econômico. Em 2010 organizou um seminário sobre Marx e a crise em seu departamento de *Scienze Economiche*, bem como foi coautor do livro

Re-reading Marx: new perspectives after the critical editon, em parceria com Roberto Fineschi, obra que tematizou os avanços dos novos estudos filológicos de Marx (BELLOFIORE; FINESCHI, 2009).

Para além do debate sobre mono e pluricausalidade, é possível encontrar uma formulação diferente em Bellofiore. Trata-se da defesa da unificação entre as várias teorias da crise em Marx, caracterizando a lei da queda tendencial da taxa de lucro como uma metateoria da crise e buscando reconstruir a própria teoria da crise com base no novo contexto histórico e econômico do capitalismo contemporâneo. Aponta duas principais interpretações contemporâneas sobre a crise que fazem referência a Marx, a primeira, que considera proveniente do marxismo ortodoxo, cuja interpretação da financeirização da economia se trata de consequência da queda tendencial da taxa de lucro e que se apoia na leitura de uma longa tendência à estagnação econômica do capitalismo iniciada nos anos 1960/70. Já outra interpretação, proveniente dos marxistas influenciados pelo keynesianismo e pelo neoricardismo refere-se à tendência da crise de realização ou de demanda insuficiente, ocasionada após a contrarrevolução monetarista dos anos 1980/90 que causou uma profunda mudança na distribuição de renda com a queda salarial, resultando uma insuficiência de consumo. Em ambos os casos, a crise atual estaria se formando há muito tempo e seria a crise de um capitalismo sufocado e agora perenemente estagnado (BELLOFIORE, 2010).

Bellofiore (ibid.), defende que, por outro lado, uma interpretação marxista da crise não pode ser desvinculada da queda tendencial da taxa de lucro, mas que essa deve ser interpretada como um tipo de metateoria da crise, que incorpora dentro dela as outras e diferentes teorias que se possam encontrar ou derivar de *O Capital*. A partir da análise de diversas teorias da crise atribuíveis a Marx, intenta integrar os vários pontos que se encontram nesse autor em um discurso unitário, por meio de uma leitura da queda da taxa de lucro que buscaria não ser mecanicista. Tal discurso se estenderia a um esboço histórico da longa dinâmica do capital. Para Bellofiore (ibid.), seu esforço não deveria seguir por meio do empenho puramente filológico e marxológico, mas pelo que denomina reconstutivo.

Por outro lado, Bellofiore (2016) defende, na perspectiva do unitarismo, incorporar a teoria financeira keynesiana à teoria marxiana para que se possa entender a atual crise capitalista. Porém, compreende que, para tal, as duas teorias, marxista e keynesiana, devem passar por revisões⁷⁸, uma vez que são determinadas historicamente. Assim, ambas precisariam ser historicizadas levando-se em conta as mudanças na teoria social e econômica, bem como as metamorfoses da realidade capitalista. Lembra que Minsky haveria retornado à Schumpeter para analisar o capitalismo por meio de uma abordagem em estágios, assim, propõe a mesma perspectiva com a releitura de Marx. Justifica que cada grande crise do capitalismo viria acompanhada de uma crise na teoria econômica.

Como se pode perceber, existe, desde o início, uma crítica e negação dos métodos utilizados por outros autores já aqui analisados, na tentativa de superação do debate. O método reconstutivo

⁷⁸ Toda revisão de Marx é sempre acompanhada de um perigo, qual seja, do abandono de suas teses principais, sobretudo a da luta de classes e a da necessidade de transformação radical da sociedade capitalista. É, por outro lado, tarefa árdua e que foge ao escopo deste estudo analisar até que ponto a defesa proferida por um autor aqui tratado é revisionista, ou, por outro lado, busca atualizar questões não colocadas à época de Marx e dar um caráter vivo à teoria marxista.

anunciado refere-se a uma reconstrução ou revisão, por assim dizer, da teoria marxiana com base nos novos contextos de crise capitalista. Argumenta Bellofiore (ibid.) que Marx buscou uma explicação para as crises que resultasse da lógica interna do capital e chegaria ao entendimento de que elas ocorreriam a partir de uma queda nos investimentos que derivaria de uma crise de lucratividade. Posteriormente, a questão seria transformada e passaria a ser a compreensão da recorrência das crises no que se refere à compressão da taxa de lucro e à explicação dos seus motivos. Marx então haveria proposto em seus manuscritos uma série de perspectivas diferentes as quais Bellofiore (ibid.) se coloca à disposição para reconstruir, a partir de um quadro unitário e coerente. Para esse autor (ibid.), a maior parte da investigação marxiana nos três livros de *O Capital* é realizada com base no pressuposto de que as mercadorias são vendidas no mercado pelo seu valor social ou pelo seu preço de produção, o que não seria muito distante do pressuposto de Keynes de que as expectativas de curto prazo de empresas são dadas para a sua plena realização.

Para Marx, a crise seria a explosão necessária e ao mesmo tempo a solução temporária das contradições do sistema capitalista (ibid.). Na busca por examinar as teorias da crise em Marx, Bellofiore (2010; 2016) inicia com a lei geral de acumulação de capital, contida no final do Livro 1 de *O Capital*. Segundo essa lei, a partir de uma composição constante de capital, um aumento do valor investido esgotaria o suprimento da força de trabalho, gerando o que seria a exaustão do exército industrial de reserva como consequência do ritmo e da estrutura de acumulação do capital, e se caracterizaria como sendo uma potência utilizada no processo de valorização. A crise surgiria devido a uma formação da composição de valor que cresceria mais rápido que a taxa de mais-valia.

Após essa primeira análise, passa para a apreciação da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Comenta que, para alguns autores, essa lei foi interpretada não apenas como razão da crise cíclica do capital, mas também como causa de uma queda secular de lucros em uma visão do capitalismo como de ondas longas. Compreende que uma tese como essa é controversa do ponto de vista textual, mas que, por outro lado, dificilmente as argumentações do tipo textuais são diretas no discurso marxiano sobre a crise, devido ao seu estágio incompleto que o deixa sujeito a tensões contraditórias, considerando-se o mesmo manuscrito. De qualquer modo, a leitura de longo período da queda tendencial da taxa de lucro não lhe parece ser totalmente sem fundamento. Contudo, argumenta que não seria possível deduzir tudo que envolve a crise à lei da queda tendencial da taxa de lucro, segundo a qual as contratendências seriam sistematicamente derrotadas, como compreende que Marx às vezes parece pensar (BELLOFIORE, 2010; 2016).

Um terceiro tipo de crise é descrito por Bellofiore (2010; 2016) como a crise de realização. Quanto mais a taxa de mais-valia fosse acrescida, mais reprimiria a tendência à crise por meio da queda da taxa de lucro e levar-se-ia à crise de realização. Comenta que o debate marxista tomou duas diferentes direções. Um lado, representado por Hilferding, teria destacado as desproporcionalidades ou desequilíbrios intersetoriais⁷⁹ entre oferta e demanda, devido à natureza planejada das economias

⁷⁹ Intersetoriais ou interdepartamentais tratar-se-iam do setor ou departamento produtor de meios de produção e do setor ou departamento produtor de meios de subsistência.

de mercado. O outro lado, considerado erroneamente de subconsumista, segundo Bellofiore (2016), sustentaria, tal como Kautsky, que a diminuição da parcela salarial dentro do novo valor se traduziria em uma diminuição da demanda efetiva. Uma versão mais sofisticada dessa posição seria a de Luxemburgo, a qual prevê que os investimentos líquidos seriam incapazes de compensar a diminuição do consumo, uma vez que a lucratividade a longo prazo de novos bens de máquinas dependeria de pontos de venda futuros, cada vez menos previsíveis.

Uma vez realizado o resgate de diferentes teses sobre a crise em Marx, Bellofiore (ibid.) volta-se novamente à tarefa de unificação das teorias, por meio do método reconstutivo. A visão da lei da queda tendencial da taxa de lucro enquanto uma metateoria envolveria não apenas uma integração entre subconsumo e as suas desproporções intersetoriais, mas também se caracterizaria enquanto uma teoria da crise que se originaria diretamente da relação social da produção dentro do processo imediato de valorização. Então, desse ponto, propõe partir para a análise das novidades da dinâmica capitalista do final do século XX e da nova forma de crise dos dias atuais. Inicia com a compreensão da queda tendencial da taxa de lucro como o pano de fundo para enquadrar o conjunto de crises de maneiras diferentes. Para tal crítica, nega uma queda mecânica e necessária da taxa de lucro, porém reconhece que seria possível que o crescimento da taxa de mais-valia fosse de fato menor do que o crescimento na composição do valor do capital.

Portanto, trata-se, para Bellofiore, não apenas de buscar uma teoria da crise em Marx, mas ao mesmo tempo de reconstruí-la, tendo em vista o caráter contemporâneo do sistema produtivo capitalista e suas crises. Ressalta que após a redação de *O Capital*, no final do século XIX, a economia capitalista teria entrado em uma grande crise – a Grande Depressão –, crise essa tipicamente caracterizada pela queda tendencial da taxa de lucro, com muito capital e pouca extração de mais-valia. O capitalismo reagiu com a formação de monopólios e com o taylorismo/fordismo, ou seja, com o incremento do capital fixo (máquinas), conjugado ao aumento da extração de mais-valia por meio do aumento de ritmo e controle do trabalho. Assim, o capitalismo saiu da crise do final do século XIX, porém, caiu em outra crise nos anos 1930, uma crise de superprodução na qual não se conseguia vender o que se produzia. Tratou-se esta última de uma crise mortal, que só foi superada com a II Guerra Mundial, com uma política keynesiana militarizada e de pleno emprego. Por outro lado, os salários e o bem-estar teriam crescido substancialmente apenas a partir dos anos 1960, impulsionados por um conflito social cada vez mais forte, na fase final da assim chamada era fordista-keynesiana (BELLOFIORE, 2010; 2016).

Já nos anos 1960/70 ocorreu uma terceira grande crise, caracterizada pelo conflito na distribuição e no processo de trabalho. Segundo Bellofiore (2016), a crise dessa forma de capitalismo, que amadureceu na segunda metade dos anos 1960 e explodiu no decorrer dos anos 1970, teria muitas causas, incluindo o ressurgimento do conflito interimperialista, a guerra no Vietnã, o aumento do preço das matérias primas, em particular o petróleo, entre outros. No entanto, em sua essência, haveria antes de tudo uma razão social a qual não poderia ser reduzida apenas à queda da taxa de lucro, em seu sentido estrito, ou à crise de realização. Teria sido a presença de um antagonismo na

extração da mais-valia que se originou diretamente no terreno da relação capital-trabalho na produção e que foi capaz de dar origem à compressão do salário relativo por pelo menos alguns anos. A saída dessa crise implicou no surgimento do neoliberalismo que ocasionou a fragmentação do trabalho e a inclusão da família dentro da financeirização do capital⁸⁰.

Contudo, defende que, da metade dos anos 1990 em diante, não se tratou mais do paradigma neoliberal, conforme já tratado na introdução deste trabalho. Atenta que a crise atual não poderia ser compreendida a partir da leitura realizada nos últimos 30 anos, que a catalogou com o vago rótulo de neoliberalismo. Haveria um acompanhamento igualmente original da inovação técnica e organizacional por uma inovação também financeira e política. Assim, haveria a ascensão de um novo capitalismo a ser compreendido. A subsunção formal do trabalho para as finanças haveria dado seus primeiros passos no final do século XIX e a explosão da dívida das famílias já teria sido parcialmente responsável pela eclosão da grande crise, já que parte dos trabalhadores estariam começando a economizar e concentrar suas aplicações em mercados financeiros. Já nos anos 1980, uma nova forma de primazia das finanças começaria a amadurecer, enraizando-se nos vinte anos precedentes (BELLOFIORE, 2010). Após 1980, a contrarrevolução neoliberal teria sido marcada por uma elevação da dívida pública e um corte nas demandas sociais e democráticas. Os cortes de impostos paradoxalmente haveriam transformado o Estado em um devedor permanente. O neoliberalismo não teria relação alguma com o liberalismo clássico, do *laissez-faire* (BELLOFIORE, 2016).

Baseando-se em Paul Sweezy – economista marxista – e Hyman Minsky – economista keynesiano –, Bellofiore (2010) salienta que a nova etapa capitalista, do século XX, teria como características o crescente papel do endividamento privado e das famílias, bem como estaria sujeita necessariamente à alternância entre euforia e pânico. Minsky haveria fornecido algumas sugestões interpretativas consideradas interessantes por Bellofiore (*ibid.*) e denominadas, por este último, como subsunção real do trabalho ao financiamento e à dívida. Argumenta que a visão do capitalismo asfíxiado, proveniente das leituras marxistas ortodoxas – baseada em visão tradicional da queda tendencial da taxa de lucro –, bem como keynesianas e neoricaridanas – na versão subconsumista – não dariam conta de explicar o surgimento de um capitalismo dinâmico em muitas áreas do planeta nos anos 1990, excetuando o Japão e a Europa. Uma característica dessa primeira fase do neoliberalismo seria o surgimento de pequenos acionistas e a emergência de consumistas endividados. Outra seria a centralização sem concentração⁸¹ que ocasionaram a transformação das condições de trabalho, um fenômeno inédito com relação ao modo imaginado por Marx, com fragmentações que levariam à inclusão do

⁸⁰ Para a síntese de Bellofiore dos vários momentos históricos e suas crises, pode-se recorrer a https://www.youtube.com/watch?v=c6J_upiW8I4&t=1622s, entre 20'03" e 24'15"

⁸¹ Para Marx (1985b), a concentração do capital refere-se ao aumento do seu volume, resultante da transformação em capital de parte da mais-valia. Tal aumento ocorre porque certos capitais individuais se acumulam mais depressa pelo ganho de seus lucros e pela reprodução ampliada em condições favoráveis. Já a centralização do capital diz respeito ao crescimento do volume do capital por meio da união de vários capitais em um único ou pela absorção de concorrentes. Tratar-se-ia, pois, de uma característica própria do capitalismo monopolista que opera nos dias atuais por estratégias tais como fusão ou aquisição de grandes corporações. Por outro lado, tratar-se-ia a centralização de um tipo específico de concentração, a "concentração de capitais já constituídos, supressão de sua autonomia individual, expropriação de capitalista por capitalista, transformação de muitos capitais menores em poucos capitais maiores" (p. 257).

trabalho dentro das finanças. A subsunção do mundo do trabalho à finança e à dívida não seria mais simplesmente formal, mas plenamente real.

No período de 1995 a 2007, surgiu a chamada *new economy* e a explosão da China. O desafio seria para Bellofiore (ibid.), portanto, formular uma leitura desse novo capitalismo que explicasse, ao mesmo tempo, sua ascensão e crise. Para esse fim, defende ser útil retornar à hipótese de instabilidade financeira de Minsky. O endividamento crescente seria antes de tudo privado e o desenvolvimento daqueles anos se deveria sobretudo ao consumo à base de dívidas contraídas pelas famílias, no caso norte-americano, considerando que os salários individuais reais permaneceram praticamente inalterados desde meados dos anos 1970. Nos anos 1990 e 2000, as inovações financeiras haveriam permitido que a dívida fosse adquirida a custos cada vez menores. Bellofiore (2016) afirma que o risco de outra crise como dos anos 2000 teria sido evitado com o retorno ao keynesianismo militar, após 11 de setembro, e depois a uma forma revisada do keynesianismo privatizado, impulsionado por bolhas de ativos. Esta segunda fase da bolha teria terminado rapidamente.

Bellofiore (2010) caracterizou a segunda fase do neoliberalismo como um keynesianismo financeiro privatizado no qual o crescimento da demanda de mercadoria, na economia real, dependeria da bolha nos preços da economia financeira e esta do comportamento complacente do Banco Central. Para o autor (2016), o novo papel do Banco Central seria o da administração e criação de liquidez para que o aumento contínuo dos valores dos ativos seguisse sem perturbações. No caso europeu, os títulos da periferia desempenhariam um papel para os bancos e finanças, sobretudo os franceses e alemães, semelhantes aos dos empréstimos *subprime* dos EUA.

O problema desse tipo de mecanismo seria que não é apenas instável, mas insustentável e, quando a insustentabilidade se manifestasse, retornaria com uma nova grande crise, nesse caso, na forma de uma grande recessão. Quando se passasse da fase da euforia à fase do pânico, os poupadores seriam forçados a regressar às dívidas e aumentar rapidamente a poupança. Enquanto até o ano de 2000 a especulação seria prevalentemente sobre o mercado financeiro, posteriormente se modificaria para o mercado imobiliário, sendo observadas novamente inovações no terreno financeiro e transformações no sistema bancário. Tais mecanismos incluiriam inclusive as famílias mais pobres no mercado financeiro. A crise financeira se tornaria, em um ano, uma crise real, primeiro nos EUA e depois no resto do mundo (BELLOFIORE, 2010). Avalia que as inovações financeiras teriam facilitado a dívida do consumidor. O processo teria separado o poder de compra da renda individual do trabalho. Os empréstimos teriam sido realizados pelos próprios indivíduos com base em hipotecas imobiliárias ou classificações de cartão de crédito, em grande parte, divorciadas da situação do mercado de trabalho (BELLOFIORE, 2016).

Dessa forma, Bellofiore (2010), conclui que as razões de fundo da crise não são nem só financeira, nem só real. Em vez disso, existe uma interação entre a reestruturação dos processos de extração de mais-valia, por um lado, e a inclusão subordinada das famílias no capital, por outro. Precarização e financeirização, as duas armas com as quais teria sido respondida a crise social dos anos

1960/70, haveriam produzido uma centralização sem concentração e uma subsunção real do trabalho para financiar e endividar os trabalhadores. No primeiro momento, teriam produzido um crescimento real, porém, depois, haveriam determinado o retorno da instabilidade e o fim desse modelo.

Assim, a defesa central de Bellofiore é de que, se o capitalismo passou por modificações, assim deve seguir igualmente o marxismo. Ao defender uma interessante tese de que não vivemos mais a mesma etapa neoliberal, preferindo denominá-la de keynesianismo financeiro privatizado, reivindica, de igual modo, uma leitura diferente das tradicionais no que se refere às crises capitalistas, o que o leva a traçar caminhos de reconstrução da própria teoria marxista, cotejando-a com outras tais como a keynesiana, método que denominou como reconstutivo. Do ponto de vista desse trabalho, é possível afirmar que Bellofiore, apesar de anunciar que buscaria tratar a lei da queda tendencial da taxa de lucro como uma metateoria que explicaria as crises, não o faz no âmbito restrito das formulações de Marx. Ao contrário, busca avançar, reconstruir ou revisar o marxismo com o auxílio de outras fontes teóricas, ou seja, entra em uma discussão diferente da proposta aqui, como já observado. É possível, por outro lado, afirmar que dialoga com as várias posições analisadas neste estudo, ainda que não busque atingir o mesmo objetivo dos autores aqui expostos, qual seja, de analisar a possibilidade de existência de uma teoria da crise em Marx.

3.2.4 HECTOR BENOIT E JADIR ANTUNES: A EXPOSIÇÃO DIALÉTICA DE O CAPITAL E A CRISE COMO SÍNTESE DA TOTALIDADE CONTRADITÓRIA DO CAPITAL

Uma particular obra merece ser analisada neste debate. Trata-se do livro *O problema da crise capitalista em O Capital de Marx*, dos brasileiros Hector Benoit e Jadir Antunes (2016). Benoit é filósofo e também professor do Departamento de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP). Dedicou-se aos estudos de filosofia antiga, com ênfase em Platão, como também ao tema do marxismo e da tradição dialética. Foi orientador de doutorado de Jadir Antunes e este, por sua vez, é economista, professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Antunes, dedicou-se, desde sua graduação, ao tema das crises do capital em Marx e o livro em coautoria com Benoit é fruto de sua tese de doutoramento.

Benoit e Antunes (2016) trazem uma importante contribuição ao debate sobre a crise em Marx, ainda que não se ponham a debater com os autores contemporâneos aqui tratados. Discutem, por outro lado, com os marxistas que construíram historicamente o debate sobre a crise, iniciado a partir da questão do colapso do capitalismo, como já foi apresentado na Introdução desse trabalho. Contestam, Benoit e Antunes (ibid.), a visão de causalidade da crise contida nos autores clássicos e reivindicam um critério formulado a partir da análise da exposição dialética de *O Capital*.

Examinando o debate instalado no século XX no interior do campo marxista, Benoit e Antunes (ibid.) afirmam que a discussão sobre causa ou causas da crise se assentaria em uma visão empirista e mecanicista, estranha à dialética marxiana. Observam que, de uma maneira geral, os autores buscaram

encontrar em *O Capital* uma passagem – canônica, nos dizeres deles – que explicitasse qual seria a causa principal, na visão de Marx, que levaria o capitalismo a entrar regularmente em crise. Acreditam que seriam três os principais fragmentos na obra marxiana buscados pelos autores para fundamentar suas defesas.

O primeiro fragmento encontrar-se-ia na seção terceira do Livro 2, na qual Marx estuda o problema da reprodução global do capital social, ou seja, o problema de como se distribui o trabalho global no capitalismo e de como se realiza a mais-valia global. Da leitura dessa seção, como já escrevi anteriormente, surgiria a interpretação de Tugán-Baranovski e Hilferding de que a causa das crises seria a desproporção interdepartamental. Da interpretação dessa mesma seção, Luxemburgo haveria concluído que a causa fundamental das crises seria o subconsumo, ou seja, a ausência de terceiras pessoas no esquema de Marx que realizassem a mais-valia destinada à acumulação (ibid.). Já o segundo fragmento estaria na seção terceira do Livro 3 que, como já bastante ressaltado, trata da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Benoit e Antunes (ibid.) citam Grossmann como um dos autores que consideram a queda da taxa de lucro média como causa da crise. E, o terceiro fragmento utilizado para explicar a crises do capital seria o capítulo XVII do Livro *Teorias da Mais-Valia*, no qual configuraria a noção causal da superprodução de mercadorias, quando Marx critica a visão de Ricardo sobre uma inadmissibilidade de uma crise econômica baseada na superprodução. Desse fragmento, teriam se servido autores como Kautsky para atribuir, à superprodução, a causa principal das crises no capitalismo.

Um dado interessante revelado na apresentação de Benoit e Antunes (ibid.) é que surgia, a partir daí, não apenas as tentativas de explicações da crise em Marx, mas o próprio debate sobre mono ou pluricausalidade. Revelam que Mandel, havia procurado fugir do que chamava de teorias monocausais da crise, ao elaborar uma explicação multicausal, a qual supostamente englobaria todas as causas isoladas em uma única formulação. Todavia, para Benoit e Antunes (ibid.), a explicação de Mandel também não encontrou acolhida em uma formulação sintética e dialética, na medida em que também trabalhou com a noção empírica de causa. Argumentam que Mandel se concentrou em conhecer os encadeamentos empírico-factuais da crise – seus ciclos econômicos – mais do que desvendar o seu conceito. Assim, a preocupação de Mandel se encerraria no aspecto conjuntural da crise como mostra em sua obra *O capitalismo tardio* na qual, por meio de uma suposta teoria causal dos ciclos de Marx, haveria elaborado a chamada teoria das ondas longas de contração e expansão da sociedade capitalista.

Continuam o exame dos autores ao citarem Sweezy, que segundo Benoit e Antunes (ibid.), persistiu no mesmo erro ao buscar compreender a crise em Marx a partir da noção empirista de causa. Sweezy, seguindo a linha da pluricausalidade, destacou a existência de dois tipos de crise, a primeira causada pela queda da taxa de lucro e a segunda pelo problema da realização da mais-valia. Para o primeiro tipo, o exame das causas das crises deveria ser realizado em termos das forças que operam sobre a taxa de lucro, enquanto para o segundo tipo a desproporção intersetorial caracterizar-se-ia sempre como uma possível causa da crise, quase certamente se tornando um agravante em todas as

crises, qualquer que seja sua causa básica. O subconsumo das massas estaria incluído nesse segundo tipo, uma vez que, para Sweezy, seria incorreto opor a desproporção ao subconsumo, já que este último seria um caso especial daquela primeira.

Para Benoit e Antunes (ibid.), o fracasso de todas as tentativas de encontrar uma explicação sobre as crises em *O Capital* explica-se pelo fato de que nenhum dos autores se propôs a expor o conceito de crise a partir da própria dialética expositiva dada por Marx a essa obra, ou seja, a partir do seu modo de exposição. Os autores marxistas do século XX teriam falhado ao tentar reconstruir, arbitrariamente, uma teoria causal e empírica sobre o problema da crise em Marx, ao buscarem descobrir qual seria a verdadeira causa das crises, ou em qual passagem de *O Capital* teria sido melhor exposta ou estaria de forma mais completa, desviando, dessa forma, do âmago do problema.

Benoit e Antunes (ibid.) discordam também da tese da ausência de uma teoria da crise em Marx exposta em *O Capital*. Examinando o livro de Rosdolsky (2001), consideram que este, ainda que possuindo uma inspiração dialética, não teria igualmente logrado sucesso na explicação da teoria da crise em Marx. Argumentam que, para Rosdolsky, Marx não chegou efetivamente a desenvolver uma teoria sistemática e completa sobre a crise, uma vez que tal discussão estaria no planejamento dos três últimos livros de 1857, os quais estavam destinados a serem desenvolvidos posteriormente a *O Capital*, prosseguimento esse que não ocorreu. Para Benoit e Antunes (ibid.), Rosdolsky, ao afirmar que Marx haveria excluído de *O Capital* o tema da crise ocasionada pela alternância dos ciclos industriais, confunde o conceito de crise com as suas manifestações empíricas e ordinárias, caso dos ciclos industriais, o que o leva a uma falsa teoria da lacuna.

Apesar de Rosdolsky avançar, em alguns pontos, na compreensão do problema da forma de exposição de *O Capital*, reflexão ausente na ampla maioria dos estudiosos da obra e do tema da crise, pensamos, ao contrário dele e de toda a bibliografia sobre o tema, que a aparente ausência de uma teoria sistemática sobre a crise do capital deve ser pensada a partir do desenvolvimento dialético dos próprios planos de exposição projetados por Marx entre os anos de 1857 e 1866 (ibid., p. 23).

Outro autor destacado por Benoit e Antunes (ibid.) por defender a teoria da lacuna é Mandel, o qual defende que Marx não haveria deixado uma teoria das crises completa, havendo a necessidade de se recorrer a contribuições contidas em *Teorias da Mais-Valia*, em artigos sobre crises econômicas da época e em correspondência a Engels; as observações de Marx sobre o ciclo industrial e as crises de superprodução estariam dispersas em vários de seus textos e cartas e, no caso de *O Capital*, estariam expostas nos livros segundo e terceiro. A essas observações, Benoit e Antunes (ibid.) argumentam que, para Mandel, a questão do conceito de crise se identificaria com a questão do momento empírico dela.

Da mesma maneira, outro autor destacado é Sweezy, o qual também afirma que na obra de Marx não se encontraria um tratamento completo ou sistemático da crise. Encontrar-se-iam nele os mesmos erros de Mandel, ou seja, o de identificar a teoria dos ciclos econômicos com a teoria da crise e não compreender o problema da exposição dialética. Para Benoit e Antunes (ibid.):

É esta falsa teoria da “lacuna” que está na base dos erros de todas as tentativas do século XX de reconstruir arbitrariamente, desconhecendo-se o caráter imanente e dialético do conceito de crise em *O Capital*, uma teoria causal e empírica sobre o problema da crise (p. 21).

Uma questão que poderia ser realizada a partir dessas argumentações de Benoit e Antunes (ibid.) é se a crítica à assim denominada por eles de falsa teoria da lacuna caberia para autores contemporâneos, assim como Heinrich que, como apresentei já neste capítulo, também defende em certo ponto a inexistência de uma teoria da crise em Marx lançando mão dos argumentos obtidos pela recuperação filológica. Diferentemente de Rosdolsky, Heinrich não utiliza trechos marxianos contidos exclusivamente em seus textos publicados, mas os amplia com anotações, estudos e cartas, buscando recriar o contexto no qual Marx tomou suas decisões teóricas. Por outro lado, é possível argumentar que Heinrich não seguiu a linha de reconstituição do método de exposição de *O Capital*, como fizeram Benoit e Antunes.

Retomando a análise de Benoit e Antunes (ibid.), esses defendem que em Marx há uma exposição de sua teoria da crise do capital, contudo, tal teoria não estaria explícita empiricamente em uma ou outra parte de algum texto específico ou de alguma passagem de *O Capital*, tampouco em uma soma aritmética das passagens. A teoria da crise estaria desenvolvida em todo percurso dialético-expositivo de *O Capital*, iniciando-se a se explicitar logo nas primeiras páginas do Livro 1 e se encerrando nas páginas do Livro 3. Defendem, assim, a busca de uma compreensão da totalidade, na qual a concepção de crise em Marx coincidiria com o próprio conceito de capital. Defendem que a aparente ausência de uma teoria sistemática sobre a crise do capital deve ser superada a partir do desenvolvimento dialético dos próprios planos de exposição projetados por Marx entre os anos de 1857 e 1866, envolvendo todas as categorias contidas em *O Capital*, desde a circulação simples, passando pela acumulação originária e atingindo finalmente a noção plena de crise, enquanto resultado. Tratar-se-ia, pois, de superar o domínio meramente analítico e encontrar um modo de exposição que, de forma imanente, se mostrasse analítico e sintético ao mesmo tempo, ou seja, à forma dialética superior. Marx, portanto, haveria superado as formas empíricas de suas investigações e as elevado à exposição dialética.

Assim, propõem uma análise dessa obra com base na noção de modo de exposição, em contraposição à noção de causalidade da crise. Nesse ponto, confrontam muitos dos autores históricos e contemporâneos que discutem o tema das crises em Marx, como já evidenciado até aqui. Lembram Benoit e Antunes (ibid.) que, para o Marx, a exposição dialética seguiria o caminho de se elevar do concreto indeterminado (pressuposto) ao abstrato que retornaria ao concreto (posto), concreto esse desenvolvido pela lexis e pelo pensamento (ibid.). Portanto, conquanto o conceito de crise seria inseparável do próprio conceito de capital, sugerem os autores que o estudo do primeiro implica, necessariamente, no estudo do outro, o que os leva a propor uma análise dialética do conceito de crise ao mesmo passo que realizam uma análise do desenvolvimento do conceito de capital na obra magna de Marx.

Refazem, dessa maneira, o percurso dos três primeiros livros de *O Capital*, argumentando que o quarto livro seria uma espécie de apêndice, no sentido externo à própria estrutura dialética da obra. Com relação ao trajeto expositivo encontrado, partem de 4 considerações a saber: a) os dois primeiros livros possuem como objeto o conceito mais genérico e mais abstrato de certos momentos do movimento do capital e somente no Livro 3 que a sociedade capitalista seria concebida com todas as suas determinações, provocadas pela pluralidade de capitais e pela concorrência; b) nos dois primeiros livros, portanto, a análise do conceito de crise também ocorreria de modo mais puro e abstrato, convertendo-se a crise em realidade plena somente no Livro 3; c) nos dois primeiros livros a concorrência teria sido abstraída da exposição porque ela não funda as leis e tendências gerais da sociedade capitalista, mas apenas converte tais leis em realidade; e, d) no Livro 1 e 2 analisar-se-iam de modo formal a abstrato, respectivamente, as leis da produção da mais-valia enquanto tal e as condições puras e idealizadas para a realização da mais-valia global, enquanto no Livro 3 analisar-se-ia a distribuição dessa mais-valia global já produzida e realizada entre a pluralidade dos capitais individuais.

Nesse sentido, uma exposição dialética do conceito de capital e de crise deveria ser dividida em três grandes momentos: o primeiro, o qual abrange a exposição de contradições mais genéricas e potenciais contidas no Livro Primeiro; o segundo momento, no Livro Segundo, no qual se realiza a exposição das contradições potenciais contidas na circulação, já com as determinações obtidas no Livro Primeiro; e, o terceiro momento, formado pelo Livro Terceiro, no qual produção e circulação são finalmente unificadas e se analisa a conversão em realidade de todas as contradições descritas anteriormente (ibid.).

Iniciam, assim, Benoit e Antunes (ibid.) pela análise da exposição do Livro 1. Ressaltam que nesse livro parte-se da contradição entre valor de uso e valor de troca, quando ainda não se expõe a luta de classes (caráter concreto das relações econômicas) e vai se caminhando em direção da análise cada vez mais determinada e concreta das categorias da sociedade capitalista, tais como valor de uso e valor, substância e forma do valor, trabalho abstrato e trabalho concreto, dinheiro, produção de mais-valia, acumulação de capital e acumulação originária, esta última quando a luta de classes já aparece abertamente.

A Seção I desse livro, que trata da análise e crítica da circulação simples de mercadoria (M-D-M), é caracterizada pelos autores (ibid.) como um começo puramente formal, abstrato e positivo da exposição. A possibilidade da crise surgiria quando o dinheiro não aparece mais como simples meio de circulação, mas na função do dinheiro na forma de meio de pagamento, ou seja, dinheiro enquanto capital, cujo momento da venda e o momento da realização do valor da mercadoria podem se separar temporalmente, por exemplo, na função de meio de pagamento nas compras a prazo. Ou seja, o produtor pode alienar sua mercadoria sem receber imediatamente em troca o dinheiro correspondente, vindo a ter somente uma promessa de pagamento futuro. Vender a mercadoria para quitar a dívida contraída se tornaria, portanto, o fim do processo. Contudo, se o comprador não conseguir vender sua mercadoria, não seria capaz de quitar sua dívida junto ao credor, podendo ir à falência e arrastar junto uma série de outros

produtores que estariam ligados a ele. Tratar-se ia da possibilidade de uma crise de insolvência. Essa crise é chamada por Marx de crise monetária e se tornaria cada vez mais efetiva com o sistema de crédito e dinheiro atuando na forma de meio de pagamento.

A partir da seção II – análise e crítica das contradições da fórmula geral do capital ($D - M - D'$), quando as classes sociais não estivessem mais pressupostas, mas inteiramente evidenciadas pela exposição, surgiriam novas e mais determinadas possibilidades de crise. Seria, ao mesmo tempo, o primeiro momento negativo e crítico da exposição. Já as seções III a VI – análise e crítica das relações de produção na fábrica capitalista – apresentariam o segundo momento crítico e negativo da exposição e a primeira negação determinada do começo. A crise apareceria como uma crise que nasce das relações antagônicas entre capital e trabalho e capitalista e trabalhador. A Seção VII – análise e crítica do processo global do capital – se caracterizaria na repetição sem fim de todo processo anterior e unidade sintética de todos os momentos da circulação com o da produção e reprodução do capital. Nela, a crise apareceria em suas formas mais concretas e explosivas do que nas seções anteriores. No capítulo XXIV – a acumulação originária – quando se revelaria o princípio fundador do capital e das tendências gerais da sociedade capitalista, ter-se-ia o momento da negação da negação. Nessa última seção do Livro 1, a crise seria resolvida e abolida pela tomada do poder pelo proletariado e pela instauração de uma economia socialista planificada.

Na avaliação de Benoit e Antunes (ibid.), da aparente unidade e ausência de crise entre as classes na primeira seção do Livro 1 de *O Capital*, chega-se, na última seção, finalmente, à crise absoluta da sociedade capitalista e à luta de classes com toda a sua força e atualidade. A exposição avançaria, dessa forma, negativa e gradualmente do começo abstrato e indeterminado do mercado a níveis cada vez mais profundos, complexos e determinados da realidade. No Livro 2, haveria um avanço no grau de concretude, porém, os autores (ibid.) o caracterizam como um livro ainda com um alto grau de abstração. Estaria dedicado à análise das contradições do processo de circulação e realização da mais-valia e o avanço com relação ao livro anterior se mostra porque parte das conclusões alcançadas por este último. Não se limitaria, pois à abordagem dos atos de compra e venda, mas partiria à análise e exposição do conteúdo desses atos. É dividido em três seções: a primeira – compreendendo os capítulos I a VI – que analisa as contradições nas metamorfoses do capital e seu ciclo; a segunda – dos capítulos VII a XVII – que analisa as contradições existentes na rotação do capital; e, a terceira – capítulos XVIII a XXI – que analisa as contradições contidas na reprodução global do capital social.

Na primeira seção, já no começo do Livro 2, se defrontam compradores e vendedores de mercadorias muito bem determinados, o trabalhador vendendo força de trabalho e o capitalista vendendo dinheiro. A possibilidade de uma crise e interrupção brusca da reprodução do capital surgiria, nesse livro, da possibilidade de uma forma funcional – por exemplo, o dinheiro ou a mercadoria – não se converter na forma seguinte – nova mercadoria – com a mesma regularidade e velocidade habituais. Então, todo processo cairia por terra e a crise tornar-se-ia possível. Nessa seção, configuraria ainda a possibilidade de uma crise por excesso de produção, proveniente da contradição existente

entre produção em massa e consumo individual. Na segunda seção, apontar-se-ia a possibilidade de o colapso do processo de produção no caso de o valor das mercadorias sofrer uma brusca e violenta mudança durante o processo de realização do valor, já que o capitalista individual não conseguiria realizar o valor integral das mercadorias. Outra possibilidade de crise seria apontada a partir da contradição entre demanda e oferta; a demanda capitalista seria sempre menos desenvolvida do que a oferta de produtos (ibid.).

Por último, na terceira seção do Livro 2, haveria uma modificação na forma expositiva de *O Capital*. Se nas seções I e II a análise haveria partido de um capital individual agindo em sua forma pura, autonomizada do capital em geral, na seção II buscar-se-ia analisar a reprodução do capital enquanto capital global, ou seja, do capital enquanto capital social. Benoit e Antunes (ibid.) observam que, nessa seção, ainda haveria a manutenção de um alto grau de abstração, tais como: a troca de produtos por seu valor individual, com a manutenção dos preços estáveis durante o processo, sem considerar as possibilidades de revoluções de valor que possam ocorrer; a abstração da depreciação do capital fixo e do comércio exterior; a inexistência de nações não capitalistas, de classes sociais além das duas fundamentais da sociedade capitalista, do Estado ou do governo interferindo nas relações de troca entre os diferentes departamentos de produção; e, a não consideração do progresso técnico. Entretanto, desse ponto em diante o capital social seria analisado em suas diferenças internas enquanto capital produtor de meios de produção – departamento I – e capital produtor de meios de consumo – departamento II. Os esquemas e condições para a reprodução do capital social seriam, na opinião dos autores (ibid.), inteiramente abstratos e serviriam apenas para demonstrar condições ideais e perfeitas para uma acumulação de capital ininterrupta e sem crises, até que a possibilidade de uma separação violenta entre produção e consumo provocada por uma distribuição desproporcional do trabalho social entre todos os ramos da produção se configurasse. Como já apresentado, para Benoit e Antunes (ibid.), os problemas da distribuição do trabalho global e da realização da mais-valia global tratados nessa seção deram origem a várias interpretações – causais – sobre a crise em Marx.

Para Benoit e Antunes (ibid.), nos esquemas de reprodução social do capital da seção III do Livro 2, o capital ainda seria analisado como sendo um único e imenso capital que domina toda a sociedade, portanto, ainda é visto como abstração, ou seja, como universalidade indiferenciada. Assim, desde o Livro 1, no qual foi analisada a forma-mercadoria do produto e suas contradições, até o Livro 2, em que se analisou a reprodução do capital social, haveria um alto grau de abstração que só poderia ser superado a partir de um aprofundamento do capital em sua existência real, como pluralidade de capitais individuais autônomos, independentes entre si, em meio à livre-concorrência. Somente a partir desse aprofundamento é que se poderia ver a crise do capital em sua realidade concreta. Salientam que as contradições mais abstratas dos dois primeiros livros de *O Capital* não estariam ainda verdadeiramente resolvidas e que, por outro lado, o Livro 3, contudo, não se ocuparia em mostrar como tais contradições seriam finalmente resolvidas, mas, ao contrário, como são impossíveis de serem solucionadas pelo capital e como explodiriam violentamente na forma de crise.

Assim, chegam Benoit e Antunes (ibid.) à análise do Livro 3, o qual trataria das contradições do processo total da produção capitalista. O livro divide-se em 7 seções, das quais os autores (ibid.) se ocuparam em analisar as três primeiras. A primeira seção exporia as contradições da transformação da mais-valia em lucro e da taxa de mais-valia em taxa de lucro; a segunda, as contradições da transformação do lucro em lucro médio; e, a terceira, a lei da queda tendencial da taxa de lucro e a conversão da queda em crise. Nesse livro, o grau de abstração dos livros anteriores seria substituído pela análise das categorias concretas da superficialidade burguesa. Tratar-se-ia de desvendar os mistérios que encobrem a distribuição da mais-valia entre a multiplicidade concreta dos capitais individuais. A generalidade do capital social, pautada no Livro 2, seria substituída pela análise de sua multiplicidade concreta, considerando a individualidade concreta do capital e a oposição conflituosa entre as múltiplas facções isoladas e autonomizadas do capital social. Tratar-se-ia, em uma frase, da análise da pluralidade contraditória do capital.

Na primeira seção do Livro 3, se apresentaria uma batalha teórica com os economistas clássicos para evidenciar que, se a mais-valia aparece na percepção do capitalista como algo criado na esfera da circulação, a forma lucro para ele não é vista na perspectiva da exploração do trabalho; são apagadas, portanto, as diferenças internas entre o capital constante e o capital variável. Já para Marx, a forma lucro seria uma forma transmutada da mais-valia, portanto, uma forma em que sua origem e o segredo de sua existência seriam velados e apagados, o que faria Ricardo a tomar o lucro e a taxa de lucro como dados e, assim, não encontrar neles problemas a serem resolvidos. Então, nessa seção, Marx empenhar-se-ia em demonstrar que a taxa de lucro é formada mediante a relação entre a magnitude global da mais-valia e a magnitude global do capital, deixando para desenvolver, na seção II, o modo como se estabeleceria a taxa de lucro média válida para todos os capitais individuais que estariam no mercado (ibid.).

Portanto, na seção II, a exposição centrar-se-ia no estabelecimento da taxa de lucro geral. Segundo Benoit e Antunes (ibid.), o pressuposto abstrato de que as mercadorias são vendidas por seus valores individuais teria sido fundamental para Marx esclarecer a origem da mais-valia a partir das relações internas entre capital e trabalho, contudo, a essa altura seria abandonado, para, a partir dele, explicar a compra e venda de mercadorias por um preço que difere de seu valor individual. Evidenciaria Marx, nessa seção, que o preço de produção seria o preço de custo da mercadoria somado à massa de lucro médio, o que pressuporia a existência de uma taxa média de lucro. Demonstrar-se-ia que, na concorrência, os capitais com composições orgânicas diferenciadas teriam a geração de mais-valia igualmente diferenciada e, paradoxalmente, a composição orgânica mais elevada, com menor massa de mais-valia, seria a que mais abocanharia mais-valia advinda de seus concorrentes, ou seja, teria a maior parcela de mais-valia extra. Em outras palavras, na concorrência intercapitalista, o incremento tecnológico – investimento em capital constante – gera o maior lucro para o capitalista individual que investe em capital constante. Contudo, como todos os capitais se movimentariam na mesma direção da elevação da composição orgânica, a taxa média de lucro que se forma a partir da concorrência seria uma taxa em queda tendencialmente crescente.

Finalmente, chegar-se-ia, na seção III, à análise da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Uma vez que a explicação em Marx sobre essa lei já foi apresentada neste trabalho, suprimirei tal empenho e focarei na análise da sua exposição em Marx feita pelos dois autores. Para Benoit e Antunes (ibid.), a análise de Marx deveria ser concebida como uma crítica direta a Ricardo, qualificado como o maior de todos os economistas burgueses. Seria no sentido de crítica dialética – de sínteses – que dever-se-ia ser pensada essa seção, bem como o conjunto dos três livros de *O Capital*. Nesse sentido é que os autores classificam como um absurdo a tentativa de buscar uma teoria em Marx para as crises do capital baseadas na noção de causa nessa terceira seção: “Marx não está aqui construindo uma teoria científica sobre as crises do capital. Ele está, sobretudo, construindo uma crítica às falsas concepções de Ricardo e da Economia Política aos fundamentos da sociedade capitalista” (p. 97-98). A partir desse argumento reforçam que a queda tendencial da taxa de lucro não pode ser compreendida como uma causa da crise, mas como uma expressão concreta e determinada e como figura mais visível à percepção sensível dos agentes da sociedade, as insolúveis contradições do capital e deste com a classe trabalhadora. A queda na taxa de lucro seria uma forma mistificada de manifestação da crise, sua forma mais visível, aparente e fetichizada; de modo algum, sua causa. Perceba-se que, com essa formulação, os autores não apenas discordam que a queda tendencial da taxa de lucro seja a causa da crise, mas também que seja sua essência ou fundamento. Apesar de os autores compreenderem que o Livro 3 apresenta, com relação aos dois primeiros, elementos concretos e complexos da relação capital, sobretudo mediada pela luta de classes, não se trata, para eles, de encontrar na exposição da queda tendencial da taxa de lucro o elemento sintetizador da teoria da crise em Marx.

Concluem, pois Benoit e Antunes (ibid.), que a sociedade capitalista não entraria periodicamente em crise porque produz demasiada riqueza acima das necessidades totais da humanidade, mas porque periodicamente se produziria demasiada riqueza em suas formas antitéticas. A superprodução capitalista seria sempre uma superprodução em relação à demanda com capacidade de pagamento e nunca uma produção que cresceria acima das necessidades sociais. Nesse sentido, seria também sempre subprodução, já que, mesmo nas fases de prosperidade, a maioria dos membros da sociedade seguiria necessitando dos mais elementares meios de subsistência. Portanto, as crises capitalistas não surgiriam de uma ou outra contradição particular, da superprodução relativa ou absoluta, das desproporções, do subconsumo ou da queda da taxa de lucro, mas da totalidade contraditória e explosiva do capital. Ao mesmo tempo, a queda tendencial da taxa de lucro não poderia ser vista como uma possível causa das crises, a qual existiria ao lado de outras, também possíveis em princípio, mas deveria, do ponto de vista de uma exposição dialética, ser concebida como a forma mais complexa e desenvolvida das múltiplas e parciais determinações contraditórias anteriores, ou seja, a síntese das contradições potenciais, formais e abstratas expostas no Livro Primeiro e Segundo.

A análise de Benoit e Antunes (ibid.) é *sui generis* no que diz respeito à discussão sobre a mono ou pluricausalidade da crise. Para eles, não se trata nem de uma, nem de outra posição, pois, ao negar as duas posições, buscam elaborar o que seria a sua síntese, qual seja, de que, em

Marx, uma teoria sobre as crises surgiria sobretudo a partir de uma totalidade dialética, síntese de múltiplas determinações. Concordo com o argumento de Benoit e Antunes (ibid.) de que a aparente ausência de uma teoria sistemática sobre a crise do capital em Marx deve ser analisada a partir do desenvolvimento dialético dos próprios planos de exposição projetados por ele. Não obstante, tal análise merece ser elaborada conjuntamente com o exame das condições históricas da época, que implicaram nas decisões pessoais de Marx e de Engels para suas investigações, exposições e editorações da crítica à economia política. Na próxima seção, apresentarei as conclusões do estudo e perspectivas futuras de investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste estudo, fiz a opção por apresentar algumas considerações finais, além das habituais conclusões. Compreendo que, como já ressaltado, este trabalho não é apenas uma investigação que empreendi, mas uma síntese, por assim dizer, do trabalho que venho realizando em minha trajetória acadêmica.

Início descrevendo o que aprendi, nesses anos, sobre os marxismos. Não existe um só marxismo, mas interpretações que se guiam por meio de diferentes pontos de vista políticos. Trata-se do próprio método de apreensão da realidade para este referencial teórico-metodológico. O marxismo, dito dessa forma, é uma abstração. Ao passo que avançamos nossa apreensão nesse campo teórico, encontramos diferenças, divergências que, contudo, se mantêm em um limite em que se pode dizer que se identifica essa referência teórica. Tratar-se-ia aqui do marxismo em seu plano concreto, com várias mediações teóricas e táticas diferenciadas no trato político.

Certamente que a leitura marxista que faço é mediada por vários contextos, sobretudo da minha formação e experiências, desde o final do século XX até os dias atuais. Como redigi na apresentação desta obra, o tema da crise sempre me acompanhou de perto nesta jornada, motivo pelo qual decidi aqui investigar em que se baseiam as divergências marxistas em torno do tema. Antes de compreender quais das posições teria a razão com relação a essa temática, pude constatar que as divergências eram resultado de caminhos metodológicos para a defesa de cada uma delas, caminhos esses, por sua vez, orientados por diferentes visões epistemológicas. Portanto, o empenho em analisar as teses acerca do tema da crise em Marx se transformou, para mim, no empenho em desvelar os caminhos utilizados por cada autor para a formulação de suas argumentações. Como escrevi, no capítulo 3: “Do ponto de vista da minha pesquisa, posso concluir que descobertas (defesas) – nesse caso os pontos de vista acerca do fundamento da crise e Marx – e método se mostram intrinsecamente relacionados” (p. xxx). Mas, enfim, quem teria a posição acertada? Tal questão não se responde apontando um dos autores analisados.

O debate entre mono e pluricausalidade da crise trouxe essa exata compreensão, se pensarmos que uma posição se trata da negação da outra. Esta pesquisa levantou argumentos que questionam cada uma das posições. Por exemplo, no que tange à posição de monocausalidade defendida por Roberts e Freeman, devo reconhecer a importância dos dados empíricos e a concordância da prova histórica do decréscimo mundial da taxa de lucro. Contudo, se a busca do critério para sustentar a centralidade da lei da queda tendencial da taxa de lucro é por meio da comprovação empírica, Harvey está correto em observar que, ainda que se mostre correta do ponto de vista matemático, não se pode comprovar, por si só, que é a única razão ou mesmo a central para a explicação das crises. Por outro lado, o relativismo da posição de pluricausalidade coloca as causas das crises espalhadas de

forma fragmentária por Marx em toda sua obra. Heinrich chega a defender a própria inexistência de uma teoria sobre a crise nos textos marxianos. Demandar-se-ia um exame do ponto de vista dos textos originais que agora estão sendo divulgados pela nova edição crítica da MEGA para podermos confrontar, na fonte, essa visão, contudo, tal afirmação faz parecer que Marx ainda se encontrava tateando o problema teórico da crise quando na fase de organização dos Livros 2 e 3 de *O Capital*.

Assim, conforme avancei no estudo dos argumentos das duas posições que se polarizavam, compreendi que talvez tivesse que me dedicar à busca de outras posições que pudessem colocar a questão para além dos limites entre mono e pluricausalidade da crise. Nesse sentido, chamou-me a atenção a posição de Bellofiore, ao anunciar a tomada da lei da queda tendencial da taxa de lucro como uma metateoria, em tentativa de unificação entre várias teorias da crise em Marx. Não obstante, não encontrei elementos suficientes em sua análise que pudessem caracterizar aquela lei enquanto síntese ou totalidade das teses em Marx. Ainda, para tal empenho, Bellofiore utiliza-se de outros referenciais, sobretudo o keynesiano. Tratou-se, pois, de uma própria reconstrução da teoria marxiana, com base em diálogo com outras teorias e com o contexto contemporâneo das crises. Dessa forma, como afirmei no capítulo anterior, concluo que tal abordagem escapa da temática por mim investigada, inserindo-se na discussão sobre revisão ou atualização do marxismo.

Por fim, cheguei ao trabalho de Benoit e Antunes, que também discute para além do debate entre mono e pluricausalidade. Convenceu-me o argumento de que a busca nos textos de Marx sobre a teoria da crise deveria ser acompanhada pela análise da exposição dialética do capital, contida na principal obra daquele autor. É igualmente interessante o argumento que se difere dos autores que buscam um sentido causal para crise, procurando apreender, ao contrário, seu sentido dialético, de totalidade e de síntese de múltiplas determinações. Suas defesas dialogam com muitos autores que analisei neste estudo, porém, Benoit e Antunes não se colocam à tarefa de realizar um debate direto com tais autores.

Parece-me que essa é uma tarefa importante, posto que, desde a publicação dos três livros de *O Capital*, muito se avançou no que se refere aos estudos sobre os planos investigativos de Marx – expostos aqui no segundo capítulo – bem como em seus manuscritos, anotações, estudos, cartas e outros materiais, por meio do trabalho filológico – exposto no primeiro capítulo. Seria necessário atualizar as análises desses dois brasileiros junto às novas argumentações, seja no plano da filologia, como da empiria, ou da contextualização histórica. Por exemplo, o que diriam sobre o argumento da editoração de Engels de dois dos livros de *O Capital*? E dos vários estudos de Marx acerca da crise somente agora publicados? Ou do cotejamento das atuais crises com a percepção de Marx delas, já na sua época? Parece, portanto, que minha pesquisa, apesar de dar razão à posição dos dois autores, não possui uma visão conclusiva sobre o debate.

Por outro lado, compreendo que as análises aqui apresentadas possuem diversos limites. O primeiro deles é que não leio alemão. Ao me guiar bastante pelas traduções para o inglês, Bellofiore e Fineschi (2009) me chamaram a atenção quando expuseram que, a despeito da difusão da língua

universal inglesa, uma das barreiras para os recentes estudos é o fato de que os pesquisadores marxistas não conhecem muito bem a língua alemã. Assim, os debates, desde os anos 1970, dos estudiosos alemães a partir dos originais de Marx não chegaram ainda no Brasil. Por exemplo, Fineschi (2008) dedica uma parte de seu estudo à apresentação de tais debates, apresentando os principais veículos de publicação ligados ou não ao projeto MEGA. Já outros textos, recém-publicados pela nova edição crítica, necessitam ser lidos no original.

A própria discussão dos recentes estudos filológicos não tem chegado com força no Brasil. Ademais, a seção II da MEGA, com todos os manuscritos concernentes ao trabalho de Marx e Engels para a elaboração de *O Capital*, desde 1857 a 1890, foi a única seção já terminada, mas somente em 2012, ou seja, o exame de toda sua extensão ainda não foi realizado amplamente. Existem textos recém-lançados e que ainda serão lançados. A seção IV encontra-se bastante incompleta, como mostrou o quadro que preparei no capítulo 2. E, ainda, a discussão sobre para onde caminhariam os estudos de Marx parecem estar apenas no início:

[...] Marx deixou numerosos excertos e livros que havia lido sobre uma variedade de assuntos. Ainda não está claro se Marx fez todos os seus estudos em vista de uma revisão do *Capital*, ou se o *Capital* foi mais um ponto de partida a partir do qual ele iniciou mais pesquisas, embora ele possa ter perdido de vista seus objetivos originais no processo (ROTH, 2012, p. 33, tradução nossa).

Na visão de Roth (ibid.), essa questão talvez seja respondida, se um dia for, quando todos os excertos de Marx forem publicados. Por outro lado, há publicações que não foram avaliadas neste trabalho e que poderiam ser indicativas para uma futura pesquisa, por exemplo, o volume 14 da seção IV da MEGA – Excertos, recortes de jornais e notas sobre a Grande Depressão (livros de crise). Novembro de 1857 a fevereiro de 1858 (Crise Econômica Mundial de 1857)⁸² – lançado em 2017, o qual teve como um dos colaboradores Michael Heinrich, conforme destaquei no capítulo 3. Esse volume trata diretamente do material de Marx a respeito da crise de 1857 que foi importante para dar início à sua exposição da crítica da economia política. Segundo o sítio da Berlim-Brandenburg Academia de Ciência (BBAW)⁸³:

O volume contém os três inéditos “Livros da Crise” de Marx com trechos, recortes de jornais e notas, que foram criados em 1857/1858 durante a primeira Grande Depressão. A coleta de documentos materiais da investigação empírica de Marx sobre essa crise, que ele realizou compilando e sistematizando artigos, dados e comentários de jornais importantes como *The Times*, *The Morning Star*, *The Standard*, *The Manchester Guardian* e *The Economist*. Os trechos tratam de questões econômicas e financeiras em países europeus, bem como nos EUA, China, Índia, Egito, Austrália e Brasil, examinam os mercados financeiro e de

⁸² Karl Marx / Friedrich Engels: Edição Completa (MEGA). Publicado pela International Marx Angel Foundation. Quarta divisão: trechos, notas, marginais. Vol. 14: Karl Marx: Trechos, recortes de jornais e notas sobre a Grande Depressão (livros de crise) novembro de 1857 a fevereiro de 1858. Editado por Kenji Mori, Rolf Hecker, Izumi Omura e Atsushi Tamaoka mitw. por Fritz Fiehler e Timm Graßmann. Berlim e outros: De Gruyter Academy Research 2017 | IX + 680 p. | 25 Fig. | ISBN 978-3-11-051765-1.

⁸³ Disponível em: http://mega.bbaw.de/struktur/abteilung_iv/iv-14 . Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

commodities, bem como dados sobre falências, desemprego, trabalho de curto prazo, desenvolvimentos salariais e disputas industriais. Os livros de crise estão intimamente relacionados com os “Princípios Fundamentais da Crítica à Economia Política” de Marx, seus artigos para o “*New-York Tribune*” e debates com Engels, todos eles analisam a crise de 1857/58 (tradução nossa).

E, há ainda, aqueles volumes da MEGA a serem publicados, tais como o volume 19 da seção IV: Excertos e notas. De setembro de 1868 a setembro de 1869 (Economia Política, especialmente mercado monetário e crises). Esse volume pode ser o mais aguardado para aqueles que se dedicam ao tema discutido neste estudo, pois trata do exame marxiano da crise do ponto de vista do mercado financeiro.

Enfim, posso afirmar que há interessantes novos caminhos de pesquisa. Marx não será mais lido como um autor cristalizado, com obras que se assemelhem a manuais; será lido e ensinado como autor de textos inacabados, haverá um apontamento de até onde chegou e o que foi arrumado com a melhor das intenções por seu companheiro, Engels. Haverá, pois, uma abertura imensa para discutir vários pontos de vista consolidados, ou não, dentro da tradição marxista, como é o caso da teoria da crise em Marx. Nada mais afeta a dialética, o conhecimento em movimento. Apenas começamos; ou recomeçamos!

REFERÊNCIAS

BELLOFIORE, Riccardo. La crisi capitalistica e le sue ricorrenze: una lettura a partire da Marx. *Fenomenologia e società*, v. XXIII, n. 4, p. 24-51, 2010. Disponível em: <<http://www.data.unibg.it/dati/persone/46/3905-Marx%20e%20la%20crisi%20-%20Bellofiore.pdf>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

BELLOFIORE, Riccardo. Which crisis, of which capitalismo? A Marxian and financial Keynesian interpretation of neoliberalismo and the great recession. In: SUBASAT, Turan. *The great financial meltdown: systemic, conjunctural or policy created?* Cheltenham, Northampton: Edward Elgar Publishing, 2016. p. 266-286.

BELLOFIORE, Riccardo; FINESCHI, Roberto. Introduction. In: BELLOFIORE, Riccardo; FINESCHI, Roberto. *Re-reading Marx. News perspectives after the critical edition*. New York: Palgrave Macmillan, 2009, p. 1-16.

BENOIT, Hector; ANTUNES, Jadir. *O problema da crise capitalista em O Capital de Marx*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

CALIGARIS, Gastón. Revisitando el debate marxista sobre el 'derrumbre' del capitalismo. Una crítica metodológica. *Izquierdas*, n. 39, abril, 2018, p. 182-208.

CERQUEIRA, Hugo Eduardo da Gama. David Riazanov e a edição das obras de Marx e Engels. *Revista Economia*. Distrito Federal, v. 11, n.1, p. 199-215, jan./abr., 2010.

CERQUEIRA, Hugo Eduardo da Gama. Breve história da edição crítica das obras de Karl Marx. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 35, n. 4, p.825-844, out./dez., 2015.

CHAUÍ, Marilena. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. Volume 1. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

COGGIOLA, Osvaldo. *A crise (2007-2012): lineamentos para uma abordagem global*. Mimeo. 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/8620677/A_Crise_Mundial_2007-2012>. Acesso em: 27 dez. 2017.

D'ACUNTO Salvatore; SCHETTINO, Francesco. Democracia burguesa e política econômica: o trágico caso grego. *Revista Política Pública*. São Luis, v. 19, n. 2, p. 381-391, jul./dez., 2015.

DEUS, Leandro de. Apresentação. In: MARX, Karl *Para a crítica da economia política*: manuscrito de 1861 a 1863 – cadernos I a V. Autêntica: Belo Horizonte, 2010.

EISEN, Bem. The year everything went up: markets in 18 charts. *The wall street Journal*. Moneybeat blog. Nova Iorque, 29 de dezembro de 2017.

ENGELS, Friedrich. Prefácio. In: MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1, v.1, 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 5-15.

FINESCHI, Roberto. *Un nuovo Marx*: filologia e interpretazione dopo la nuova edizione storico-critica (MEGA2). Roma: Carocci, 2008.

FINESCHI, Roberto. Karl Marx após a edição histórico-crítica (MEGA2): um novo objeto de investigação In: DEL ROIO, Marcos (org.). *Marx e a dialética da sociedade civil*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 15-46.

FINESCHI, Roberto; RIVA, Tommaso Redolfi. La costruzione della teoria del modo di produzione capitalístico (1847-1865). In: PETRUCCIANI, Stefano. *Il pensiero di Karl Marx: filosofia, politica, economia*. Roma: Carocci, 2018, p. 115-142.

FREEMAN, Alan. *The Benn heresy*. London: Pluto Press, 1982.

FREEMAN, Alan. Booms, depressions and the rate of profit: a pluralista, inductive guide. In: SUBASAT, Turan. *The great financial meltdown: systemic, conjunctural or policy created?* Cheltenham, Northampton: Edward Elgar Publishin, 2016. p. 73-96.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. *Para entender O Capital*: Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. *Para entender O Capital*: Livro II e III. São Paulo: Boitempo, 2014.

HARVEY, David. Crisis theory and the falling rate of profit. In: SUBASAT, Turan. *The great financial meltdown: systemic, conjunctural or policy created?* Cheltenham, Northampton: Edward Elgar Publishin, 2016. p. 37-54.

HECKER, Rolf. La seconda sezione della MEGA2: verso il completamento. In: MAZZONE, Alessandro (org.). *MEGA2: Marx ritrovato*. Roma: Media Print, 2002. p. 49-67.

HECKER, Rolf. New perspectives opened by the publication of Marx's manuscripts of Capital, vol. II. *In: BELLOFIORE, Ricardo; FINESCHI, Roberto. Re-reading Marx. News perspectives after the critical edition.* New York: Palgrave Macmillan, 2009, p.17-26.

HEINRICH, Michael. Reconstruction or deconstruction? Methodological controversies about value and capital, and new insights from the critical edition. *In: BELLOFIORE, Ricardo; FINESCHI, Roberto. Re-reading Marx. News perspectives after the critical edition.* New York: Palgrave Macmillan, 2009, p. 71-98.

HEINRICH, Michael. *An introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital.* New York: Monthly Review Press, 2012.

HEINRICH, Michael. Crisis theory, the law of the tendency of profit rate to fall, and Marx's studies in the 1870s'. *Monthly Review*, v. 64, n. 11, p. 1-15, abr., 2013. Disponível em: <<https://monthlyreview.org/2013/04/01/crisis-theory-the-law-of-the-tendency-of-the-profit-rate-to-fall-and-marxs-studies-in-the-1870s/>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

HEINRICH, Michael. *Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna: biografia e desenvolvimento de sua obra.* Vol. 1. São Paulo: Boitempo, 2018.

HUBMANN, Gerald. Da política à filologia: a Marx-Engels Gesamtausgabe. *Crítica Marxista.* Campinas, n. 34, p. 33-49, 2012.

KONDER, Leandro. *Marx: vida e obra.* 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LENIN, Vladimir. *Obras completas.* Tomo XLII. Cidade do México: Akar Editor, 1978.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento.* 5 ed. São Paulo, Cortez, 1994.

MARTINS, Maurício Vieira. Sobre a nova edição da obra de Marx e Engels: só a filologia salva? *In: In: DEL ROIO, Marcos (org.). Marx e a dialética da sociedade civil.* Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 47-57.

MARX, Karl. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico: livro 4 de O capital.* Volume 2. São Paulo: Difel, 1980.

MARX, Karl. *Para a crítica da economia política.* São Paulo: Abril Cultural, 1982.

- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1, v.1, 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1, v.1, 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 1, v.2, 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro 3, v.4, 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985c.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora UFRJ, Boitempo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx & Engels collected works*. vol 38. Londres: Lawrence & Wishart, 1982.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx & Engels collected works*. vol 40. Londres: Lawrence & Wishart, 1983.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx & Engels collected works*. vol 41. Londres: Lawrence & Wishart, 1985.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx & Engels collected works*. vol 42. Londres: Lawrence & Wishart, 1987.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Marx & Engels collected works*. vol 44. Londres: Lawrence & Wishart, 1989.
- MARXHAUSEN, Thomas. História crítica das obras completas de Marx e Engels. *Crítica Marxista*. Campinas, n. 39, p. 95-124, 2014.
- MEHRING, Franz. *Karl Marx: a história de sua vida*. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2013.
- MÜLLER, Marcos Lutz. Exposição e método dialético em “O Capital”. *Boletim Seaf*. n. 2, Belo Horizonte, 1982.
- NOZAKI, Hajime Takeuchi. Avaliação do contexto da Educação Física brasileira: propostas oficiais e alternativas no campo contra-hegemônico. In: VI EnFEFE, 2002. *Anais...* Niterói. Escola, Educação Física Escolar e Avaliação, 2002. v. 1. p. 213-232.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. *Educação física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão*. 2004. 368f. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. Neoliberalismo e seu revigoramento na crise. *Jornal do Povo*, Três Lagoas, 20 jun. 2009, p.2.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. PENNA, Adriana Machado. O novo papel do esporte no contexto da ofensiva imperialista recolonizadora. *Revista outubro*, São Paulo, v. 16, p. 201-218, 2007.

PIRES, Eginardo. *Ensaio econômico*. Achiamé: Rio de Janeiro, 1984.

ROBERTS, Michael. *The great recession: profit cycles, economic crisis – a marxist view*. London: Lulu, 2009.

ROBERTS, Michael. Monocausality and crisis theory: a reply to David Harvey. In: SUBASAT, Turan. *The great financial meltdown: systemic, conjunctural or policy created?* Cheltenham, Northampton: Edward Elgar Publishin, 2016a. p. 55-72.

ROBERTS, Michael. *La larga depresión: cómo ocurrió, por qué ocurrió y qué ocurrirá a continuación*. Ulzama: El Viejo Topo, 2016b.

ROBERTS, Michael. *The long depression: how it happened, why it happened and what happens next*. Chicago: Haymarket Books, 2016c.

ROBERTS, Michael. *Marx 200 – a review of Marx’s economics 200 years after his birth*. Londres: Lulu, 2018.

ROQUE, Leandro. *Como ocorreu a crise financeira americana*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 25 ago. 2017. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1696>>. Acesso em: 3 jan. 2017.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Contraponto: Rio de Janeiro, 2001.

ROTH, Regina. Karl Marx’s original manuscripts in the Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA): another view on Capital. In: BELLOFIORE, Ricardo; FINESCHI, Roberto. *Re-reading Marx*. News perspectives after the critical edition. New York: Palgrave Macmillan, 2009, p. 27-49.

SCHETTINO, Francesco. A última crise: desde o colapso de Lehman Brothers até a questão da dívida pública europeia. *Revista Política Pública*. São Luis, número especial, p. 161-170, jul., 2014.

SCHETTINO, Francesco. *La crisis irresoluta*. Las raíces de los dramáticos colapsos de las bolsas de valores. Mimeo. 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/22679427/LA_CRISIS_IRRESOLUTA>. Acesso em: 27 dez. 2017.

SGRO', Giovanni. Il lavoro sui testi: edizioni e ricerca filológica. In: PETRUCCIANI, Stefano. *Il pensiero di Karl Marx: filosofia, politica, economia*. Roma: Carocci, 2018, p. 359-387.

STALLYBRASS, Peter. *O Casaco de Marx: roupas, memória, dor*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

APÊNDICE 1 – PLANEJAMENTO DOS VOLUMES DA MEGA2

Quadro 3 – Planejamento dos Volumes da MEGA2 e publicações até março de 2020

Seção 1: Obras, artigos e rascunhos			
Vol./ Marx/ Engels	Descrição	Organiz.	Ano de publicação/ Estado/ Responsáveis
01 M	Obras Artigos Ensaios Literários até março de 1843 (Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e Epicuro, trabalhos publicados etc.)	IMLB	1975
02 M	Obras Artigos Rascunhos. De março de 1843 a agosto de 1844 (Para a crítica da Filosofia do Direito de Hegel, Sobre a questão judaica, Manuscritos econômico-filosóficos etc.)	IMLB	1982 2009 (2ª edição) ⁸⁴
03 E	Obras Artigos Rascunhos. Até agosto de 1844	IMLB	1985
04 M/E	Obras Artigos Rascunhos. Agosto de 1844 a dezembro de 1845 (Sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, Sagrada Família e outros)	Option BBAW	Não publicado
05 M/E	Obras Artigos Rascunhos. A ideologia alemã. Manuscritos e impressões digitais	BBAW	2017
06 M/E	Obras Artigos Rascunhos. Janeiro de 1846 a fevereiro de 1848 (Manifesto do Partido Comunista, etc.)	Option BBAW	Não publicado
07 M/E	Obras Artigos Rascunhos. Fevereiro a outubro de 1848 (Jornalismo: Neue Rheinische Zeitung e outros)	BBAW	2016
08	Obras Artigos Rascunhos. Outubro de 1848 a fevereiro de 1849 (Jornalismo: Neue Rheinische Zeitung e outros)	BBAW	Em andamento (Jürgen Herres, François Melis)
09	Obras Artigos Projetos. Março a Julho de 1849 (Jornalismo: Neue Rheinische Zeitung e outros)	BBAW	Em andamento (Jürgen Herres, François Melis)
10 M/E	Obras Artigos Rascunhos. De julho de 1849 até junho de 1851	IMLB	1977
11 M/E	Obras Artigos Rascunhos. De julho de 1851 a dezembro de 1852. (Revolução e contrarrevolução, O 18 Brumário, Os grandes homens do exílio, Revelações etc.)	IMLB	1985
12 M/E	Obras Artigos Rascunhos. De janeiro a dezembro de 1853. (Jornalismo: New-York Tribune, People's Paper, Reform)	IMLB	1984
13 M/E	Obras Artigos Rascunhos. De janeiro a dezembro de 1854. (Jornalismo: New-York Tribune, People's Paper)	Leipzig	1985
14 M/E	Obras Artigos Rascunhos. De janeiro a dezembro de 1855. (Jornalismo: New York Tribune, Neue Oder-Zeitung)	BBAW	2001
15 M/E	Obras Artigos Rascunhos. Janeiro de 1856 a outubro de 1857	BBAW	Em andamento (Manfred Neuhaus, Hanno Strauß)
16 M/E	Obras Artigos Rascunhos. Outubro de 1857 a dezembro de 1858. (Jornalismo: New-York Tribune; Enciclopédia: Nova Enciclopédia Americana)	BBAW	2018
17 M/E	Obras Artigos Rascunhos. Janeiro a Outubro de 1859	Option BBAW	Não publicado

⁸⁴ Fineschi (2014), Sgro' (2018) e o sítio do IMES apontam 1982 como o ano de publicação; Cerqueira (2015) e o sítio do BBAW indicam o ano de 2009 como o da segunda edição.

Vol./ Marx/ Engels	Descrição	Organiz.	Ano de publicação/ Estado/ Responsáveis
18 M/E	Obras Artigos Rascunhos. De outubro de 1859 a dezembro de 1860. (Herr Vogt etc).	Halle	1984
19 M/E	Obras Artigos Rascunhos. Janeiro de 1861 a setembro de 1864	Option BBAW	Não publicado
20 M/E	Obras Artigos Rascunhos. De setembro de 1864 a setembro de 1867. (Fundação e anos iniciais da Associação Internacional dos Trabalhadores, Discurso inaugural, A questão militar prussiana, Salário, preço e lucro etc.)	IMES	1992 2003 (2ª edição) ⁸⁵
21 M/E	Obras Artigos Rascunhos. De setembro de 1867 a março de 1871. (Associação Internacional dos Trabalhadores, história da Irlanda, Sobre a guerra franco-prussiana etc.)	BBAW	2009
22 M/E	Obras Artigos Rascunhos. De março a novembro de 1871. (Guerra civil na França, Associação Internacional dos Trabalhadores)	IMLB	1978
23 M/E	Obras Artigos Rascunhos. novembro de 1871 a dezembro de 1872	Option BBAW	Não publicado
24 M/E	Obras Artigos Rascunhos. De dezembro de 1872 a maio de 1875. (Associação Internacional dos Trabalhadores, Jornalismo)	IMLB	1984 1998 ⁸⁶
25 M/E	Obras Artigos Rascunhos. De maio de 1875 a maio de 1883. (Crítica do programa de Gotha, Jornalismo)	Jena	1985
26 E	Dialética da natureza (1873-1882)	Berlim	1985
27 E	A revolução da ciência pelo Senhor Eugen Dühring	IMBL	1988
28 M	Manuscritos matemáticos 1878-1881	RGASPI/FR ⁸⁷	Em andamento (Irina Antonova/ Alain Alcouffe, Jean- Claude Yakoubsohn)
29 E	A origem da família, da propriedade privada e do Estado	AdW Berlim	1990
30 M/E	Obras Artigos Rascunhos. De março de 1883 a setembro de 1886. (Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã etc.)	BBAW	2011
31 E	Obras Artigos Rascunhos. De outubro de 1886 a fevereiro de 1891	BBAW	2002
32 E	Obras Artigos Rascunhos. De março de 1891 a agosto de 1895	BBAW	2010

⁸⁵ Fineschi (2014) e o sítio do IMES apontam 1992 como o ano de publicação; Cerqueira (2015) e o sítio do BBAW indicam o ano de 2003 como o da segunda edição. Sgro' (2018) aponta o ano de 1988.

⁸⁶ Cerqueira (2015), Fineschi (2014) e os sítios do IMES e do BBAW apontam o ano de 1984 como o da publicação. Sgro' (2018) aponta o ano de 1998.

⁸⁷ Em Fineschi (2014) configura como organizador o grupo editor francês da Universidade de Paris VIII (FR) como responsável pela editoração; já no sítio do IISG é apontada a Universidade de Toulouse I, sob a responsabilidade de Alain Alcouffe e Jean-Claude Yakoubsohn.

Seção 2: “O Capital” e trabalhos preparatórios			
Vol./ Marx/ Engels	Descrição	Organiz.	Ano de publicação/ Estado/ Responsáveis
1.1 M	Manuscritos econômicos de 1857-58. (Fundamentos da crítica da economia política - Grundrisse) – Parte 1	IMLM	Parte 1: 1976
1.2 M	Manuscritos econômicos de 1857-58. (Fundamentos da crítica da economia política - Grundrisse) – Parte 2	IMLM	Parte 2: 1981 2006 (2ª edição)
02 M	Manuscritos e estudos econômicos, 1858-1861. (Para a crítica da economia política e outros ⁸⁸)	IMLM	1980
3.1 M	Para a crítica da economia política (manuscrito de 1861-1863) – Parte 1	IMLB	1976
3.2 M	Para a crítica da economia política (manuscrito de 1861-1863) – Parte 2	IMLB	1977
3.3 M	Para a crítica da economia política (manuscrito de 1861-1863) – Parte 3	Halle	1978
3.4 M	Para a crítica da economia política (manuscrito de 1861-1863) – Parte 4	Halle	1979
3.5 M	Para a crítica da economia política (manuscrito de 1861-1863) – Parte 5	IMLB	1980
3.6 M	Para a crítica da economia política (manuscrito de 1861-1863) – Parte 6	IMLB	1982
4.1 M	Manuscritos econômicos de 1863-1867. (Manuscritos de 1864-65 para o primeiro e segundo livros de O Capital. Resultado do processo de produção imediato; Conferência “Valor, preço e lucro”) – Parte 1	IMLM	1988 2011 (2ª edição)
4.2 M	Manuscritos econômicos de 1863-1867. (Manuscritos de 1863-65 para o terceiro livro de “O Capital”) – Parte 2	IMES	1992 ⁸⁹ 2012 (2ª edição)
4.3 M	Manuscritos econômicos de 1863-1867. (Manuscritos de 1867-68 para o segundo e terceiro livros de O Capital – contêm a) 7 manuscritos marxianos para o terceiro livro do período de 1867-1868; b) 3 manuscritos marxianos para o segundo livro do período de 1867-1868, c) extratos) – Parte 3	BBAW	2012
05 M	O Capital. Crítica da Economia Política. Primeiro Volume, Hamburgo 1867	Erfurt	1983
06 M	O Capital. Crítica da Economia Política. Primeiro Volume, Hamburgo 1872	IMLB	1987
07 M	O Capital, Paris 1872-75	Adw Berlim	1989 ⁹⁰
08 M	O Capital. Crítica da Economia Política. Primeiro Volume, Hamburgo 1883	Erfurt	1989
09 M	Capital. Uma análise crítica da produção capitalista, Londres 1887	Berlim	1990
10 M	O Capital. Crítica da Economia Política. Primeiro Volume, Hamburgo 1890	IMES	1991
11 M	Manuscritos para o segundo livro de “O Capital”. De 1868 a 1881. (Contêm: a) manuscritos II, V, VI, VII e VIII para o segundo livro; b) um manuscrito de resumo dos primeiros quatro manuscritos; c) quatro fragmentos)	RGASPI/JT/ BBAW	2008

⁸⁸ Sgro’ (2018) aponta a publicação de *Urtext* neste volume.

⁸⁹ Sgro’ (2018) aponta o ano de 1993.

⁹⁰ Sgro’ (2018) aponta o ano de 1998.

Vol./ Marx/ Engels	Descrição	Organiz.	Ano de publicação/ Estado/ Responsáveis
12 M	O Capital. Crítica da Economia Política. Segundo Livro: o processo de circulação do capital. Manuscrito redacional de Friedrich Engels 1884/1885	JS	2005
13 M	Capital. Crítica da Economia Política. Segundo Volume. Editado por Friedrich Engels. Hamburgo 1885	JS	2008
14 M/E	Manuscritos e textos redacionais para o terceiro livro de O Capital. De 1871 a 1895 (Contêm: a) 6 manuscritos marxianos para o terceiro livro do período de 1871-1883; b) 34 escritos redacionais de Engels para o terceiro livro do período de 1882-1895; c) alguns trabalhos de Engels para o quarto livro)	BBAW	2003
15 M	O Capital. Crítica da Economia Política. Terceiro Volume. Editado por Friedrich Engels. Hamburgo 1894	BBAW	2004

Seção 3: Correspondência			
Vol./ Marx/ Engels	Descrição	Organiz.	Ano de publicação/ Estado/ Responsáveis
01 M/E	Correspondência. Até abril de 1846	IMLM	1975
02 M/E	Correspondência. De maio de 1846 a dezembro de 1848	IMLM	1979
03 M/E	Correspondência. De janeiro de 1849 a dezembro de 1850	IMLM	1981
04 M/E	Correspondência. De janeiro a dezembro de 1851	IMLM	1984
05 M/E	Correspondência. De janeiro a agosto de 1852	IMLM	1987
06 M/E	Correspondência. De setembro de 1852 a agosto de 1853	IMLM	1987
07 M/E	Correspondência. De setembro de 1853 a março de 1856	IMLM	1988 ⁹¹ 1989
08 M/E	Correspondência. De abril de 1856 a dezembro de 1857	IMLM	1990
09 M/E	Correspondência. De janeiro de 1858 a agosto de 1859	RGASPI/ IISG	2003
10 M/E	Correspondência. De setembro de 1859 a maio de 1860	RGASPI/ IISG	2000
11 M/E	Correspondência. De junho de 1860 a dezembro de 1861	RGASPI/ BBAW	2005
12 M/E	Correspondência. De janeiro de 1862 a setembro de 1864	RGASPI	2013
13 M/E	Correspondência. De outubro de 1864 a dezembro de 1865	RGASPI	2002
14 M/E	Correspondência. De janeiro de 1866 a dezembro de 1867	RGASPI	Em andamento (Svetlana Gavril'cenko, Jurij Vasin)
15 M/E	Correspondência. De janeiro de 1868 a fevereiro de 1869	Option RGASPI	Em andamento
16 M/E	Correspondência. De março de 1869 a maio de 1870	Option RGASPI	Não publicado
17 M/E	Correspondência. De junho de 1870 a junho de 1871	Option RGASPI	Não publicado
18 M/E	Correspondência. De julho a novembro de 1871	Option RGASPI	Não publicado
19 M/E	Correspondência. De dezembro de 1871 a maio de 1872	Option RGASPI	Não publicado
20 M/E	Correspondência. De junho de 1872 a janeiro de 1873	Option RGASPI	Não publicado
21 M/E	Correspondência. De fevereiro de 1873 a agosto de 1874	Não definido	Não publicado
22 M/E	Correspondência. De setembro de 1874 a dezembro de 1876	Não definido	Não publicado
23 M/E	Correspondência. De janeiro de 1877 a maio de 1879	Não definido	Não publicado

⁹¹ Fineschi (2014) aponta o ano de 1988.

Vol./ Marx/ Engels	Descrição	Organiz.	Ano de publicação/ Estado/ Responsáveis
24 M/E	Correspondência. De junho de 1879 a setembro de 1881	Não definido	Não publicado
25 M/E	Correspondência. De outubro de 1881 a março de 1883	Não definido	Não publicado
26 E	Correspondência. De abril de 1883 a dezembro de 1884	Não definido	Não publicado
27 E	Correspondência. De janeiro de 1885 a agosto de 1886	Não definido	Não publicado
28 E	Correspondência. De setembro de 1886 a março de 1888	Não definido	Não publicado
29 E	Correspondência. De abril de 1888 a setembro de 1889	D/I Marburg Frankfurt Viena ⁹²	Em andamento (Georg Fülberth, Jürgen Scheele, Gerd Callesen)
30 E	Correspondência. De outubro de 1889 a novembro de 1890	DK/ RGASPI	2013
31 E	Correspondência. De dezembro de 1890 a outubro de 1891	Não definido	Não publicado
32 E	Correspondência. De novembro de 1891 a agosto de 1892	Não definido	Não publicado
33 E	Correspondência. De setembro de 1892 a junho de 1893	Não definido	Não publicado
34 E	Correspondência. De julho de 1893 a agosto de 1894	Bremen	Em andamento (Till Schelz- Brandenburg)
35 E	Correspondência. De setembro de 1894 a julho de 1895	Bremen	Em andamento (Till Schelz- Brandenburg)

⁹² Em Fineschi (2014) configura como organizador o grupo editorial almeão-italiano, Marburg e Veneza; já no sítio do IISG são apontadas as cidades de Marburg (Georg Fülberth), Frankfurt/M. (Jürgen Scheele) e Vienna (Gerd Callesen). É apontada a Universidade de Toulouse I, sob a responsabilidade de Alain Alcouffe e Jean-Claude Yakoubsohn

Seção 4: Excertos, notas e marginalia			
Vol./ Marx/ Engels	Descrição	Organiz.	Ano de publicação/ Estado/ Responsáveis
01 M/E	Excertos e notas. Até 1842. (Estudos sobre Epicuro. Cadernos de Berlim e Bonn sobre filosofia, arte, religião etc.)	AdW Berlim	1976
02 M/E	Excertos e notas. (Cadernos de Kreuznach I-V e outros)	IMLM	1981
03 M	Excertos e notas. Do verão de 1844 até o início de 1847. (Teses sobre Feuerbach, Cadernos de Paris, Cadernos de Bruxelas I-VI)	REGASPI/ IISG	1998
04 M/E	Excertos e notas. De julho a agosto de 1845. (Cadernos de Manchester I-V e outros)	IMLM	1988
05 M/E	Excertos e notas. De julho de 1845 a dezembro de 1850. (Cadernos de Manchester 6-9 e outros)	REGASPI	2015
06 M/E	[Excertos e notas. De setembro de 1846 a dezembro de 1847. (Excertos de Gülich, Exposição histórica do comércio, da indústria e da agricultura no mais importantes Estados comerciais de nosso tempo)	Adw Berlim	1983
07 M/E	Excertos e notas. De setembro de 1849 a fevereiro de 1851. (Cadernos de Londres I-VI) ⁹³	Halle	1983
08 M	Excertos e notas. De março a junho de 1851. (Bullion. O sistema monetário perfeito, Cadernos de Londres VII-X)	Halle	1986
09 M	Excertos e notas. De julho a setembro de 1851. (Cadernos de Londres XI-XIV)	Halle	1991
10 M/E	Excertos e notas. De setembro de 1851 a junho de 1852 (Cadernos de Londres XV-XVIII)	BBAW	Em andamento
11 M/E	Excertos e notas. De julho de 1852 a agosto de 1853 (Cadernos de Londres XIX-XXIV)	BBAW	Em andamento
12 M	Excertos e notas. De setembro de 1853 a janeiro de 1855. (Marx: História da diplomacia e História da Espanha; Engels: assuntos militares)	BBAW	2007
13 M/E	Excertos e notas. De novembro de 1854 a outubro de 1857 (Economia Política, História da Diplomacia, Guerra da Criméia, Slavika)	Option BBAW	Não publicado
14 M	Excertos, recortes de jornais e notas sobre a Grande Depressão (livros de crise). Novembro de 1857 a fevereiro de 1858 (Crise Econômica Mundial de 1857)	D/ NL	2017
15 M/E	Excertos e notas. De janeiro de 1858 a fevereiro de 1860 (críticas à economia política, especialmente citações, Militarista)	Não definido	Não publicado
16 M/E	Excertos e notas. De fevereiro de 1860 a dezembro de 1863 (Vogtiana, História da Questão Polonesa, Militarista)	BBAW	Em andamento (Martin Hundt, Willi Tonn)
17 M/E	Excertos e notas. De maio a junho de 1863 (Crítica à Economia Política)	JH BBAW	Em andamento (Masao Oguro, Carl-Erich Vollgraf)
18 M/E	Excertos e notas. De fevereiro de 1864 a agosto de 1868 (Economia Política, especialmente agricultura)	JT BBAW	2019
19 M/E	Excertos e notas. De setembro de 1868 a setembro de 1869 (Economia Política, especialmente mercado monetário e crises)	JW BBAW	Em andamento (Takeshi Ito, Carl-Erich Vollgraf)
20 M/E	Excertos e notas. De abril de 1868 a dezembro de 1870 (história da Irlanda, condições políticas, econômicas e sociais)	Não definido	Não publicado

⁹³ Em Cerqueira (2015) e no sítio do BBAW encontramos a indicação apenas das partes de I-IV dos Cadernos Londrinos no Volume 7 desta seção da MEGA2. Contudo, em Sgro' (2018) constam as partes de I a VI, informação que mantive neste quadro, uma vez que no Volume 8 desta seção, ou seja, na sequência, os Cadernos de Londres estão dispostos em suas partes de VII a X e no Volume 9, tais cadernos são dispostos em suas partes XI a XIV, sugerindo que estão publicadas na sequência e em sua íntegra. As informações das partes destes cadernos dos Volumes 8 e 9 são as mesmas para Cerqueira (2015) e o sítio da BBAW.

Vol./ Marx/ Engels	Descrição	Organiz.	Ano de publicação/ Estado/ Responsáveis
21 M/E	Excertos e notas. De setembro de 1869 a dezembro de 1874 (questão irlandesa, atividade da Associação Internacional dos Trabalhadores)	FR	Em andamento (Jacques Rougerie)
22 M/E	Excertos e notas. De janeiro de 1875 a fevereiro de 1876 (Rússia após as reformas)	RGASPI	Em andamento (Ljudmila Vasina)
23 M/E	Excertos e notas. De março a junho de 1876 (Fisiologia, História da Tecnologia, Russo, Inglês e História Grega)	Não definido	Não publicado
24 M/E	Excertos e notas. De maio a dezembro de 1876 (história de propriedade, história legal e constitucional).	Option TU Braunschweig	Não publicado
25 M/E	Excertos e notas. De janeiro de 1877 a março de 1879 (Economia Política, especialmente bancária e financeira, Aritmética Comercial)	BBAW	Em andamento (Eike Kopf)
26 M	Excertos e notas sobre geologia, mineralogia e química agrícola. De março a setembro de 1878	BBAW	2011
27 M/E	Excertos e notas. 1879 a 1881 (Etnologia, História Antiga, História da Propriedade Fundiária)	USA/RGASPI/ NL	Em andamento (Kevin Anderson, David Smith, Georgij Bagaturija, Norair Ter-Akopjan, Jürgen Rojahn)
28 M/E	Excertos e notas. 1879 a 1882 (História Russa e Francesa, especialmente de condições agrícolas, História da Propriedade Fundiária)	RGASPI	Em andamento
29 M/E	Excertos e notas. Do final de 1881 até o final de 1882 (tabelas cronológicas sobre a história mundial)	FR	Em andamento (Fred E. Schrader)
30 M	Trechos matemáticos de 1863, 1878 e 1881 (especialmente trigonometria, álgebra e cálculo diferencial)	Não definido	Não publicado
31 M/E	Excertos e notas sobre ciências naturais (fisiologia, mineralogia, geologia, química e física). De meados de 1877 ao início de 1883	IMES	1999
32	As bibliotecas de Karl Marx e Friedrich Engels	BBAW	1999

Fontes: Realizado cruzando os dados existentes em Cerqueira (2015), Fineschi (2014), Sgro' (2018) e a partir das informações existentes no sítio do IMES (www.iisg.nl/imes/) e do Berlim - Brandenburg Academia de Ciência – BBAW (<http://mega.bbaw.de/struktur/>)

Siglas:

AdW Berlim = Academia de Ciências da RDA, em Berlim.

BBAW = Berlim-Brandenburg Academia de Ciência, Projetos Academia MEGA, em Berlim.

Berlim = Universidade Humboldt de Berlim.

Bremen = Universidade de Bremen.

D / I = grupo editorial alemão - italiano, Marburg e Veneza.

DK / RGASPI = dinamarquês russo Editor do Grupo, Copenhaga e Moscou.

D / NL = editor grupo germano-holandesa, Berlim e Amsterdã.

Erfurt Erfurt = Faculdade de Educação Mulhouse.

FR = grupo editor francês na Universidade de Paris VIII

Halle = Universidade de Halle- Wittenberg.

IMLB = Instituto de Marxismo-Leninismo do Comitê Central do Partido da Unidade Socialista da Alemanha Berlim.

IMLM = Instituto de Marxismo-Leninismo do Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética, Moscou.

JH = editor grupo japonês, Hokkaido.

JS = editor grupo japonês, Sendai.

JT = editor grupo japonês, Tóquio.

JW = grupo West Japan Editor.

Jena = Jena University.

Leipzig = Universidade de Leipzig.

RGASPI = grupo editor no Arquivo do Estado Russo de História Política e Social, Moscou.

RGASPI / FR = editor grupo russo -francês, Moscou e Toulouse.

EUA / RGASPI / NL = editor grupo americano - russo -holandesa, Nova York, Moscou e Amsterdã.